

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS
E SOCIEDADE

JULIANA BOLDRIN

ENTRE MULHERES, ASSOCIAÇÕES E ECONOMIAS NO SUL DE
MINAS GERAIS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

JULIANA BOLDRIN

**ENTRE MULHERES, ASSOCIAÇÕES E ECONOMIAS NO SUL DE
MINAS GERAIS**

**Dissertação submetida à defesa no
programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.**

Área de Concentração: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.
Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Viviane Guimarães Pereira
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Bruna Mendes de Vasconcellos

Itajubá – Minas Gerais
2019

*Para minha família, amigos e meu gato,
que mesmo eu querendo desistir, me
ajudaram todos os dias.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu gostaria de agradecer as mulheres que me ensinaram todos os dias nunca desistir de nada. Com isso agradecer as mulheres de minha família, como minha mãe Rimaceia, pelos colos e conversas e da inspiração que me traz todos os dias por progenitora e zelosa a sua maneira, sempre me mostrando que é preciso estudar, pois o conhecimento é a única coisa que carregamos. A minha irmã Fernanda, que durante a graduação me auxiliou na formação de uma nova morada em Limeira, me ensinando com seu jeito guerreira de ser, que podemos fazer tudo, mesmo brigando mostrou-me que o feminismo estava em nossa casa da nossa maneira, com ela aprendi o significado de sentir falta de casa.

As minhas irmãs, Rafaela e Renata que mesmo distantes com pensamentos distintos, elucidaram o valor de foco e união de suas maneiras, com a Renata mesmo sendo minha irmã mais nova, pude pedir conselhos em que muitas vezes era para ser o oposto.

A minha avó Cecília, que com 84 anos me mostrou que é preciso viver, ensinando que era preciso contestar ideias impostas em diferentes épocas, como quando ela quis aprender a ler mesmo sendo contra a vontade de pessoas em seu tempo.

Já aos homens de minha família, agradeço meu pai, que mesmo com suas ideologias distintas das minhas me apoiou da sua maneira, sempre me incentivando há estudar cada dia mais, me levando para realizar todas as minha matriculas, mesmo não compreendendo e aceitando muito bem o que eu iria fazer. Ao meu avô Pedro, também com 84 anos, me ensinou que é preciso ter fé, ser justo e calmo, apaixonado por futebol, me mostrou que preciso aceitar as coisas boas da vida.

Agradeço também a minha orientadora Viviane que me ensinou que mesmo eu sendo uma mulher posso construir muitas coisas e que mesmo que eu mude meus caminhos ela me orienta e me redireciona, eu agradeço também a minha coorientadora Bruna, que mesmo sem conhecer ela já me guiava com suas escritas teóricas, que quando eu achei que tudo estava perdido ela me redirecionou e diz que mesmo nós sendo mulheres somos suscetíveis a erros.

O professor Pimenta que quando logo que ingressei no PPG DTecS, e descobri que não teria uma bolsa, fez de tudo para que eu ficasse no programa, e entre muitas conversas e dificuldades vividas por mim não me deixou desistir do programa.

Aos amigos que fiz durante essa caminhada em uma cidade que nunca tinha ouvido falar. Agradeço ao Lucas com a sua loucura e intensidade, com as melhores risadas e conselhos e que no início sem ele eu nem saberia o caminho até a minha casa, que ao longo do programa se mostrou um grande amigo.

Ao Ed eu agradeço pela sua centralidade, amizade e lealdade, que nesses dois anos me acolheu, escutou minhas lamurias que no final se tornavam incentivos para que eu jamais pudesse perder o meu foco. Ensinou-me que não poderia desistir passando madrugadas a fio me fazendo companhia enquanto estudávamos se mostrando uma pessoa mais forte que ele imagina.

Ao Stefano amigo de todas as horas, com seu jeito teimoso, forte e justo com todos ao seu redor, mostrou que nunca poderia desistir e se eu começasse a chorar ele me dizia para secar minhas lágrimas que era preciso seguir em frente. Assim como Ed, éramos o trio da sala de estudos varando noites de estudos, organizando eventos e também saindo para nos divertir.

A Tay que me acolheu em todos os espaços da UNIFEI, seja no TRAVESSIA ou na INTECOOP, elucidando-me a importância do respeito para com todos e que todas as pessoas são carregadas de suas manias, agradeço pelas conversas e conselhos nessa nova caminhada.

Agradeço também meu amigo e vizinho Tiago, que sempre não importasse o horário ou o lugar sempre me ajudava, escutando meus choros, me apoiando ao dizer que tudo daria certo mesmo sabendo que não daria, sendo um companheiro em minhas manhãs, me ensinou que posso sempre contar com um amigo.

Ao meu outro amigo Thiago padre, que me guiou em diversas ocasiões, aconselhando a seguir sempre um caminho de paz e tranquilidade, obrigada por ser essa pessoa sempre serena e intensa.

Agradeço ao Cesar amigo que me acolheu em alguns momentos em seu lar, períodos em que não pude ter alguns utensílios domésticos me ensinaram o poder da partilha e que um dia eu iria lembrar tudo e que tudo valeria a pena.

Ao Fernando Colega, que sempre em todas as manhãs mesmo distante me escutava e aconselhavam, sendo muitas vezes um ponto de equilíbrio e paz para minhas angustias, mostrando que há diversas formas de amizades, mesmo que ela seja distante, me fazendo gostar um pouco mais das tecnologias.

A Vivi companheira de sala, me ensinando que ser mulher em um curso interdisciplinar em universidade de exatas não seria fácil, mas que ela seria forte.

A todas e todos do Bairro da Peroba que me mostraram outra Itajubá, formada por pessoas que carregam em si suas memórias. Apresentaram-me uma cidade formada por montanhas, alimentos saudáveis e de pessoas incríveis que sempre me acolheram incondicionalmente.

As membras da Associação Artes da Terra que permitiram eu realizar a minha pesquisa, me ensinando que sim podemos transformar nossa realidade aos poucos, que não somente uma visão.

A todas e todos os funcionários da UNIFEI que sempre estavam de prontidão para me auxiliar, seja na segurança, na secretária ou na limpeza.

A Samantha por nossas conversas e pôr em momentos em que me encontrava desorientada pôde me orientar a seguir um caminho. Ao Camilo, amigo que fiz com grande confiança, agradeço pelo apoio e companheirismo sempre, trazendo em seu jeito as alegrias das partilhas de momentos em que em não conseguia falar se fez de apoio.

Ao Professor Gustavo Salatti, que mesmo na minha graduação que incentivou a seguir a um caminho além, me ensinando a escrever e seguir uma carreira acadêmica.

A minhas amigas de Limeira, Thais (Feipa) que mesmo escutava meus choros do outro lado do telefone, me ensinando que era preciso nos organizar enquanto mulheres, lutando juntas na frente feminista de Limeira, que éramos mais fortes do que imaginávamos. A Dayane Soldan que desde a graduação auxiliou me nos caminhos da escrita com muita calma e seriedade, mostrando que mesmo distantes somos guerreiras.

Ao Rafa que mesmo em outro continente (Europeu) me auxiliou nas lamurias das noites de escritas.

À Equipe do Núcleo Travessia, Miguel, Pamela agradeço pelos grupos de estudos e as vivencias que me proporcionaram.

As meninas minha morada de Itajubá, Laura e Ana pela companhia e conversas durante esse tempo. Aos membros e membras da INTECOOP que ensinaram a importância do trabalho coletivo.

Á banca, formada por mulheres que me ensinaram ao longo da construção deste trabalho. Agradeço a Prof. Dr.^a Viviane Santos Pereira (UFLA) pela leitura detalhada e carinhosa trazendo apontamentos importantes. A Prof.^a Dr.^a Daniele Ornaghi Sant'Anna pelo acompanhamento desde sempre na jornada dentro do mestrado, sendo às vezes uma amiga ao escutar minhas lamúrias, me ensinou a ser forte e que era possível sim uma mulher ser coordenadora de um curso de pós-graduação, me incentivando a ir além do que eu poderia.

Por fim agradeço a CAPES, pelo auxílio à pesquisa e ao financiamento da pesquisa e aos professores do DTecS.

*[...]La altura que sofoca
Soy las muelas de mi boca, mascando coca
El otoño con sus hojas desmayadas
Los versos escritos bajo la noches estrellada
Una viña repleta de uvas
Un cañaveral bajo el sol en Cuba
Soy el mar Caribe que vigila las casitas*

*Haciendo rituales de agua bendita
El viento que peina mi cabellos
Soy, todos los santos que cuelgan de mi cuello
El jugo de mi lucha no es artificial
Porque el abono de mi tierra es natural*

*No puedes comprar el sol
No puedes comprar la lluvia
(Vamos caminando)
No riso e no amor
(Vamos caminando)
No pranto e na dor
(Vamos dibujando el camino)
No puedes comprar mi vida
(Vamos caminando)
La tierra no se vende*

*Trabajo bruto, pero con orgullo
Aquí se comparte, lo mío es tuyo
Este pueblo no se ahoga con marullo
Y si se derrumba yo lo reconstruyo
Tampoco pestañeo cuando te miro
Para que te recuerde de mi apellido
La operación Condor invadiendo mi nido
Perdono pero nunca olvido
¡Oye!*

*Vamos caminando
Aquí se respira lucha
Vamos caminando
Yo canto porque se escucha
Vamos dibujando el camino
(Vozes de um só coração)
Vamos caminando
Aquí estamos de pie
¡Que viva la América!
No puedes comprar mi vida*

Resumo

A complexa construção histórica e social das mulheres possibilitou na formação de uma desigualdade social, colocando assim, as mulheres muitas vezes em uma posição de subjugada. Esta posição possibilitou na formação de uma divisão sexual do trabalho, o que corroborou em uma invisibilidade ou atuação de outros papéis dentro do mundo do trabalho como o de reprodução e “produção de novos trabalhadores”. Dentro dessa marginalização, surge a importância de analisar os papéis sociais por meio de uma ótica que inclua também as mulheres nos estudos sociais e econômicos. Para tentar diminuir essa lacuna, a atual pesquisa traz como um de seus eixos teóricos a economia feminista, com a finalidade de realizar uma análise crítica frente à construção social do papel e do trabalho das mulheres da Associação Artes da Terra. O outro eixo teórico da dissertação é a economia solidária, com uma proposta de alternativa de geração de renda e trabalho para o modelo de produção imposto pelo sistema hegemônico. Com esses dois eixos teóricos o trabalho traz como objetivo geral, analisar de que maneira são construídos socialmente os elos de trabalho produtivo e reprodutivo tanto nos locais públicos e privados ocupados pelas mulheres da Associação Artes da Terra localizada no município de Itajubá-MG. Os objetivos foram alcançados, metodologicamente, através do uso do método sequencial circular, como instrumentos, a observação participante e nove entrevistas semiestruturadas.

Palavras-Chave: Mulheres, Economia Feminista, Economia Solidária, Associação.

Abstract

The complex historical and social construction of women has made it possible to form a social inequality, thus placing women often in a position of being subjugated. This position enabled the formation of a sexual division of labor, where women were either invisibilized or assumed other roles within the world of work such as reproduction and "production of new workers". Within this marginalization, the importance of analyzing social roles arises through an approach that also includes women in social and economic studies. In order to try to reduce this gap, the current research brings feminist economics as one of its theoretical axes, with the purpose of analyzing a critical analysis of the social construction of women's role and work in the Arts of the Earth Association. And since the social subjects of the research refer to the women of the association Artes da Terra, the other theoretical axis of the dissertation is the solidarity economy, with a proposal of alternative income generation and work for the model of production imposed by the hegemonic system. With these two theoretical axes the work aims to analyze how the productive and reproductive work links are socially constructed in the public and private places occupied by the women of the Artes da Terra Association located in the municipality of Itajubá-MG. Objectives will be reached, methodologically, through the use of the circular sequential method, the use of the conflict approach and, as instruments, participant observation, depth interview and document analysis performed with the women of the association.

Keywords: Women, Feminist Economy, Solidarity Economy, Association

Sumário

1.	TECENDO CAMINHOS.....	14
1.1.	Os caminhos e a Pesquisadora	14
1.2.	Introdução.....	17
2.	METODOLOGIA.....	22
2.1.	As implicações e a aproximação com campo de pesquisa	22
2.2.	As sujeitas de pesquisa: as associadas da AAT	23
2.3.	Fundamentos metodológicos	24
2.4.	Ferramentas metodológicas	30
3.	ECONOMIA FEMINISTA E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	32
3.1.	As Bruxas e a Acumulação Primitiva	33
3.2.	As Mulheres e a Divisão Sexual do Trabalho.....	40
3.3.	Economia Feminista.....	45
3.4.	As associadas, a Divisão Sexual do Trabalho e a Economia Feminista.....	50
4.	ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS MULHERES DA ASSOCIAÇÃO ARTES DA TERRA	58
4.1.	Uma Breve história da Economia Solidária.....	59
4.2.	Formas organizativas na Economia Solidária.....	63
4.3.	A Associação Artes da Terra	68
4.4.	Artes da Terra e a Economia Solidária.....	73
4.5.	As Políticas Públicas e a Economia Solidária	79
4.6.	As relações entre as Políticas Públicas e a Artes da Terra	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS	110
	APÊNDICE I- Roteiros de Entrevistas.....	116

Lista de Figuras

Figura 1 – Diagrama do desenvolvimento da interdisciplinaridade na pesquisa	24
Figura 2 - Fluxograma de pesquisa do procedimento metodológico.....	28
Figura 3 - Média de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas ocupadas, por sexo (horas semanais).	43
Figura 4 - Mapa via Satélite da Praça Getúlio Vargas onde se localiza a feira da AAT.	69
Figura 5 - Composição dos Órgãos sociais da Associação Artes da Terra.....	72
Figura 6 - Pontos positivos da feira na Praça Theodomiro Santiago.....	97
Figura 7 - A representação da dimensão e interação dos elos de poder com as Políticas Públicas	102

Lista de Imagens

Imagem 1 - Feira localizada na Praça Getúlio Vargas da Associação Artes da Terra.....	70
Imagem 2 - Feira localizada na Praça Getúlio Vargas da Associação Artes da Terra	70
Imagem 3 - Barraca montada durante a feira da Associação Artes da Terra.	71
Imagem 4 - Feira da Associação Artes da Terra sendo realizada na Praça Theodomiro Santiago.....	99
Imagem 5 - Feira da Associação Artes da Terra sendo realizada no Parque Municipal de Itajubá.....	100

Lista de Quadros

Quadro 1 - Panorama geral das entrevistas das associadas da Artes da Terra.	51
Quadro 2 - Linha Cronológica das Ações e Políticas Públicas de ECOSOL.....	83
Quadro 3 – A relação entre os agentes envolvidos e as Políticas Públicas para o EES, AAT em Itajubá.....	89

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Proporção de famílias chefiadas por mulheres - Brasil e Regiões, 2001 a 2015.	54
Tabela 2 - Variação orçamentária e nível de aplicabilidade na Política Nacional de ECOSOL	85

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Proporção de famílias chefiadas por mulheres - Brasil e Regiões, 2001 a 2015... 54

Siglas

AAT – Associação Artes da Terra

ECOSOL - Economia Solidária

EES- Empreendimento Econômico Solidário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INTECOOP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PPG DTecS - Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade

SECUT - Secretaria de Cultura e Turismo de Itajubá

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

UNIFEI–Universidade Federal de Itajubá

1. TECENDO CAMINHOS

1.1. Os caminhos e a pesquisadora

*“Nessa rígida dualidade, somente o mundo público desfruta de reconhecimento social”
(CARRASCO, 2003, p.16).*

Antes de falar da minha relação com o movimento feminista e os estudos acadêmicos, gostaria de começar pela influência das mulheres que passaram em minha vida e que nunca permitiram que eu desistisse, ensinaram que ser mulher é difícil, que é uma relação de luta, força e resistência, mas ao mesmo tempo, ensinaram-me que era muito importante o fato de sermos mulheres, pois iríamos transformar o mundo em um lugar muito melhor, mais igualitário e justo.

Minhas irmãs me ensinaram que juntas somos mais fortes, que uma ajuda a outra, não importando onde estejamos, sempre podendo contar umas com as outras, afinal nasci em uma família onde somos em quatro filhas e, sim... Todas as mulheres. Cada uma tem suas crenças e ideologias, mas o que nos une é o fato de sermos irmãs e mesmo sem elas saberem, me ensinaram muito sobre o que é ser feminista e o porquê é importante apoiar outra mulher.

Outra mulher que me auxiliou no meu caminho é minha mãe, matriarca, geradora, professora de física e educadora. Ela me ensinou que podemos tudo, até mesmo ocupar espaços tidos como masculinos, como cursar física. Mas estar nesses espaços não seria fácil, afinal na turma dela se formaram somente seis pessoas, sendo ela a única mulher. Ensinou que a educação era necessária e que mesmo com poucos recursos financeiros, nós mulheres tínhamos que estudar para nunca depender de homem algum. Além de professora, ela ajudava o meu pai com a oficina de costura, com isso me instruiu a aprender a costurar e fazer artesanatos, pois dizia que a vida não era fácil e que precisávamos aprender a nos virar, dizia ela.

A minha relação com o artesanato se iniciou quando depois de muitas tentativas de aprender a tricotar ou a crocheter, minha mãe me aconselhou a fazer fuxico, que por meio do uso de retalhos de tecidos e resto de linhas, o fuxico se transformava em uma linda flor, podendo assim, fazer diversas coisas, como colchas, almofadas, marca páginas, entre outros. Ressignificando, o que antes para alguns não tinha valor, agora poderia ter um significado como o fuxico. Com ele pude aprender que juntando os retalhos podemos transformar diversas realidades, ou seja, se juntarmos todos os retalhos de nós mulheres, podemos

transformar o mundo, seja por meio da educação, trabalho, (re) existência, o que, para esta pesquisadora, traz o significado de feminismo.

Minha relação com o movimento feminista e os estudos acadêmicos se iniciou em 2012. Desde então, tive uma intensa e forte atuação nos movimentos sociais, como estudantis e feministas na cidade de Limeira, interior de São Paulo, e colaborei na criação da frente feminista da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), dentro do curso de Administração. Participei de debates e de lutas que foram sendo realizados dia a dia. Com o passar do tempo, notei que a opressão sofrida era semelhante entre várias mulheres e que havia algo em comum entre estas e a universidade, principalmente em torno do medo e da violência sofridos.

No ano de 2015, após a participação no Seminário Latino-americano de Estudos Feministas em Ciência e Tecnologia, percebi a importância de interligar os debates realizados dentro dos movimentos sociais e da academia, trazendo a essencialidade de cursar um mestrado para dar continuidade e aprofundamento nos estudos sobre a construção social da mulher. Assim, em 2017, vim cursar o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS) da UNIFEI, a fim de colaborar com os estudos sobre as mulheres e suas implicações sociais.

Já instalada em Itajubá-MG, tive o conhecimento que, no final de março de 2017, uma estudante da UNICAMP, campus Limeira, havia sido vítima de feminicídio próximo à universidade. Esse fato foi fundamental na escolha do meu tema de dissertação. Após um período de pesar, refleti que não importa o local ou quem seja a mulher, estaremos expostas, muitas vezes, a um cenário desigual e violento. Nesse momento de luto, me resignifiquei e decidi utilizar a escrita como forma de luta e transformação social.

Dentro dessa transformação social conheci minhas duas orientadoras, mulheres estas que tiveram uma parte muito importante no caminho de (re) existência e aprendizagem dentro da Universidade. Viviane me acolheu e mesmo com todas as minhas dificuldades de adaptação e aprendizagem, sempre carinhosamente teve paciência comigo, me ensinando em todas as nossas conversas que eu podia e posso qualquer coisa, e que jamais podemos desistir, mesmo em tempos difíceis e não importando o local, poderíamos realizar nossas lutas do dia a dia. Ela me mostrou que a universidade pode sim ser um espaço de transformação e não precisa estar em coisas grandiosas para lutarmos, mas que não seria novamente fácil estarmos lá. Com isso me mostrou que, posso sim ser mulher, estar na universidade e ocupar esses espaços do meu jeito, trazendo outros significados para o que era ser feminista, agora dentro de uma pós-graduação.

Já a Bruna, minha outra orientadora, me ensinou que sim, nós mulheres podemos escrever sobre mulheres, mas novamente não seria fácil. Seria um caminho árduo e de muitos desafios, mas que nunca poderíamos desistir, e que a “solução” seria a minha resistência, que somente eu saberia o quê seria o melhor para mim. Afinal, nós mulheres somos uma categoria plural, onde juntas poderíamos e podemos nos fortalecer, ressignificando assim os espaços, ocupa-os a nossa maneira e no nosso tempo, me mostrando novamente que há pluralidade em ser feminista.

Ainda durante o meu processo de adaptação no município de Itajubá, busquei uma aproximação com os trabalhos e locais em que as mulheres mais frequentavam, visto que eu enquanto mulher me sentia mais confortável nesses ambientes e situações. Em uma das minhas idas às feiras de artesanato realizadas no município, percebi que estas acontecem, em sua grande maioria, pela atuação de mulheres, o que possibilitou questionamentos referentes à maneira que estas se sentiam dentro daquele espaço e como trabalhavam no interior de seus lares.

Após essas indagações internas, me aproximei da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP) da UNIFEI, visto que naquele momento minha orientadora fazia parte de seu corpo executivo, que, naquele momento, estava incubando a Associação Artes da Terra (AAT) em torno das atividades realizadas na feira de artesanato. Esse estreitamento possibilitou uma aproximação com a AAT e a definição do tema de pesquisa a ser realizado.

Diante disso, o tema da dissertação possui uma relação com a minha vivência, enquanto mulher trabalhadora, latino-americana e feminista, pelo qual associo os meus estudos realizados anteriormente durante a graduação em Administração às análises críticas sobre as tarefas e os locais ocupados pelas mulheres da AAT.

1.2. Introdução

Esta pesquisa possui como eixo principal de estudo a construção social do trabalho das mulheres de uma associação de artesanato do município de Itajubá, localizado na região do Sul de Minas Gerais, tendo como base as tendências do desenvolvimento e as relações sociais pautadas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS), da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

Como eixos secundários, esta pesquisa traz discussões da divisão sexual do trabalho e da economia feminista a partir do convívio social de artesãs de uma associação. Oferece também contribuições para relações de intersecção dos diálogos entre o poder público de Itajubá e às demandas das associadas. Por fim, outro eixo secundário está relacionado às análises referentes à existência ou não das práticas associativas que permeiam a Economia Solidária, realizadas pelas membras da associação¹.

No decorrer da execução da proposta, observou-se a necessidade de readequação da pesquisa, especificamente nas dimensões sociais referentes às práticas organizacionais associativas e do papel social da mulher na sociedade. Isso ocasionou em uma aproximação com o Núcleo de Pesquisa, Extensão e apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, o Núcleo Travessia, bem como em torno das suas discussões, em seus trabalhos e grupos de estudos realizados.

Essa aproximação auxiliou na reformulação do tema da dissertação para se adequar à linha de pesquisa, Desenvolvimento e Sociedade, existente no PPG DTecS. Isto foi possível por meio de uma análise crítica dos estudos de economia feminista, de economia solidária e de desenvolvimento e sociedade. Neste sentido, as escolhas teóricas alinham-se à temática da Interdisciplinaridade do PPG DTecS, aproximando os temas da Economia Feminista e da Divisão Sexual do Trabalho. O caminho teórico proposto para tal discussão assume uma linha crítica a partir da perspectiva feminista nas relações sociais das mulheres nos locais domésticos e públicos.

Visto que a mulher não possui uma única categorização, mas pertence a uma categoria plural que é construída e vivida todos os dias (Moore, 2000), Simone de Beauvoir (1949)

¹ Esta pesquisa tem com pauta apresentar uma linguagem crítica sobre a questão de gênero, apresentando não somente uma questão linguística, mas também social, cultural e política referente às mulheres. Costa (2002, p.22) menciona que é preciso apresentar “[...] a categoria “mulher” tanto como sujeito quanto signos”, visto que a posição dela é construída por meio de discursos sociais, que em alguns momentos apresenta uma relação de ausência ou negatividade. Diante disto a palavra “membra” utilizada na construção deste trabalho, que segundo o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras (5.ª edição, 2009) é o substantivo feminino de membro, busca apresentar não somente uma translucidez linguística para este substantivo, mas também política, social e cultural.

menciona que “[...] *não se nasce mulher, torna-se mulher*”. A afirmação da autora revela a relação da construção social dentro das vidas das mulheres durante todo o período histórico, sendo influenciada pelos pilares das sociedades que são majoritariamente patriarcais. Dentro desses pilares está implicada, também, a relação de disputa entre os atores de grupos sociais e este conflito apresenta um não equilíbrio de forças que estão interligados à cultura de gênero. Contudo, as iniquidades de gênero, que culminam no viés androcêntrico² e que influenciam na produção e na reprodução do trabalho, nem sempre foram evidenciadas.

Os locais de produção e reprodução do trabalho não possuem as mesmas representações sociais para homens e mulheres, sendo estes pertencentes a localidades públicas ou privadas. Nos espaços públicos, os homens são maioria influente para tomarem decisões nos âmbitos do mercado de trabalho e dos sistemas educacionais, políticos e econômicos, se convertendo em trabalho assalariado. Já os espaços privados são protagonizados pelas mulheres e a referência mais clara para esse espaço está representada nos lares, no qual as mulheres exercem as funções de reprodução da vida e da força de trabalho, sendo visto como um trabalho não valorizado e não assalariado (CARRASCO, 2008; TEIXEIRA, 2008; COELHO, 2009; BOHN, 2017; BRUSCHINI e RICOLDI, 2009 e FEDERICI, 2017).

Segundo Federici (2017), o desenvolvimento histórico do sistema capitalista, domesticou e ainda domestica os corpos das mulheres. Essa domesticação auxiliou um processo de apropriação pelo Estado dos corpos das mulheres, transformando-os em um maquinário de produção e reprodução de mão de obra. A autora, a partir de uma análise feminista marxista, aborda o desenvolvimento e fortalecimento do sistema capitalista a começar com a caça às bruxas, quando, por meio desta, ocorreu uma marginalização tanto dos corpos quanto dos trabalhos exercidos pelas mulheres. Essa desvalorização juntamente com o avançar do sistema capitalista, auxiliou no surgimento de uma divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo (SAFFIOTI, 1987; CARRASCO, 2003; HIRATA e KERGOAT, 2007; FEDERICI, 2017).

Segundo Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é uma maneira que dissocia socialmente as tarefas e locais de trabalho de acordo com o sexo, sendo esta construída social e historicamente, em que os homens ficaram destinados ao ambiente

² O androcêntrico ou o androcentrismo traz a representação do masculino como centralidade (SAFFIOTI, 2001), na qual as mulheres são isoladas e invisibilizadas como indivíduos ampliando a lacuna entre o público e o privado (BÉREGÉRE MARQUES-PEREIRA, 2009).

produtivo e a mulher ao ambiente reprodutivo. E quando é analisado o papel exercido pelas mulheres dentro dos processos artesanais, observa-se que ele se distancia dos sistemas hegemônicos e dos locais tidos como públicos. Assim, vê-se que o artesanato pertence a uma “dupla exclusão”: primeiro, porque não possui uma produção em massa, mas uma produção individual e criativa; segundo porque historicamente o artesanato vem sendo realizado majoritariamente por mulheres em seus locais domésticos, tidos como privados e afastado do mercado global (SILVA, 2015).

Hirata e Kergoat (2007) relatam que divisão sexual do trabalho é uma segmentação social e trabalhista entre os sexos, sendo reformulada historicamente. Sua característica é a ocupação majoritária dos homens nas esferas produtivas e públicas e as mulheres nas reprodutivas e privadas, sendo que os locais e atividades que as mulheres exercem tais atividades são desvalorizados e invisibilizados.

Tecendo a partir da ótica feminista e cultural, Hirata e Kergoat (2007) argumentam que há dois princípios norteadores da organização social do trabalho, o primeiro é o da separação com a disparidade entre trabalhos destinados a mulheres e outros para os homens e o segundo da hierarquia na qual as tarefas realizadas pelos homens são mais valoradas do que as das mulheres.

Com essa divisão sexual do trabalho, muitas mulheres realizam suas tarefas de forma isolada, em seus respectivos lares. Federici (2017) menciona que ao longo de muitos períodos históricos, a solidariedade e a coletividade se construíram como uma forma de resistência e alternativa para o sistema hegemônico que estava sendo imposto. Na América Latina, surge a Economia Solidária (ECOSOL) como uma alternativa de geração de renda para uma população que ao longo da consolidação do capitalismo sofreu com a perda de empregos e com baixos salários.

Economia Solidária, segundo Singer (2008), seria um modo alternativo de produção, tendo as bases na solidariedade, cooperativismo e autogestão (SINGER, 2002, 2004, 2008, 2018; VASCONCELLOS, 2011; CHERFEM, 2014), com a finalidade de formar um local mais igualitário, com a divisão dos lucros e prejuízos de maneira mais habitual (SINGER, 2004). Dentro da formação histórica da ECOSOL, o Brasil possui destaque em sua construção teórica e prática, se consolidando a partir dos anos de 1990, devido ao aumento do desemprego, essa crise na organização de movimentos trabalhistas, sindicalistas e grupos religiosos surgiu com o objetivo de propor um novo modo de produção (CHERFEM, 2014).

A ECOSOL se assenta em um tripé, que tem como base: 1) as agências de apoio e fomento, como ONGs e Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que

auxiliam os empreendimentos em apoio à formação e demandas administrativas; 2) o Poder Público, que tem como responsabilidade desenvolver políticas públicas que englobe a ECOSOL e 3) os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) (LEITE *et al.* 2012; FRANÇA FILHO e CUNHA, 2009).

Os empreendimentos econômicos solidários são inúmeros, sendo as associações e cooperativas, as formas organizativas mais comuns (GAIGER, 2003; VERONESE *et al.* 2017). Dentro dos EES as assembleias representam o órgão máximo de representatividade democrática, pois é por meio delas que se é deliberado os modos de produção e retiradas dos empreendimentos (GAIGER, 2003; SINGER, 2018). Em 2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgou que as associações são as formas organizativas mais existentes no Brasil e sua grande maioria está localizada em zonas rurais. Gaiger (2003) menciona que um dos impulsos de uma associação está relacionado com a sua empregabilidade e a probabilidade de maior renda de forma coletiva e democrática.

Em Itajubá, há a Associação Artes da Terra (AAT), que existe desde 2001, formada por 25 artesãs e artesãos e produtoras e produtores caseiros na área de alimentação e artesanato, sendo sua grande maioria composta por mulheres, sendo dezessete mulheres e oito homens, com média de idade de 52 anos. Assim, tendo as bases da composição social, econômica e sexual da AAT, a pesquisa traz como problematizações:

De que maneira se dispõe socialmente o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres da AAT? Como são construídas as relações sociais das associadas da AAT com o poder público de Itajubá e como que as práticas associativas de economia solidária influenciam nos elos coletivos das mulheres da AAT?

Diante das problematizações apresentadas anteriormente, o trabalho traz como justificativa a discussão sobre o hiato da construção social do trabalho de mulheres artesãs, visto que a maneira com que os homens e as mulheres vivem e se relacionam não são resultados de uma sina biológica, mas sim de uma construção social e cultural de simbolismos e elementos concretos que interferem na realidade de ambos (Kergoat, 2009). Joan Scott (1995) menciona que é necessário analisar palavras, símbolos e personagens sociais a partir do seu contexto social composto historicamente.

Quando se é analisado a “palavra gênero” mesmo que a sua interpretação se faz de forma divergente entre algumas pesquisadoras, todas buscam de maneira analítica aferir a construção social, cultural e histórica dos papéis sociais dos homens e das mulheres (Scott, 1995). Os papéis sociais são construídos e reverberados por meio dos alicerces da sociedade

patriarcal, sua representação muitas vezes é revista de normas morais, naturalizadas e hierarquizadas pela sociedade.

Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2009) explica que trabalho doméstico é um compilado de trabalhos que possuem relações com zelo de pessoas e que são realizadas no ambiente familiar de maneira gratuita costumeiramente por mulheres. O trabalho doméstico determina as condições sociais das mulheres, pois é pelo trabalho doméstico em que são naturalizadas e hierarquizadas diversas funções.

A partir de uma ótica feminista é visto que as relações sociais se constroem historicamente e não são realizadas de forma homogênea. No entanto, dentro dos contextos hegemônicos é observada uma forte predominância do patriarcado e da invisibilidade dos papéis realizados pelas mulheres. Esta representação de cada papel realizado pelas mulheres normalmente é carregada por estereótipos que condicionam muitas vezes a uma invisibilidade. Este fato quando analisado auxilia o surgimento de uma divisão sexual do trabalho.

Quando se é analisado por meio da dicotomia do trabalho produtivo e reprodutivo, há uma lacuna referente ao local e tipo de trabalho em que o artesanato realizado pelas mulheres pertence. Mesmo o artesanato sendo um trabalho realizado no ambiente doméstico, tido como “privado”, ele não é um trabalho reprodutivo, pois não está relacionado às relações de afetividade e nem produtivo, pois foge da lógica do capital hegemônico. Com isso, a pesquisa traz a importância da reflexão e preenchimento de parte da lacuna teórica sobre a construção social do trabalho realizado por mulheres de uma associação de artesanato do sul de Minas Gerais.

Desta forma, a dissertação possui como objetivos gerais de pesquisa, analisar de que maneira são construídos socialmente os elos de trabalho produtivo e reprodutivo nos locais públicos e privados ocupados por mulheres da Associação Artes da Terra localizada no município de Itajubá-MG. Para melhor alçar os objetivos gerais do trabalho a dissertação apresenta três objetivos específicos:

- I. Analisar de que maneira a divisão sexual do trabalho e a economia feminista se reverberam dentro do convívio social de associadas da AAT.
- II. Verificar como as sujeitas da AAT se veem enquanto grupo associativo e se há princípios ou não de economia solidária entre elas e suas práticas
- III. Pesquisar se há ou não um diálogo entre as sujeitas da AAT com o poder público do município de Itajubá na construção de políticas públicas de Economia Solidária.

2. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa tem como princípio demonstrar os principais caminhos percorridos durante a sua construção. Para tanto, esta sessão está organizada em quatro aspectos: i) as implicações e a aproximação com o campo de pesquisa, ii) as sujeitas de pesquisa, iii) fundamentos metodológicos, e iv) as ferramentas utilizadas.

2.1. As implicações e a aproximação com campo de pesquisa

Em março de 2017, passei a fazer parte do Programa de Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, na Universidade Federal de Itajubá (PPG DTecS/UNIFEI), o qual estabeleci uma discussão sobre os processos de desenvolvimento. Em setembro de 2017 participei do Fórum Sul mineiro de Economia Solidária, realizado em Itajubá, organizado pela então presidente da AAT em parceria com o Núcleo Travessia³. Nesse evento deparei-me com a discussão sobre a Economia Solidária e os empreendimentos do município de uma maneira crítica frente ao desenvolvimento hegemônico e, naquele momento, optei por buscar compreender a AAT e sua relação com a Economia Solidária.

Minha aproximação com a AAT deu-se por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP) da UNIFEI. A INTECOOP apoia o trabalho da AAT, auxiliando na formação enquanto grupo associativo, ajudando a promover reuniões e construindo processos formativos para melhorias de aspectos financeiros, jurídicos, comerciais e organizativos.

Em uma reunião entre a INTECOOP e a AAT, realizada em abril de 2018, fui apresentada para suas membras, informando-as do meu interesse em realizar pesquisa sobre a associação. Feito o primeiro contato, realizei quatro idas à feira para me aproximar e estabelecer afinidade e confiança com as associadas, sujeitas desta pesquisa.

No dia 13 de junho de 2018 fui convidada para participar da assembleia da AAT. No início da reunião fui apresentada ao grupo como pesquisadora da UNIFEI, que auxiliaria durante a reunião na redação da ata. Esta participação me pareceu ser o início da confiança estabelecida entre mim e a associação, o que me permitiria obter maior familiaridade com as sujeitas da pesquisa. Este momento possibilitou a obtenção de algumas informações relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. Estas informações compõem os dados de coleta e serão relatadas na sessão “Ferramentas metodológicas”.

³Núcleo de pesquisa, extensão e apoio ao desenvolvimento rural e agricultura familiar, registrado no CNPq e vinculado ao PPG DTecS/UNIFEI.

2.2. As sujeitas de pesquisa: as associadas da AAT

A sujeita⁴ a ser pesquisada, chamada aqui de sujeito social (TOURAINÉ 2006; SCHERER-WARREN, 2008), refere-se às associadas⁵ pertencentes à AAT. A associação, segundo o Regimento Interno de Funcionamento (2017), foi constituída oficialmente no dia 11 de maio de 2001. A AAT não possui sede, mas se encontra semanalmente na feira organizada no Município de Itajubá e realiza reuniões periódicas na INTECOOP.

A associação tem como princípio criar um ambiente que promova a valorização e o ensejo para as artesãs e artesãos e produtoras e produtores caseiros⁶ de Itajubá e região. Este ambiente materializa-se na feira realizada às sextas-feiras das 13h às 18h e aos sábados das 08h às 13h, na praça Getúlio Vargas, no centro de Itajubá. A feira é o local de exposição e comercialização do resultado do trabalho das associadas.

Dentre os critérios estabelecidos para associar-se à AAT e, conseqüentemente, participar da feira, é exigido que os artigos sejam feitos por fabricação própria e artesanal, não havendo restrição para o número de barracas com produtos equivalentes. Não é consentido que a associada tenha algum tipo de comércio em Itajubá ou região, além de exigir a permanência mínima de seis meses da associada na feira, estando sujeita a multa de 06 mensalidades no caso de desistência.

Atualmente a AAT é composta por vinte e cinco associadas, dividida em dois setores: artesanato e alimentação. Sendo quatro mulheres e cinco homens participantes do setor alimentício e quatorze mulheres e dois homens participantes do setor artesanal.

Em artesanato são comercializados: bonecas, bolsas, aventais com retalhos de tecidos; colares, pulseiras de bambu e bijuteria; acessórios para a cozinha de crochê, tricô e patchwork; produtos religiosos de Pau-Brasil, pérola, pedras e cristal; mini plantas e brinquedos didáticos infantis de tecido.

Já em alimentação são comercializados: Castanha de caju natural, cone trufado, bolo de castanha, gastronomia típica italiana, canelone, rondelli e nhoque, tapioca artesanal com diversos sabores (salgados e doces), água de coco e suco natural de frutas, pastel de milho e

⁴ Na pesquisa será utilizada a palavra sujeita, mas não como caráter submisso, mas sim representativo, visto que há mais mulheres que compõem a associação, apresentando também uma escrita que busca demarcar a natureza de gênero, e que questiona o papel da mulher dentro da sociedade e não como um papel submisso e coadjuvante, mas sim de sujeitas que fazem parte da construção da sociedade.

⁵ Como a maioria das pessoas que compõem a associação são mulheres, durante a construção do texto da dissertação serão utilizadas as palavras associadas e membras, se referindo para a composição tanto de homens como mulheres dentro da associação Artes da Terra.

⁶Os termos “artesãos” e “produtores caseiros” foram definidos no Regimento Interno de Funcionamento da AAT.

trigo diversos sabores (salgados e doces), suco natural de frutas, refrigerante, crepe suíço, bolo de milho verde fresco, balas de coco e baiana e trufas.

2.3. Fundamentos metodológicos

Os princípios teóricos que norteiam essa discussão estão amparados pelos pressupostos da Economia Solidária, partindo da compreensão da cooperação, da solidariedade, da viabilidade econômica, da autogestão e do desenvolvimento sustentável que serão melhores trabalhados no capítulo teórico subsequente (SINGER, 2002) e da Economia Feminista, que busca transformar as análises impostas pela sociedade hegemônica, trazendo uma translucidez para os papéis sociais econômicos e políticos das mulheres (BOHN, 2017; COELHO, 2009; TEIXEIRA, 2008).

Em termos metodológicos a pesquisa será respaldada na noção de interdisciplinaridade, haja vista que o trabalho faz parte de um programa interdisciplinar e, portanto, se faz importante a representação da mesma dentro da construção da pesquisa.

A interdisciplinaridade ocorre por meio de uma construção interdependente entre a minha formação acadêmica tanto na graduação (Administração de Empresas), como no mestrado e minha vivência dentro dos movimentos sociais e a aproximação com as sujeitas de pesquisa. Estes fatos auxiliam na observação de lacunas existentes no convívio social das mulheres da AAT, que por meio de uma ótica disciplinar não conseguiria analisar profundamente os objetivos da pesquisa. Como pode ser observado pela **Figura 1** – Diagrama do desenvolvimento da interdisciplinaridade na pesquisa, representada abaixo.

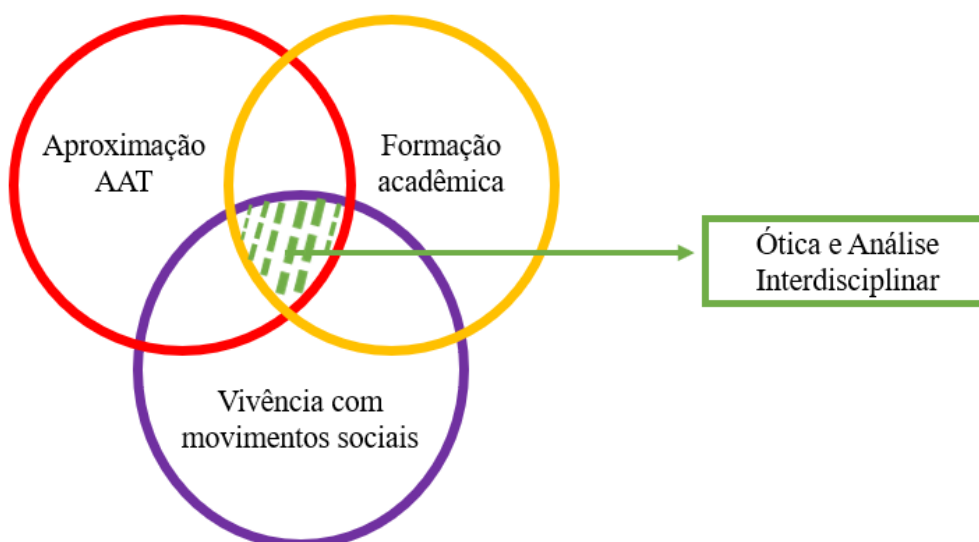


Figura 1 – Diagrama do desenvolvimento da interdisciplinaridade na pesquisa
Fonte: Elaborada pela autora.

A **Figura 1** – Diagrama do desenvolvimento da interdisciplinaridade na pesquisa foi construído com base no diagrama de Venn. Segundo Santos (2017) os diagramas de Venn são formados por inflexões fechadas expressados sobre um projeto, com o objetivo de representar a junção, a convergência, o embarcamento e as relações ou não de ligação entre os elos envolvidos. Assim, o diagrama tem como objetivo representar os elos que formam as análises e óticas interdisciplinares na pesquisa, expressada por meio da intersecção dos elos representados por círculos.

Japiassu (1976) menciona que a interdisciplinaridade não é romper com a disciplinaridade e sim formar conjuntamente a partir de uma visão mais plural uma nova forma de desenvolvimento e de conhecimento, possibilitando o que Raynaut (2011) argumenta no sentido de que a interdisciplinaridade motiva questionamentos assíduos e uma permanente “reconstrução” do modelo central vigente, sendo esta uma das pioneiras frentes na luta contra os sistemas políticos e sociais vigentes.

Complementando, Fazenda (1979) aborda a temática como a trama de um fio dentro do processo de formação de conhecimento, tendo em suas bases e produções ligados a relação histórica e social da sociedade. Entende-se então como isso se faz importante na base da pesquisa, metodologias feministas, visto que ambas são embarcadas na discussão de interdisciplinaridade.

As metodologias feministas esboçam a importância e personificação da pesquisadora em relação às sujeitas de pesquisa em como sua presença modifica as relações sociais existentes (NEVES e NOGUEIRA, 2005; NARVAZ e KOLLER, 2006). Sendo assim, não há somente uma única metodologia feminista, pois há diversas maneiras de expressar os conhecimentos a partir de distintas teorias, podendo assim, acarretar distintos resultados de pesquisas (NARVAZ e KOLLER, 2006).

Segundo Neves e Conceição (2005) desde a década de 70, o movimento feminista está inserido no ambiente acadêmico e passa a questionar a relação universal dos processos metodológicos e socio-estruturais existentes dentro da pesquisa, trazendo a reflexão da incumbência de quem realiza as ações de investigação dos trabalhos. Essas características de acordo com as autoras tangem o aspecto da reflexividade, que aborda a interdependência entre a pesquisadora e as sujeitas de pesquisa.

Assim sendo, não podem nunca derivar de um vácuo relacional entre os/as investigadores/as, os/as investigados/as e os seus ambientes, uma vez que as referências sociais de todos se cruzam inevitavelmente no curso da investigação. A reflexividade deve, por isso mesmo, fazer-se sobre implicações desse cruzamento de referências sociais, de maneira a favorecer

um melhor entendimento das dinâmicas que se desenvolvem nos espaços de interação (NEVES e CONCEIÇÃO, 2005, p. 410).

A pesquisa feminista busca amenizar as relações de poder entre a pesquisadora e as pesquisadas, buscando trazer o protagonismo do conhecimento das sujeitas do trabalho (NARVAZ e KOLLER, 2006). Na atual dissertação buscou-se dar voz e centralidade para as falas das sujeitas da AAT, o que possibilitou a envergadura de todo o trabalho.

Hemmings (2009) complementa que os conceitos feministas ocidentais, partem do desenvolvimento de uma historiografia que busca trazer relatos e teorias do passado para tentar justificar características existentes no presente, o que acarreta também uma responsabilidade política e ideológica dentro da construção de pesquisas. Este fato ocorreu dentro do presente trabalho com o desenvolvimento do referencial teórico que buscou trazer fundamentos que pudessem se relacionar e com os resultados coletados dentro do campo de pesquisa.

A pesquisa é de natureza qualitativa, que preza pela busca dos aspectos mais profundos e subjetivos, trazendo como ótica a relação de que a pesquisa não é neutra e sofre influências de quem realiza o trabalho. A pesquisa foi construída de acordo com a visão de quem a executou, sendo tecida por meio da cultura e o ambiente em que se estava inserida, com isso as pesquisas e teorias tinham como propósito organizar e construir de diferentes maneiras o conhecimento e referendar práxis legitimada por determinada comunidade científica em determinado contexto histórico (HARAWAY 1995; NARVAZ e KOLLER, 2006; HARDING, 2007; KELLER 2006).

Segundo Narvaz e Koller (2006) as teorias são maneiras distintas de desenvolver uma sabedoria em um determinado período histórico, o que tem por finalidade desenvolver atos e saberes. Contudo, qualquer ação aplicada é um ato político, sendo necessária a expressão das conjecturas teóricas e ideológicas (NARVAZ e KOLLER, 2006). Essa aplicabilidade se reverbera transversalmente com a interferência da pesquisadora como uma agente transformadora de reorganização social (HARDING, 1993). Essa mudança é composta também pelas relações e vivências desenvolvidas pela pesquisadora, o que auxilia em uma simbiose entre as atuações de militância e acadêmica da mesma, como um ato político, fato este, pode ser observado pelas palavras de Miguel (2003), citadas abaixo:

Essa postura significa transpor os discursos que defendem uma demarcação rígida dos espaços da academia e da militância; significa congrega esforços no sentido de podermos cada vez mais mesclá-los, transitar entre eles, transversalizando nossas ideias e nossos lugares (MIGUEL, 2003, p. 283).

A demarcação política e ideológica foi desenvolvida ao longo de toda a construção do trabalho. Segundo Alencar (1999) o trabalho se inicia com a formulação do problema de pesquisa e com os paradigmas que auxiliam a fundamentação das questões do trabalho. A escolha da problemática é formada pelas propensões sociais de quem realiza a pesquisa, sendo inverossímil realizar uma distinção entre os aspectos epistêmicos e de probidade (NARVAZ e KOLLER, 2006).

Com isso, para este trabalho foi desenvolvido um sistema circular de pesquisa (ALENCAR, 1999). A sequência circular representa o caminhar da pesquisa, que é cíclico e está sempre em constante mudança, iniciando com a formulação das questões problematizadoras da pesquisa, seguindo pela coleta dos dados por meio das ferramentas predefinidas e por fim retornando ao campo para a coleta de dados complementares. Portanto, sequência circular possibilita a realização de diversos contatos consecutivos com o campo e com a própria análise, tornando o processo (coleta, sistematização e a análise) processos não engessados, mas com possibilidade de reformulação devida exatamente ao contato com o campo.

Este fato pode ser observado pela **Figura 2** - Fluxo de Pesquisa do procedimento metodológico, que traz a representação da sequência circular de dados pelo círculo tracejado (ALENCAR, 1999). Um fato que cabe destacado é o caráter teórico e político da escrita, sendo representado pela ótica e vivência da pesquisadora, que interfere em todas as etapas metodológicas da pesquisa, sendo representado pelo tracejado lilás na figura 2 (NARVAZ e KOLLER, 2006).

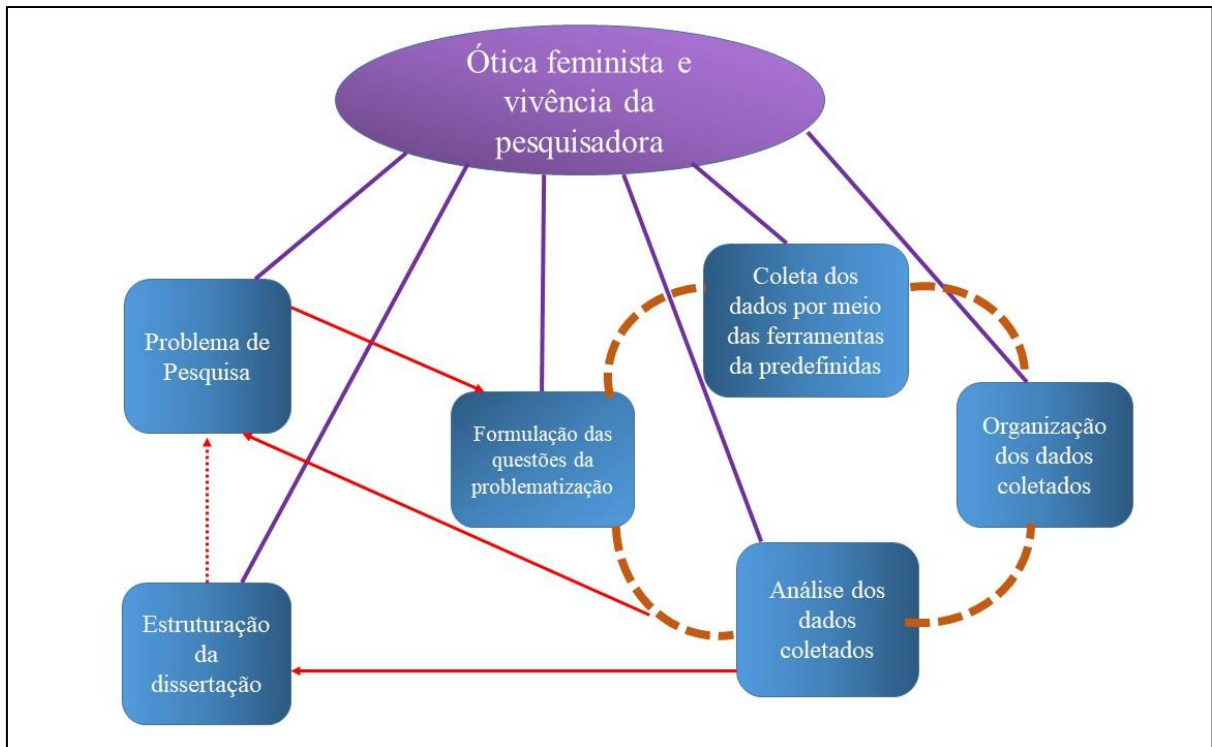


Figura 2 - Fluxograma de pesquisa do procedimento metodológico.
 Fonte: elaborado pela autora, (adaptado de Alencar, 1999).

A sequência circular trouxe a organização dos dados por meio das ferramentas utilizadas dentro do campo, que serão melhores apresentadas no subcapítulo a seguir. A análise dos dados ocorreu por meio de algumas etapas, apresentadas abaixo (ALENCAR, 2009). Cabe destacar, que parte das análises foram realizadas por meio da descrição das características substanciais e subjetivas das mensagens coletadas, usando categorias derivadas de modelos teóricos.

Organização dos dados coletados da observação participante em relatos no caderno de campo e transcrição das entrevistas semiestruturadas (ALENCAR, 2009):

- 1) Realização de uma leitura bastante criteriosa dessa dos dados coletados;
- 2) Organização para a verificação de possíveis simbioses dos dados coletados, comparando os aspectos epistêmicos e de probidade existentes;
- 3) Essas simbioses foram organizadas em categorias que dentro da pesquisa e posteriormente foram representadas em capítulos
- 4) Repetição dos processos citados acima para o aperfeiçoamento analítico da pesquisa.

Essa reincidência ocorreu de forma constante e fluída na pesquisa, o que corroborou durante o processo de construção do texto uma maior adequação do tema a ser pesquisado e uma maior aproximação com as sujeitas da AAT. Esse estreitamento ocasionou um maior

protagonismo dos conhecimentos das sujeitas dentro das bases de todos os capítulos da pesquisa (HARDING, 1993; NARVAZ e KOLLER, 2006). Harding (1993) argumenta que a partir do momento em que se pesquisam as vivências das mulheres ao invés dos homens, surge relações até o momento invisibilizadas pelo modelo hegemônico como afetividade e estruturas sociais.

O espaço social existente em grande parte do mundo não é homogêneo e é marcado pelo desequilíbrio de gênero, no qual há mais pesquisas desenvolvidas pela ótica androcêntrica, ou seja, por uma perspectiva masculina, branca e de países do Norte, apresentando a relevância da crítica feminista, construindo tanto um papel epistemológico dentro das análises realizadas, por meio de uma escrita contrária à objetividade imposta dentro do contexto majoritariamente masculino e machista, como também de resistência frente ao discurso e práticas realizadas pelos homens, seja dentro do ambiente acadêmico, seja na sociedade em si (HARAWAY, 1995).

Diante disso é importante destacar, enquanto pesquisadora, uma ótica que me descreve enquanto mulher, feminista, trabalhadora e latina americana frente às análises realizadas a partir de vivências e convivências realizadas neste período. Meu contato com o feminismo se intensifica a partir de 2012, construindo um itinerário cheio de curvas e subidas sejam na academia como na militância do dia a dia, construindo e delineando a escolha do campo a ser analisado, visto que a associação é formada majoritariamente por mulheres e por mulheres que não correspondem à centralidade da sociedade capitalista, e conforme menciona Haraway (1995, pg. 22), “Há grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos”, mostrando a importância para a compreensão da realidade vivenciada a partir das sujeitas que compõem essa periferidade, no caso da pesquisa as artesãs da AAT.

A pesquisa preocupa-se também, embarcar a relevância de analisar esse grupo de associadas em que a maioria é composta por mulheres e que correspondem à margem do sistema imposto (HARAWAY, 1995). A partir da compreensão de que essas sujeitas de pesquisa fazem parte de um contexto global, que se interagem com toda a sociedade é reverberado de que elas são sujeitas de pesquisa e não somente um objeto a parte (TOURAINÉ, 2006; SCHERER- WARRER, 2008).

2.4. Ferramentas metodológicas

O percurso metodológico desta pesquisa iniciou-se no dia 03 de abril de 2018, com a aproximação das sujeitas de pesquisa da Associação Artes da Terra (AAT). Para que ocorresse uma melhor compreensão dos dados, adotaram-se diversas ferramentas metodológica, como por exemplo, entrevistas semiestruturadas, observação participante, caderno de campo, e, por fim, a triangulação destes.

Uma das primeiras ferramentas utilizadas na pesquisa foi à observação. Segundo Boni e Quaresma (2005) a observação faz parte do processo metodológico na coleta de dados, sendo um método de aproximação com as sujeitas de pesquisa. Foi utilizada também a observação participante, pela qual se buscou uma integração ativa da pesquisadora com as sujeitas de pesquisa (BONI e QUARESMA, 2005).

A observação participante ocorreu por meio do convívio mais fluido e intenso entre a pesquisadora e as sujeitas da AAT proporcionado pela participação ativa em 07 (sete) reuniões e assembleias. Essa presença foi estreitada pelo convite das mulheres da AAT para a realização das atas das assembleias, o que possibilitou além da presença enquanto pesquisadora como também uma facilitadora de alguns assuntos emblemáticos dentro do empreendimento, como a relação de união, vendas e diálogos com o poder público.

Outra ferramenta importante que foi utilizada na pesquisa foi à entrevista semiestruturada, que segundo Alencar (1999) é o método de análise em pesquisas social mais aplicada e pode ser realizada tanto pessoalmente como via telefone. Na construção da pesquisa, as entrevistas foram realizadas pessoalmente durante os dias das feiras ou reuniões da AAT. As entrevistas possuíam roteiros semiestruturados, e a elaboração das perguntas teve cuidado quanto a uma linearidade, sentido e objetividade do trabalho para a construção do diálogo entre a pesquisadora e as entrevistadas. Os registros das entrevistas foram realizados através de diário de campo, posteriormente transcritos na dissertação.

As entrevistas semiestruturadas, ocorreram de maneira que possibilitou a pesquisadora guiar para assuntos e perguntas que deixou a entrevista mais clara e objetiva. Nos casos apresentados alguma dificuldade de entendimento em algum questionamento, a pesquisadora elucidou da melhor maneira, se preocupando para que não houvesse uma indução ao que foi perguntado, sendo uma das vantagens das entrevistas semiestruturadas, expressas uma maior aproximação e afetividade da pesquisadora frente às suas sujeitas de pesquisa e vice-versa (BONI e QUARESMA, 2005).

As entrevistas, mesmo que semiestruturadas possuíam um roteiro básico com o intuito de direcionar a pesquisadora e facilitar a abordagem para os temas sugeridos. Esse guia foi dividido de acordo com os três objetivos específicos do trabalho, sendo, portanto as entrevistas divididas em três blocos com os diferentes sujeitos da pesquisa, sendo eles um representante do poder público e seis sujeitas da AAT (ALENCAR, 1999). A escolha das sujeitas a serem entrevistas ocorreu com o critério da representatividade e ação de liderança nos espaços analisados. O roteiro das entrevistas realizadas seguem nos Apêndices I.

As entrevistas foram realizadas inicialmente com as seis membras atuantes na AAT, utilizando como critério principal de escolha, sujeitas que estavam à frente da diretoria e/ou em posição de liderança dentro dos espaços de análise e um representante do poder público do município de Itajubá, tendo a duração média entre uma hora a duas horas, foram realizadas durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2018, abril e junho de 2019 e teve início dentro dos espaços da feira da associação. Após a realização das entrevistas houve a realização da triangulação dos dados coletados e análise dos mesmos.

Durante as análises das entrevistas foram empregadas exatamente às elocuições das sujeitas da pesquisa, com a finalidade de construir um tecer das falas com os estudos bibliográficos (BRITO, 2018). Assim, os diálogos coletados também possuem o caráter de científico dentro da pesquisa, a fim de trazer a translucidez para a ótica e vivência das sujeitas do trabalho. Cabe destacar que as transcrições concerniram os silogismos das entrevistadas, destacando as linguagens e não erros ortográficos, distinguindo a fonética da ortografia (WHITAKER, 2002).

Após um processo de avaliação do trabalho, viu-se a necessidade de realizar duas novas entrevistas com aplicação de questionário. A primeira entrevista ocorreu então, com uma assessora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP) de Itajubá, a qual no momento assessorava a AAT e novamente com uma membra da associação. Tendo em vista a melhor maneira de alcançar os objetivos da pesquisa, foi elaborado um questionário semiestruturado, no qual as perguntas também foram divididas em blocos e para as respostas havia um espaço livre em que as entrevistadas pudessem responder livremente seu ponto de vista (ALENCAR, 1999). Esse questionário semiestruturado foi enviado por meios eletrônicos com o objetivo que proporcionasse uma maior abertura para as respostas das pesquisadas.

3. ECONOMIA FEMINISTA E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Com a chegada e fortalecimento do sistema capitalista, durante o século XVIII, houve uma desvalorização do trabalho exercido pelas mulheres, criando-se uma divisão sexual do trabalho, tanto produtiva como reprodutiva. Os trabalhos exercidos pelas mulheres passaram também a ser inviabilizados frente ao eixo central e patriarcal, trazendo assim a formação histórica das diferenças sexuais consolidadas em diferentes eixos sociais.

O capítulo é iniciado pelo subcapítulo 3.1. As Bruxas e a Acumulação Feminista, que traz a caça às bruxas como um motivador para a formação de um papel social das mulheres e uma nova organização do trabalho, trazendo a discussão de um controle dos corpos das mulheres tanto para a produção como a reprodução de mão de obra. Diante da discussão dos papéis sociais produtivos e reprodutivos das mulheres, surge a importância da discussão do subcapítulo seguinte. 3.2. As mulheres e a Divisão sexual do trabalho. No qual se discute, sobre essa relação social entre produção e reprodução de trabalho e como ocasiona em uma divisão sexual do trabalho, por homens e mulheres que exercem diferentes funções de maneira hierárquica e de segregação, por meio da sociologia do trabalho. Para melhorar a discussão e as análises das relações sociais e econômicas das mulheres, surge o 3.3. Economia Feminista, trazendo à importância de se debater não de maneira exclusivamente monetária a função social dos trabalhos exercidos pelas mulheres e de que maneira alguns trabalhos passam a serem marginalizados por não se encaixar nos padrões do sistema hegemônico econômico.

Os três primeiros subcapítulos tiveram como objetivo construir o entrelaçamento do referencial teórico para dar suporte para o subcapítulo seguinte que consiste em realizar as análises da interação das mulheres da Associação Artes da Terra com economia feminista e a divisão sexual do trabalho, pela ótica marxista e feminista, por meio de entrevistas semiestruturadas, análises teóricas e idas ao campo de pesquisa.

Diante disto este capítulo tem como importância, trazer a discussão de outras perspectivas frente à formação social e econômica da mulher, a partir de uma ótica feminista e marxista da autora, de uma associação de artesanato do município de Itajubá. Traz também à importância de se discutir o próximo capítulo visto que a divisão das tarefas e das funções sociais das mulheres ajuda a enfraquecer a sua participação na sociedade e auxilia em uma fortificação do sistema capitalista, para isso surge à importância da formação e organização coletiva e solidária dos grupos subjugados pelo sistema, por meio da Economia Solidária.

Assunto que será discutido por meio de suas teorias e práticas no capítulo a seguir. 4. Economia Solidária e as Mulheres da AAT.

3.1. As bruxas e a acumulação primitiva

A consolidação do capitalismo durante diversos períodos da história utilizou dos corpos das mulheres como forma de impor e estabelecer o seu sistema com o passar do tempo. Este subcapítulo tem como objetivo analisar o desenvolvimento do sistema capitalista, a partir de uma ótica feminista marxista trazendo a mulher como parte da classe trabalhadora. Para melhor alcançar essa finalidade é trazida para a discussão, Silvia Federici (2017), que em seu livro *Calibã e a Bruxa – Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*, questiona como Karl Marx, dentro da construção da sua teoria, invisibilizou o papel das mulheres dentro da acumulação primitiva do capital. Assim a autora traz o papel da caça às bruxas como alavanca para a formação de um novo papel social da mulher e uma nova organização do trabalho.

A análise de Federici (2017) se desenvolve em um contexto específico, que situa o papel da caça às Bruxas no processo de acumulação primitiva do capital, contudo a autora aborda como os processos de reprodução social e sua simbiose com o capitalismo se fez de forma devastadora, transformando o processo de reprodução em produção de novas mãos de obras para o capital. Cabe destacar que há uma singela literatura com relação a Idade Média e até mesmo a caça às bruxas, contudo a grande maioria desse acervo é elaborado por homens, trazendo uma ótica masculina para os acontecimentos deste período.

Contudo esse protagonismo na literatura, também ocorreu dentro das decisões e práticas sociais sendo majoritariamente realizada por homens. Tosi (2012) argumenta que houve dois grandes períodos de caça às bruxas na Europa durante o século XV, sendo o primeiro entre os anos de 1450 a 1520 e o segundo que foi um dos mais sangrentos durante os anos de 1600 a 1650.

Em paralelo a caça às bruxas, durante século XVII começa a ter início a Revolução Científica, período este em que as práticas eclesiásticas são questionadas referentes a fenômenos naturais, essas indagações são demonstradas em manuscritos de Copérnico, Galileu Galilei e Kepler. Contudo mesmo com a expansão científica, ocorreu uma compulsão por grande parte dos homens desta época, para a condenação de diversas mulheres com a alegação de atos de bruxaria e de relacionamentos com o demônio (TOSI, 2012).

Tosi (2012) em sua pesquisa menciona que não há de fato o conhecimento da quantidade de processos e mortes sobre bruxaria realizadas durante o período, contudo se tem estudos de alguns países dentro do continente europeu referente à porcentagem de vítimas,

que em sua maioria eram de mulheres, pobres e que viviam no meio rural, chegando a representar 92% das vítimas tanto na Bélgica como na Inglaterra, 85% na França e na Escócia e 82 % na Alemanha.

Ainda durante a Idade Média europeia, houve uma escassez de recursos e algumas mulheres que viviam no campo, viram a necessidade de buscar nos elementos da natureza uma forma de sobrevivência, como por exemplo, plantas medicinais, pedras, cristais e entre outros meios naturais, contudo, as atividades exercidas e quem as exercia, eram vistas como seres que faziam pacto com o demônio (ZORDAN, 2005, p.232). Durante essa época, os tipos de sabedorias, atividades e religiosidades pertencentes e ligadas às mulheres, como auxílio no tratamento de enfermidades, auxílio no nascimento, procriação e falecimento, eram vistos como delitos pelas autoridades da época, que no caso era a Igreja Católica (ZORDAN, 2005; TOSI 2012).

O que traz a reflexão de Tosi (2012) referente à participação da mulher na construção efervescente do conhecimento que estava ocorrendo durante esse período com a Revolução Científica, que como já mencionado anteriormente tinha a participação majoritária de homens e trazia inferiorização por parte de alguns homens que ocupavam posições de poder. Visto que algumas mulheres que detinham conhecimentos de elementos muitas vezes desconhecidos por alguns líderes, sobretudo religiosos, foram classificadas, como bruxas.

As perseguições para com estereótipos de algumas mulheres não possuíam um fim claro de inferiorizá-las, no entanto eram medidas que convergiam para o controle dos corpos das mesmas, e assim na produção e reprodução de mão de obra para o capital (FEDERICI, 2017). Essa caracterização foi utilizada dentro do processo de formação do sistema global, para diminuir os papéis sociais em que as mulheres representavam na época, como a curandeira, que detinha alguns conhecimentos referentes a elementos da natureza, ou qualquer outra mulher que não vivia nos padrões impostos pelo grupo dominante durante a Idade Média. Com isto, gerou-se uma esfera de misticismo, inferiorização e demonização do conhecimento que essas mulheres detinham (PIRES, 2015).

Havia uma relação entre doutrinação moral e amedrontamento para com as mulheres que tinham determinados conhecimentos. Usando as lentes do patriarcado, segundo Zordan (2005), as bruxas só possuíam determinados poderes e conhecimentos quando conviviam na presença de um ser masculino e maligno que é o diabo, se opondo a outra figura masculina central e pura que seria Deus, e, mesmo que a mulher se opusesse a determinadas condutas, ela estava propensa a cometer algum pecado, devido à sua relação histórica com o pecado.

Zordan (2005) contudo, argumenta que a figuração social construída para as Bruxas perpassava por entre uma mulher atraente e jovem e por outra velha, pavorosa e abominável, sendo que o que as unia era o fato de que ambas figurações transmitiam a ideia de poder, e toda vez que esses “poderes” eram demonstrados as mulheres eram reprimidas da forma mais cruel possível. Segundo a autora, dentro da ótica cristã da época, as Bruxas eram materializadas como mulheres que matavam e comiam crianças, realizavam libertinagens e mantinham relações sexuais com demônios.

Segundo Federici (2017) muitas mulheres foram condenadas durante o século XVI e XVII por infanticídio, mais do que qualquer outro “crime” da época, perdendo somente para bruxaria, acusação que ia além da morte de crianças, mas também de regulamentação dos corpos das mulheres. Outro fato abordado pela autora, é que grande parte das suspeitas dos infanticídios, eram direcionadas às parteiras daquela época, trazendo médicos do gênero masculino para os locais dos partos, o que na verdade era mais uma insegurança que as autoridades estavam tendo sobre as mortes das crianças, pois estava ocorrendo uma escassez de mão de obra. Mais uma vez, o foco passa a ser no controle dos corpos das mulheres e consequentemente da reprodução.

Durante o período histórico vivenciado, a representação da Bruxa passou a ser utilizada como forma de atribuir os malefícios às mulheres. Esse infortúnio surge, devido tanto ao seu protagonismo no pecado original, como no auxílio do diabo na terra. A forte repressão às mulheres auxiliou na doutrinação moral da Igreja Católica como forma, vista por ela, de lutar contra o mal e o Satã (ZORDAN, 2005).

É importante analisar de que modo esses estereótipos de demonização e inferiorização auxiliaram uma personificação de culpa e malefícios das atividades em que as mulheres exercem, afim de justificar o motivo pelo qual uma mulher não poderia ser tratada da mesma maneira que um homem (TOSI, 2012; PIRES, 2015). A Igreja se utilizava do personagem de Satã para disseminar informações de que as mulheres tiveram relações sexuais com o diabo e, a partir disto, ele saberia de todas as fragilidades delas (PIRES, 2015), o que justificaria a não presença em cargos centrais dentro das igrejas ou em posições de poder dentro da sociedade. Com esse controle da sexualidade da mulher, novamente estava ocorrendo o controle de seus corpos, como relatado por Federici (2017).

Dentro desse processo de inferiorização e muitas vezes demonização das mulheres, ocorria conjuntamente, um aumento dos casos de violência contra elas, não somente em países europeus, mas também no Brasil, durante o período de colonização, no qual diversas mulheres tiveram seus corpos violados de muitas maneiras, seja física ou moralmente.

(FEDERICI, 2017). Tanto a perseguição às Bruxas e a invasão na América Latina, durante os séculos XVI e XVII, possibilitou em um empoderamento do Estado para com a reprodução das mulheres, transformando seus corpos em mercadoria e equipamentos de labuta e carregando os primeiros indícios para a solidificação do sistema capitalista.

A partir de então, as práticas sexuais passam a ser controladas tanto pela igreja quanto pelo Estado, seja por meio concreto através de normas, ou abstrato, através da moralidade, envolvendo questionamentos que interfeririam diretamente na vida das mulheres durante aquele período. Muitas práticas sexuais e de natalidade eram controladas de acordo com que os poderes locais estavam querendo ou necessitavam. Com isso, foram surgindo em determinados períodos um controle de natalidade e em outros momentos um incentivo, como foi durante a Peste Negra, que matou cerca de um terço da população (FEDERICI, 2017).

Em paralelo com as caças às bruxas e demonização das mulheres, houve também durante este período uma regulamentação da prostituição promovida pelo Estado e que a Igreja, durante esse tempo, viu de forma justa e concreta (FEDERICI, 2017). Ou seja, quando foi conveniente os elos de poder centrais utilizaram os corpos das mulheres como forma de troca de mercadoria ou “desenvolvimento” para o período. Durante todos os processos em que as mulheres eram vistas como monstros e até mesmo demônios, seus corpos eram, mesmo assim, utilizados como moeda de troca. A modernidade foi construída através do comércio não só de mercadoria, mas também destes corpos, como etapa da expansão do sistema capitalista (FERREIRA & HAMLIN, 2010).

Zordan (2005) explana que as mulheres acusadas de práticas de bruxaria tinham todas as suas vestimentas e pelos retirados, com o objetivo de encontrar alguma marca que pudesse incriminá-las. A maioria dessas mulheres vinham a óbito e seus corpos eram queimados e jogados ao ar livre, pois a Igreja mencionava que tinham a capacidade de retornar mesmo após a morte.

A caça às Bruxas foi uma forma de estruturar visivelmente o sistema capitalista. Segundo Federici, (2017) durante os séculos XVI e XVII além de ocorrer um genocídio contra mulheres surge também os primórdios do sistema hegemônico, o que contribuiu para o aprisionamento das mulheres em funções não remuneradas e muitas vezes confinadas em trabalhos domésticos. Em um paralelo entre os estudos feministas e os processos do capitalismo, surge a recombinação do que era entendido entre trabalho produtivo e reprodutivo e as interações sexuais e sociais, as quais eram implantadas por meio de muita violência e intermédio do governo (FEDERICI, 2017).

O processo de transição capitalista ocorreu de forma lenta e bastante violenta, seja por meio de invasões, saques, escravidão ou assassinatos, sendo a violência a principal “ferramenta” de transição para o sistema que viria a se tornar hegemônico. Com o uso da força excessiva, foi possível, segundo Federici (2017), um aumento estrondoso da acumulação de capital pelos donos da força de trabalho. A multiplicação e permutação do sistema capitalista foram possíveis devido à teia de desequilíbrio e opressões, que, desde sua origem, foi fincada nos corpos de quem sustentava essa cadeia.

Durante o processo de formação do capitalismo, haviam algumas pessoas que foram invisibilizadas e não eram assalariadas, que exerciam atividades, tanto dentro das lavouras como dentro dos lares, consolidada em uma naturalização da exploração. O desenvolvimento desse subjulgamento ocorreu conjuntamente com a formação dos pilares hegemônicos e econômicos pelos quais toda atividade que não produzia diretamente para o capital era marginalizada. Para a maximização do lucro e da produtividade, houve também uma maximização da violência e exploração das mulheres, personagens que sempre ocuparam a base da pirâmide produtiva, tanto na sustentabilidade da vida humana (CARRASCO, 2008) bem como na realização de tarefas que nunca eram pagas.

Mesmo durante o século XVI, existia na Europa uma classe dominante que detinha tanto propriedade dos meios de produção e como também retinha os modelos utilizados para o desenvolvimento. Esses modelos e propriedade, grande parte eram realizados de acordo com o conhecimento adquirido em outros locais em que eles exploravam (Federici, 2017). Ou seja, essa classe dominante, não explorava somente os recursos naturais, mas também humanos e intelectuais.

Como já mencionado, dentro de todo o processo de exploração e desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres na Europa, estava ocorrendo o processo de invasão da América Latina, o que Federici (2017) chama de “holocausto americano”, tendo como um dos objetivos a promoção de uma mão de obra barata e recursos infinitos. Como forma de obrigar as populações a trabalharem, os mercantilistas começaram a encaixar as pessoas, desenvolvendo uma criminalização quando não eram realizados os trabalhos e uma intensificação do tráfico de escravos como forma de obter mais mão de obra.

Dentro desse processo, de acordo com Federici (2017), apesar de algumas divergências de grupos dominantes, era unânime a utilização dos corpos das mulheres nos aglomerados como um maquinário de reprodução e também ampliação da força do trabalho. Essa utilização dos corpos, como equipamentos naturais, ocorria de acordo com a demanda criada pelos elos de poder, e nunca respeitava os ritmos das mulheres.

Quando os colonizadores chegaram à América, classificou a população indígena como canibais, demoníacos e homossexuais, com isso, mencionaram que não estavam indo para esses locais explorar ou roubar os recursos naturais, como ouro e prata, mas sim, para realizar uma catequização e “salvação” dessas populações (Federici, 2017). Os invasores se utilizavam de uso abusivo de violência, flagelação e estupros para amedrontar e coagir uma conduta de labuta. A desumanização da população indígena era um dos objetivos para justificar a escravização da população na América.

O processo de resistência de algumas mulheres andinas, por exemplo, auxiliou em uma resistência e fortalecimento da antiga crença, em que Federici (2017) as chama de bruxas andinas, mulheres estas que eram abundantemente solicitadas pelas aldeias para a realização de partos e curas com o auxílio de elementos naturais.

Foram as mulheres que defenderam de forma mais ferrenha o antigo modo de existência, e que se opuseram com mais veemência a nova estrutura de poder – provavelmente devido ao fato de serem também as mais afetadas. (FEDERICI, 2015, p. 400).

Mesmo com a abolição da escravatura, a perseguição às Bruxas não acabou na América, mas continuou com os processos de cristianização e imposição cristã. Federici (2017) menciona que tanto no Brasil como na África do Sul, durante a década de 1980, muitas mulheres mais velhas foram mortas por entes familiares e vizinhos, com a alegação de que elas estavam praticando bruxaria. A autora menciona que essa nova caça às bruxas significa um novo tipo de acumulação de capital, com outros jogos de interesses, seja pela criminalização ou expropriação de recursos.

A caça às bruxas foi, portanto, uma guerra contra as mulheres; foi uma tentativa coordenada de degradá-las, demonizá-las e de destruir o seu poder social. Ao mesmo tempo, foi precisamente nas câmaras de tortura e nas fogueiras onde se forjaram os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade. (FEDERICI, 2017, p. 334).

Dessa forma, o desenvolvimento capitalista possui seus pilares no controle físico e moral das mulheres. Ao decorrer do processo hegemônico, seja em sua origem ou nos dias atuais, os poderes centrais criaram recursos para um controle frente à reprodução ou retenção sexual das mulheres, seja com medidas contrárias à interrupção de uma gravidez indesejada ou legalização de estupros, transformando os corpos das mulheres em máquinas de produção ou não, de trabalhadores. (FEDERICI, 2017).

Muitos estudos referentes a formação econômica mundial ou até mesmo do momento pré-capitalista não se atentavam à participação social da mulher e nem aos processos da força

de trabalho. Federici (2017) argumenta que a “caça as Bruxas”, seja no continente Europeu ou na América Latina, teve forte participação no aumento da acumulação capitalista e na marginalização social do papel da mulher, trazendo o surgimento de uma nova organização patriarcal, que tinha nos seus pilares a retirada das mulheres dos trabalhos remunerados, a sua obediência aos homens e a mecanização barata de seus corpos, como maquinário para a produção seja de produtos ou de nova força de trabalho.

Segundo Federici (2017) o capitalismo se estruturou em uma desmoralização das mulheres e que tem por necessidade desenvolver hierarquias seja de gênero ou raça. Com o objetivo de criar uma população sem direitos, pois essas hierarquias não somente permitem consolidar o poder hegemônico, mas também repartir o poder dos subordinados para assim, diminuir os custos de produção de uma classe trabalhadora. Essa diminuição do trabalho exercido pela mulher e a fortificação do capitalismo, auxilia em uma divisão e separação sexista do trabalho produtivo e reprodutivo (HIRATA e KERGOAT, 2007; FEDERICI, 2017).

Essa relação da divisão sexista do trabalho carrega em si uma naturalização e hierarquização, da separação das funções exercidas por homens e mulheres, que serão abordadas no subcapítulo seguinte, onde foi possível fazer uma discussão sobre uma fortificação da desigualdade de gênero e no poder hegemônico global.

Mesmo que as mulheres sejam inseridas nos processos produtivos, suas vivências são distintas e abordadas a partir da sua localização geográfica e social, e, ainda que houvesse uma libertação do capital, seria necessário haver uma libertação real de todas as mulheres que foram invisibilizadas em toda a história, no entanto, os corpos das mulheres foram utilizados para a consolidação da exploração (FEDERICI, 2017).

A expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização dos povos originários da América e da África nas minas e nas plantações do Novo Mundo não foram os únicos meios pelos quais um proletário mundial foi formado e “acumulado”. Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que, tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das “bruxas”. A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente, uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletário moderno. Não podemos, portanto, identificar acumulação capitalista com libertação do trabalhador, mulher ou homem, como muitos marxistas (entre outros) têm feito, ao ver a chegada do capitalismo com um momento de progresso histórico. Pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais

brutais e mais traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletário divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas imposições – especialmente a divisão entre homens e mulheres – que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta. (FEDERICI, 2017, p. 119).

3.2. As Mulheres e a Divisão Sexual do Trabalho

Hirata e Zarifian (2009) argumentam que a noção moderna de trabalho surge de um conflito entre elos políticos e sociais, com a intensão de tornar objeto as ações e a competência humana de exercer o trabalho assalariado surgem com o objetivo de tornar o trabalho e o trabalhador como algo subjetivo. Este tipo de trabalho opõe-se ao trabalho doméstico, que está interligado a relações de afeto familiar, maternal e conjugal (HIRATA e ZARIFIAN, 2009; MELO e CASTILHO 2009).

Essas interligações se estabelecem enquanto femininas devido ao seu processo histórico de domesticação dos corpos das mulheres (FEDERICI, 2017). Este subcapítulo tem como objetivo analisar de que maneira são construídas as relações da divisão sexual do trabalho para as mulheres, por meio do campo da sociologia do trabalho, por via de tecer de autoras feministas que trazem a relação do trabalho doméstico e das abordagens sociológicas e seus encadeamentos no cenário capitalista moderno.

A domesticação dos corpos das mulheres possibilita um jogo de forças, seja pelo pagamento do trabalho tido como produtivo ou o não pagamento de salário pelos trabalhos relacionados com o ambiente doméstico. Contudo, ambos dependem do despendimento de tempo e as atividades realizadas nos ambientes familiares majoritariamente por mulheres. As mulheres por sua vez acabam se desdobrando entre o tempo de tarefas afetivas e profissionais, a violência e o reconhecimento, fato que muitas vezes é questionado por muitas mulheres: a ruptura e o não reconhecimento entre os trabalhos domésticos e de produção, pois os dois geram o funcionamento da atual sociedade (HIRATA e ZARIFIAN, 2009; MELO e CASTILHO, 2009; ÁVILA, 2006).

Complementando, Bruschini (2006) argumenta que o “tempo econômico” dos homens vale mais que o “tempo econômico” das mulheres, no entanto, a quantidade de tempo das mulheres dedicada à reprodução da sociedade é bem maior que a dos homens, não havendo uma diminuição da quantidade de tempo para a realização de atividades domésticas, mas sim uma acumulação entre tarefas de produção e reprodução.

A relação com o tempo mostra que o trabalho reprodutivo não é estagnado, mas sim que se modifica, aumenta ou diminui de acordo com o tempo de vida de quem realiza

(TEIXEIRA, 2017). Assim, as mulheres começam a fazer parte dos processos produtivos sem desvincular os elos às atividades de reprodução, criando uma divergência entre os locais e tarefas realizadas na esfera da produtividade e a carga de atividades realizadas na esfera doméstica sem nenhuma remuneração (TEIXEIRA, 2017; ÁVILA, 2016).

Ao longo de toda formação histórica, social e econômica houve dicotomia entre a “produção econômica e a reprodução social” (TEIXEIRA, 2017). Segundo a autora a produção econômica sempre foi voltada para a formação de bens e serviços valoráveis, tendo como principal elo fortalecedor o mercado, no entanto, a reprodução social se alinha a reprodução da existência humana, sendo ela muitas vezes atribuída exclusivamente para as mulheres, e sendo criada classificações para as funções realizadas.

De acordo com Teixeira (2017), a produção econômica possui uma relação de valorização, seja financeira como social, já o trabalho reprodutivo, muitas vezes não possui essa quantificação e nem visibilidade pela sociedade. Contudo, para a manutenção da sociedade é preciso que haja diversos tipos de trabalho. O trabalho reprodutivo é composto por três elementos, primeiro a “reprodução biológica”, segundo o cuidado da força de trabalho, como a educação e zelo e, por fim, o terceiro elemento seria “reprodução social” dentro do ambiente familiar (TEIXEIRA, 2017).

A invisibilidade das atividades exercidas pelas mulheres auxiliou na formação e fortalecimento econômico de diversos Estados. Os Estados brasileiros tiveram seus pilares econômicos e sociais na formação familiar, que se detém do trabalho doméstico das mulheres para preencher problemas de trabalho e políticas públicas e sociais, e mesmo que as mulheres acabem se inserindo mais no mercado de trabalho, sua participação ainda se torna instável, informal e com menores remunerações, dificultando o alcance de cargos de maiores níveis (SOUZA e GUEDES, 2016). As atividades produtivas mais realizadas por mulheres normalmente são relacionadas ao setor de serviços, com atividades, constantes, cansativas e entediadas, a nivelção das tarefas reforça os elos de poder do patriarcado dentro do sistema hegemônico (LIMA *et al.*, 2007).

A divisão sexual do trabalho é uma forma social em que separa os trabalhos de acordo com os sexos, sendo esta histórica e socialmente construída, onde os homens ficaram destinados ao ambiente produtivo e a mulher o ambiente reprodutivo, destinando os homens a trabalhos com maiores remunerações e valores socialmente aceitos (HIRATA e KERGOAT, 2007).

A divisão sexual surge diante da concepção social dos gêneros fundamentada materialmente pelo trabalho (CARDOSO, 2001; SILVA, 2015). Hirata (2002) complementa

mencionando que o modelo atual de trabalho é falho e utiliza as mulheres trabalhadoras como um experimento para a dissociação das regras empregatícias atuais.

Kergoat (2009) menciona que as vivências entre homens e mulheres são frutos das construções sociais, formando o que a autora chama de “relações sociais de sexo”. Essas relações possuem as suas bases fincadas na materialização do trabalho e na disparidade do ofício social. Segundo a autora este fato ocorre em diferentes períodos históricos de diversas maneiras, ocasionado assim, pela construção dos elos sociais de sexo dentro da sociedade.

A divisão sexual do trabalho se reverbera de modo analítico, pois além da desigualdade das tarefas e locais ocupados, há as conexões de poder entre homens e mulheres, que se tipifica com a ocupação dos homens em locais públicos em trabalhos produtivos de maior valor simbólico e as mulheres em locais tidos como privados com trabalhos reprodutivos ou domésticos (KERGOAT, 2009). Dentro dos locais privados, muitas vezes caracterizados como lares, as funções domésticas nem sempre possuem uma visibilidade e divisão igualitária.

No Brasil, atualmente, as mulheres trabalham três horas semanais a mais que os homens, isso somando trabalhos gratificados, mais os trabalhos domésticos e zelo de indivíduos (IBGE, 2018). No entanto, mesmo que as mulheres trabalhem mais que os homens, elas ainda recebem menos que os homens, chegando a 76,6% a menos (IBGE, 2016). Os homens recebem uma média de R\$ 2306,00 e as mulheres recebem R\$ 1764,00 (IBGE, 2016). Mesmo com os avanços sociais, com maior contribuição no mercado de trabalho, elevação na escolaridade, maior aproximação à tecnologia e informação, as mulheres continuam se dedicando aos afazeres domésticos (IBGE, 2016).

A Imagem abaixo: **Figura 03** – Média de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas ocupadas, por sexo (horas semanais), apresenta a média de horas dedicadas de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas ocupadas, revelando um comparativo de raças e grupos de idade entre homens e mulheres em regiões diferentes do Brasil. A pesquisa mostra que a região Sudeste é a segunda maior região do Brasil em que as mulheres trabalham, em média, 18,4 horas semanais, dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos. Outra informação pode ser extraída da categoria de raça: as mulheres negras trabalham ainda mais que as mulheres brancas, cerca de 1 hora a mais. Na categoria de idade, observa-se que, quanto mais velha, mais tempo a mulher dedica seu tempo a essas atividades.

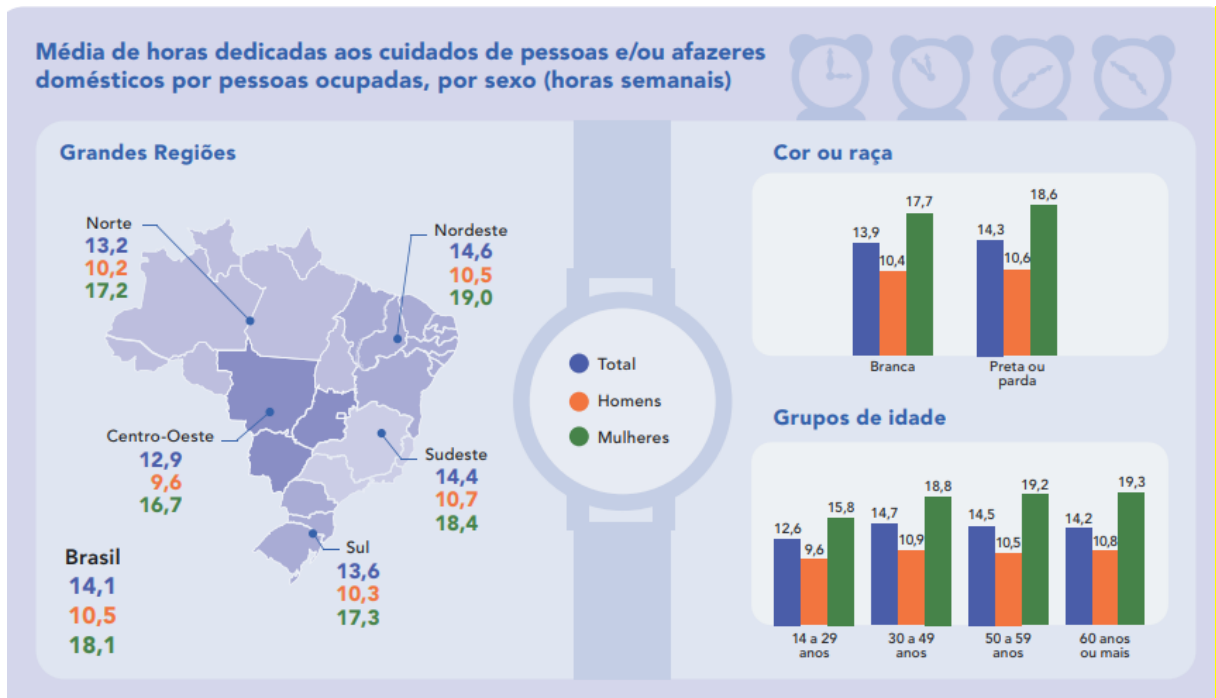


Figura 3 - Média de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas ocupadas, por sexo (horas semanais).

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, IBGE (2016).

Hirata e Kergoat (2007) questionam como a divisão do trabalho é construída, e na construção do texto as autoras trazem dois princípios importantes - o princípio da separação e o princípio da hierarquia. O princípio da separação traz o conceito de que existem trabalhos de mulheres e trabalhos de homens. Muitas profissões são construídas por estereótipos de gênero, havendo trabalhos tidos como produtivos designados aos homens, como engenharia, medicina, construção civil e trabalhos de reprodução para as mulheres, trabalhos que se relacionam mais com o ambiente privado, como trabalho doméstico, enfermagem etc. (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Já o princípio da hierarquia apresenta que há trabalhos exercidos por homens que valem mais que trabalhos exercidos por mulheres, havendo uma desvalorização de tudo que está ligado ao feminino, inclusive as funções produtivas. Isso é intensificado em momentos de crises econômicas, nos quais são os períodos em que as mulheres mais ingressam no mercado de trabalho em funções que não eram naturalizadas por elas, mas que, por serem praticados por uma mulher, os salários diminuem e as condições de trabalhos se tornam ainda mais precárias (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Quando é tomada a “consciência da opressão” sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho é que se inicia o movimento contra a invisibilidade do trabalho doméstico (HIRATA e KERGOAT, 2007). Dalla Costa e James (1972) argumentam que, pela definição do trabalho

assalariado, o trabalho doméstico não é caracterizado como um trabalho produtivo. Mas segundo as autoras o trabalho doméstico é um trabalho produtivo, quando se é analisado a grande quantidade de tarefas realizadas pelas mulheres, chamadas de “donas de casa” gratuitamente a serviço da reprodução da força de trabalho, criando uma “escravidão do salário”.

O trabalho doméstico não é naturalmente um “trabalho feminino”, mas sim ofícios sociais reprodutivos, assim, Dalla Costa e James (1972) argumentam que não há libertação e nem emancipação por meio do labor. As autoras argumentam que o salário possui significado de “indivíduos livres” somente para uma porcentagem da população, pois para muitas mulheres que ainda realizam trabalho doméstico e não recebem o ressarcimento pelos afazeres realizados e mesmo que as mulheres realizam trabalhos fora de seus lares em que recebam remunerações, após chegarem a suas casas são induzidas a realizarem muitas tarefas domésticas sozinhas, como lavar a louça, cozinhar, limpar.

A partir de uma ótica feminista marxista é observado que a divisão social e sexual do trabalho, auxilia na marginalização das tarefas exercidas pelas mulheres, trazendo uma fortificação econômica do sistema hegemônico. Para isso é necessário que haja uma inclusão completa das funções produtivas e reprodutivas das mulheres enquanto classe trabalhadora, sendo necessário um novo olhar teórico e prático para o sistema econômico, surgindo a Economia Feminista. No capítulo a seguir será explanada a construção da Economia Feminista tendo como base teórica a corrente marxista de pensamento feminista.

3.3. Economia Feminista

Para a maior parte das teóricas, o feminismo não é simplesmente uma perspectiva ou um modo de ver, tampouco uma epistemologia, uma forma de conhecer; é também ontologia, ou seja, uma maneira de estar no mundo. (OLIVEIRA, 2017, p. 46).

As mulheres, ao longo da história, não ocuparam os mesmos locais de representação social que os homens têm ocupado por séculos, surgindo, a partir disso, uma disparidade entre ambos. Tal consequência é observada quando, nos espaços públicos, os homens são maioria influente, seja para tomarem decisões nos âmbitos do mercado de trabalho e dos sistemas educacionais, bem como, o modo hegemônico, nos campos políticos e econômicos; enquanto que nos espaços privados⁷, estes são protagonizados pelas mulheres, e a referência mais clara para este espaço está representada nos lares (CARRASCO, 2008; TEIXEIRA, 2008; BRUSCHINI e RICOLDI, 2009).

Faria (2009) argumenta que dentro da consolidação da sustentabilidade da humanidade há um agrupamento de imprescindibilidades como afeição, seguridade emotiva que fazem parte das tarefas executadas no ambiente doméstico, sendo estas realizadas por mulheres. Segundo Saffioti (1987), a sociedade impõe estereótipos referentes aos papéis sociais das mulheres para buscar justificar e legitimar o local doméstico como pertencente à mulher, como progenitora do lar, muitos processos são naturalizados, por exemplo: a obrigação e naturalização da mulher com o cuidado e educação dos filhos ou a realização de tarefas em torno da organização e limpeza de lares.

Segundo Teixeira (2008), desde os séculos XVIII e XIX, uma discussão sobre as desigualdades entre homens e mulheres foi iniciada e, em paralelo a isso, também se acenderam as etapas da industrialização, o que contribuiu para uma maior valorização do mercado e a diminuição da produtividade doméstica, processo fortalecido com a consolidação do capitalismo (BOHN, 2017). Durante o século XIX, os temas mais discutidos referentes à temática das mulheres foram sobre remuneração, equidade de direitos, pobreza, trabalho e a cognição do trabalho doméstico.

⁷ Espaços privados podem ser caracterizados por aqueles que compreendem as atividades domésticas de um lar, havendo uma divisão entre o espaço público e o privado, sendo o primeiro demarcado por relações de produção e pela maior participação de homens, enquanto o segundo é demarcado pelas atividades de reprodução, destinado às mulheres (TEIXEIRA, 2008)

Contudo, mesmo com as primeiras pesquisas sobre teoria de classe, a temática sobre as mulheres era invisibilizadas, pois eram abordadas somente as tarefas realizadas nos locais públicos, como trabalhos de valor financeiro agregado, normalmente realizado por homens. Assim, o ofício doméstico acabou sendo ignorado muitas vezes devido à sua não valorização mercantil, função esta que era realizada normalmente por mulheres (BOHN, 2017).

Tal invisibilidade promovia o fortalecimento teórico e prático sobre o patriarcado dentro do sistema capitalista e, em contrapartida, distanciava ainda mais as mulheres do eixo hegemônico econômico através da taxação de profissões consideradas “femininas”. É o que Teixeira (2008) denomina de uma segregação profissional. A segregação profissional possui fortes correlações entre a diferença salarial e ocupacional, bem como os estereótipos demarcados socialmente dentro do mercado de trabalho entre homens e mulheres.

Para haver uma diminuição significativa da segregação, de acordo com Teixeira (2008), é necessária uma aplicabilidade de políticas públicas que possam diminuir a disparidade e alinharem-se as reais necessidades das mulheres dentro da sociedade. Diante do exposto, surge a necessidade de discussão sobre uma nova abordagem econômica que englobe as mulheres não somente no mercado de trabalho, mas também que as concretizem como personagens sociais que fazem parte da construção da economia sejam no ambiente público, por meio da produção mercantil, ou no ambiente privado, por meio da reprodução da vida humana: isto é o que se passa a denominar de economia feminista.

Para Teixeira (2017) a economia feminista possui quatro principais colaborações tanto para a ciência econômica como em outras disciplinas e setores, a primeira é tirar as mulheres da condição de invisibilidade enquanto sujeitas sociais, tornando válidas suas vivências e expectativas, a segunda é compreender e aceitar que há assimetrias entre homens e mulheres, a terceira é alterar o método, teoria e prática da ciência econômica e por fim é o desenvolvimento de uma nova metodologia que possibilite abarcar todas e todos os indivíduos.

A origem da economia feminista surge a partir do posicionamento oposto à “supremacia masculina” com o objetivo de mudar a abordagem econômica, a qual invisibilizava o papel social das mulheres (TEIXEIRA, 2017). Quando se é analisado a teoria econômica hegemônica é visto um homem padrão, o “homo economicus”, conquistando vantagens e privilégios dentro da produção ou consumo de produtos (CARRASCO, 2003; TEIXEIRA, 2017).

As mulheres sempre estiveram presentes no mercado de trabalho com a sua crescente participação na força de trabalho. Teixeira (2017) demonstra três situações em que os

trabalhos das mulheres são vistos: primeiro no mercado, com o trabalho remunerado; o segundo no espaço doméstico, com o trabalho não remunerado e, por fim, o de lazer. Esse novo agrupamento, segundo a autora, auxilia na explanação das causas das escolhas das mulheres, contudo ainda há uma lacuna sobre o trabalho não remunerado das mulheres dentro dos contextos sociais e econômicos, o que auxilia a uma não realização de políticas públicas para a inserção delas nesses espaços.

A construção de uma economia feminista tem o principal propósito auxiliar em uma mudança nas abordagens teóricas e práticas até o momento imposta na sociedade, explanando assim a representação econômica das mulheres e as imposições em que estas estão submetidas enquanto personagens econômicas (BOHN 2017; COELHO 2009; TEIXEIRA, 2008).

Ainda, Bohn (2017) relata que outra contribuição muito importante da economia feminista, além de sua metodologia de análise, é uma nova proposta de ontologia, a qual tenta quebrar o paradigma da dualidade entre homens e mulheres, da contraposição de trabalho e não trabalho e de produção e de reprodução. Desta forma, a autora realiza um distanciamento da ótica heteropatriarcal, transbordando os limites do sistema produtivo e analisando o reflexo do sistema reprodutivo e social.

Por propor uma profunda reestruturação de valores e dinâmicas sociais, a Economia Feminista segundo Teixeira (2017) tem seu processo construtivo marcado pela forma árdua e de luta. A Economia Feminista possui alguns enfoques importantes, sendo o primeiro é a conciliação, que por meio das teorias de economia e de trabalho, busca trazer visibilidade para os serviços realizados pelas mulheres com base na teoria econômica, ou seja, trazer o debate que o trabalho doméstico e de reprodução deve ser contabilizado e reconhecido economicamente, e que há uma assimetria nas relações de gênero, incluindo nas análises econômicas as relações de gênero, sexo e patriarcado (TEIXEIRA, 2017).

O segundo enfoque é ruptura, que se baseia na sustentabilidade humana, que acredita que é preciso romper com a lógica hegemônica e dar mais visibilidade para as relações de afetos que compõem as relações de trabalhos existentes (TEIXEIRA, 2017), Carrasco (2003) argumenta que as utilidades humanas não se restringem a relações de bens e serviços, mas também de afetuosidade, ou seja, é necessária a compreensão das relações afetivas em todas as atividades realizadas pela sociedade.

Quando se é analisado pela ótica feminista a participação das mulheres dentro do sistema econômico, esta é vista como uma invisibilização dos trabalhos exercidos por elas, na qual muitos trabalhos exercidos não participam das análises e nem dos dados disponibilizados referentes às forças de trabalhos exercidos (TEIXEIRA, 2017). Com isso, muitas mulheres

mesmo dentro de suas casas começam a conciliar trabalhos domésticos não remunerados com outros trabalhos remunerados pelo mercado criando as chamadas plurijornadas de trabalhos.

Faria (2009) menciona que a amiúde muitos homens acreditam que possuem uma autonomia frente aos trabalhos exercidos pelas mulheres em seus lares, no entanto isso é uma falácia, pois o trabalho mercantil se interdepende do trabalho reprodutivo, ambos possuem características únicas e de não anulamento e comparação. Carrasco (2003) argumenta que os homens têm uma participação bem específica quanto às tarefas domésticas e normalmente em papéis auxiliares as tarefas, não assumindo como algo que de ser dividido em termos de responsabilidades.

Dentro dessa construção histórica da domesticação do corpo da mulher (Federici, 2017), há a relação da funcionalidade do trabalho no sistema capitalista e a indagação da projeção das mulheres para a realização de tarefas domésticas e de cuidado em consequência da maternidade, na qual muitas vezes o papel social de ser mãe é visto como uma identidade já imposta, sendo enraizada por características de doçura, amorosidade e um conhecimento já preexistente de zelo (FARIA, 2009).

Dentro dessas características já impostas há uma estrutura ideológica, social e antropológica que auxiliam na ininterrupção das mulheres na realização dos trabalhos domésticos (FARIA, 2009; SCAVONE, 2004). Este fato auxilia na designação das mulheres com uma fonte de trabalho infinita e gratuita para determinadas tarefas domésticas, reverberando a convergência de que em momentos de crises são as mulheres a sofrerem com maior intensidade, seja pela retirada de repasses para a promoção de políticas públicas ou pelo aumento do desemprego em seu núcleo familiar, auxiliando um aumento dos trabalhos domésticos (FARIA, 2009).

Na análise a partir da ótica da economia feminista, observa-se um destaque para o valor do trabalho não remunerado exercido dentro dos lares. Percebe-se um conjunto de diretrizes e valores que englobam o “contrato social” entre os sexos singularmente, no qual reverbera uma desigualdade na obtenção de recursos econômicos (COELHO, 2009).

Bruschini e Ricoldi (2009) expõem que as atividades domésticas sempre foram atribuídas às mulheres, que normalmente ocuparam uma posição desvalorizada. Além disso, as autoras mostram que, em muitos estudos referentes ao trabalho doméstico, questiona-se a participação exclusiva de mulheres e os processos e estereótipos que levavam a isso.

Entre as atividades domésticas, há atividades que são mais valorizadas que outras, por exemplo, cuidar dos filhos possui mais prestígio do que limpar a casa. Isso mostra que o nível de compreensão se modifica de uma atividade para outra, havendo atividades mais

relacionadas a trabalhos braçais, outras afetuosas e outras racionais (BRUSCHINI e RICOLDI, 2009). Com isso, evidencia-se a existência de uma hierarquia, semelhante ao estudo de Helena e Kergoat (2007).

Complementando essa argumentação, Barbosa e D'Ávila (2014) mencionam que a mulher enquanto artesã enfrenta diariamente a naturalização dos papéis tidos como femininos. Além disso, elas destacam que, quando se analisa o artesanato, ele é apresentado como uma função feminina, delicada e complementar a renda principal do núcleo familiar.

Muitas vezes, o artesanato passa a ter uma forte ligação com a personalidade feminina. Nos locais em que são realizados, as mulheres se incumbem de atividades como pintura, modelação e finalização dos produtos. Nas atividades relacionadas ao ambiente doméstico compete ao cuidado com os filhos e o lar. Além disso, a ligação com a geração de renda é atribuída o papel de suplementar no orçamento do núcleo familiar (BARBOSA e D'ÁVILA, 2014).

Essa desvalorização e marginalização tanto dos corpos como dos trabalhos exercidos pelas mulheres historicamente, auxilia na fortificação e exploração do sistema capitalista. O que mostra a importância de se ter outra ótica econômica para analisar a papel social das mulheres na sociedade, como a Economia Feminista, pela qual propõem uma análise além de valores exclusivamente monetários. A partir dos princípios da Economia Feminista e da Divisão Sexual do Trabalho, se constrói a importância de se analisar de que maneira as associadas às Artes da Terra realizam seus trabalhos tanto na esfera pública com as vendas de seus produtos na feira, como na esfera privada com a fabricação de seus produtos e os trabalhos de zelo do espaço doméstico, como será demonstrado no subcapítulo a seguir.

3.4. As associadas, a Divisão Sexual do Trabalho e a Economia Feminista.

Com o apoio das revisões bibliográficas, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada com algumas interpelações referentes aos locais privados e domésticos e as condições das associadas no ambiente familiar e no trabalho, com o objetivo de analisar como a divisão sexual do trabalho e a economia feminista se evidenciam ou não nas práticas sociais das mulheres da Associação Artes da Terra.

O panorama geral do diálogo realizado com as seis sujeitas da Associação Artes da Terra é mostrado no Quadro 1, pelo qual pode ser observado alguns dados iniciais coletados nas entrevistas. Assim, pode-se dizer que a maioria das associadas está na faixa etária adulta ou idosa, onde a mais velha do grupo possui 68 anos e a mais nova 47 anos. Sobre o estado civil, somente uma associada mencionou ser solteira e as demais casadas. Referente à definição de raça, somente uma associada se autodeclarou parda e as demais se autodeclararam brancas. Quanto à escolaridade das associadas, duas possuem o ensino fundamental incompleto; uma associada possui ensino técnico; uma possui magistério; outra associada possui ensino superior completo; e outra possui ensino superior incompleto.

Em uma das respostas dadas, quando se perguntou sobre o nível de escolaridade, a associada Maria⁸ mencionou que: “Na roça a gente ajudava os pais e não estudava, tenho até a terceira série do grupo”. Diante da fala citada acima, é observado que Maria sendo ela uma mulher já idosa, ainda não possui escolaridade e seu local de vivência durante sua juventude influenciou fortemente seus estudos.

Outro dado que deve ser destacado é com relação à profissão das associadas. Analisando as respostas é possível entender que todas se declararam artesãs, no entanto, é possível identificar outros nomes que especificam o tipo de trabalho que realizam dentro do artesanato, como a “crocheteira” e a “costureira”. Além das profissões relacionadas ao artesanato, existem também outras profissões que são exercidas fora do espaço da associação, como “faxineira” e “educadora infantil”.

⁸ Para preservar a identidade das entrevistadas, a pesquisa utiliza nomes fictícios inspirados em mulheres que tiveram forte participação, direta ou indiretamente, na História do Brasil.

Nome	Idade	Estado Civil	Raça	Nível de Escolaridade	Profissão	Nº de Filhos	Religião
Nísia Floresta	65	Casada	Branca	Ensino Superior incompleto	Artesã	04	Católica
Dandara	47	Casada	Branca	Curso técnico	Artesã	02	Católica
Rose Marie	47	Casada	Branca	Magistério	Artesã e Educadora infantil	01	Evangélica
Maria da Penha	66	Casada	Branca	Ensino Fundamental Incompleto	Faxineira, Crocheteira e Costureira	05	Evangélica
Chiquinha Gonzaga	58	Solteira	Parda	Ensino Fundamental incompleto	Artesã	02	Católica
Anita Garibaldi	48	Casada	Branca	Ensino Superior completo	Artesã	00	Católica, simpatizante do espiritismo

Quadro 1 - Panorama geral das entrevistas das associadas às Artes da Terra.
Fonte: Elaborado pela autora.

As mulheres continuam cuidando dos filhos ou de entes familiares até mesmo utilizando da totalidade de sua licença maternidade, e a sua volta ao trabalho é feita gradativamente, caminhando entre múltiplas jornadas de trabalho dentro de seus lares e no mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2008). O exposto acima é identificado no depoimento de Dandara, quando relata sobre sua formação escolar e a sua continuidade no mercado de trabalho, que precisaram ser interrompidas por conta do nascimento de suas filhas: “eu fiz técnico, eu trabalhei em vários escritórios, depois que tive filhos parei, mais pela família mesmo”.

Pela literatura utilizada anteriormente e pela fala de Dandara, é possível perceber que é comum que algumas mulheres interrompam seus planos de carreira predefinidos para cuidar de entes e de suas casas. Quando comparado com a mesma linha do plano de trabalho dos próprios cônjuges, a relação da paternidade não se constrói de maneira significativa em comparação com as mulheres, essa sobrecarga nos trabalhos e cuidados domésticos auxilia em um afastamento escolar ou em mudanças de ofício (TEIXEIRA, 2008).

Coelho (2009) argumenta que muitas vezes, o fato de que o período de licença maternidade e paternidade, cuidado e educação das filhas e filhos são fatores que interferem no percurso e remuneração dentro do mercado de trabalho, então existe um processo que mascara esse período. Através do depoimento de Nísia, onde ela diz que “Estudei até o 3º ano

do curso de letras, tive que parar, pois, o marido foi transferido pra Itajubá”, revela novamente que, mesmo mulheres que possuem a chance de garantir uma formação educacional, são impedidas ou levadas a abandonarem tal oportunidade para se dedicarem à família.

Durante a entrevista, foi perguntado à Anita sobre auxílio doméstico, ou seja, se há ajuda de seu cônjuge e, balançando a cabeça em sinal de negativo, a resposta dada foi: Não, não. Eu tenho dois trabalhos e ele tem um só (risadas). Ele não ajuda em casa, mas às vezes com o cachorro (risadas novamente). A casa às vezes tem que dar uma chorada que às vezes ele ajuda.

Pela fala de Anita é observado que muitas vezes as mulheres exercem mais de uma função, ou multitarefas, em locais privados ou em locais públicos, ou em ambos ao mesmo tempo, que frequentemente não são reconhecidas como trabalhos para os seus cônjuges.

Essa relação de disparidade entre as mulheres e os homens, referente ao reconhecimento e divisão de tarefas também pode ser observada na fala de Nísia, outra associada, que afirma que seu marido ajuda a não bagunçar a casa, e ele não ajuda nos afazeres domésticos mais pesados, porém, ela foi à única associada que possuía uma ajudante em sua casa: “Ele ajuda a não fazer bagunça, ele nem ajuda a lavar a louça, ele ajuda a olhar as crianças, eu tenho uma empregada pra me ajudar”.

Já Maria, outra associada, durante a entrevista, explana também que somente quando ela não se encontra em casa é que o seu marido auxilia nas tarefas domésticas, no entanto quando ela está presente realiza todo o trabalho mais pesado. Eu que lavo, cozinho e passo, quando eu saio ele ajuda, faz comida. Depois que eu faço todo o meu serviço, eu faço o meu crochê, quase não saio de casa e aqui é de sexta e sábado.

Ao analisar as duas últimas falas, percebe-se, portanto que mesmo que as duas associadas não possuam um ajudante diariamente ou não possuam o mesmo volume de renda mensal em seu núcleo familiar, as duas associadas sofrem um reflexo da naturalização do trabalho doméstico, na qual ambas relataram que o cônjuge “ajuda”, mas não mencionaram que ele tem a proatividade de liderar alguma tarefa doméstica, ou de realizada de fato, fortalecendo assim, o que já foi mencionado anteriormente: que o processo de inviabilidade do trabalho doméstico realizado por mulheres acabou se tornando naturalizado em todo processo histórico.

Nem em todos os núcleos familiares são compostos da mesma maneira, no entanto é visto que na maioria das vezes é a mulher que acaba realizando a maioria das tarefas domésticas. Dandara argumenta: Agora que meu marido aposentou, ele ajuda bastante, as filhas não ajudam muito porque elas não têm tempo. Meu marido gosta de cozinhar, limpar a

casa é mais eu, ele gosta de cozinhar. Demarcando muitas vezes que algumas tarefas são estereotipadas e tidas como femininas.

Carrasco (2003) argumenta que os homens têm uma participação bem específica quanto às tarefas domésticas e normalmente em papéis auxiliares as tarefas, não assumindo como algo que deve ser dividido em termos de responsabilidades. Chiquinha em uma de suas falas ainda sobre a divisão dos trabalhos domésticos, menciona que mora somente com os filhos “tem vezes que eles ajudam, tem vezes que eles têm os afazeres deles que é estudar e não ajudam. Eu levanto muito cedo na parte da manhã eu arrumo a casa, a parte da tarde sobra pra fazer minhas coisas”.

Quando indagadas sobre como o cônjuge reconhece o trabalho, muitas associadas responderam que eles veem mais como algo paralelo e uma forma de distração. Dandara argumenta que: “Não muito não, por que ele acha que não é um trabalho e sim uma distração”. E quando foi perguntado para Anita, mas ele vê isso como um trabalho? Ela respondeu “Ele vê que ele trabalha que ele leva dinheiro para casa”.

E quando foi perguntado se o cônjuge vê como uma forma de trabalho o que ela faz. Anita explana “Não, ele sabe que é um trabalho, mas ele acha que é moleza, que é o tempo ali, uma horinha por dia, faço um monte de coisas (risadas)”. Já Maria argumenta “Ele não manifesta muito não, ele é indiferente, meu marido é mais social, mas ele não valoriza o meu trabalho, valoriza dos outros e não da gente e eu falo pra ele, olha eu também faço isso”.

Na pesquisa, vê-se que muitas mulheres associadas exercem determinadas funções, muitas vezes não vistas como um trabalho por causa de serem veladas em locais domésticos. Isso faz com que as mulheres sejam representadas pelo princípio da separação ou pelo fato de exercerem funções nas quais recebam menos que os homens, sendo aplicado o princípio da hierarquia, trazido por Hirata e Kergoat (2007). Com isso, percebe-se que, mesmo que as mulheres realizem seus trabalhos como artesãs, seus maridos não veem essa função como um trabalho.

Conforme mencionado anteriormente, Bruschini e Ricoldi (2009) discute como as atividades domésticas foram conferidas às mulheres e com o passar do tempo foram sendo desvalorizadas e mesmo que haja tarefas domésticas ainda há algumas mais valorizadas que outras (BRUSCHINI e RICOLDI, 2009; HIRATA e KERGOAT, 2007). É possível perceber nas falas das associadas que muitas delas trabalham em suas casas e, nesse mesmo lugar, também fazem seus trabalhos que são vendidos na feira. É dentro desse universo que essas mulheres normalmente realizam a maioria das tarefas domésticas sozinhas e, por algumas vezes, seus cônjuges não veem o que elas realizam como uma forma de trabalho.

A relação do não reconhecimento dos cônjuges para com as atividades exercidas por suas esposas pode ser percebida também em estudos realizados pelo IBGE (2018) relata que as mulheres realizam 70% de horas em trabalhos domésticos que os homens. Diante dessa variedade de horas dedicadas para o trabalho doméstico, na pesquisa também foi analisado que o grupo de mulheres não possui forma homogênea na formação do núcleo familiar. Que como menciona Moraes (2011) a família atualmente não é formada por parentesco de sangue mais sim por afinidades.

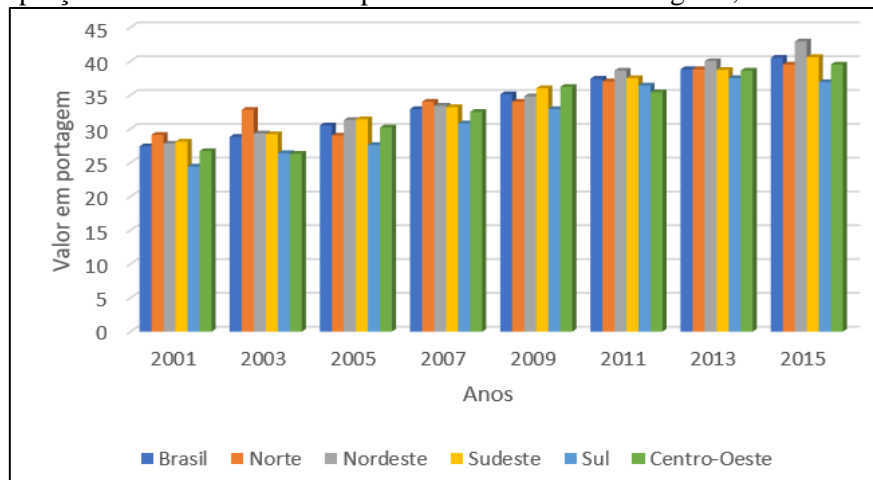
Entre as falas das associadas, uma chamou atenção: “eu sou mãe solteira, morei com o pai deles por muito tempo, mas não deu muito certo” (Chiquinha). Atualmente, essa associada mora com os dois filhos e zela por eles sozinha. Entretanto, quando se observa a realidade nacional, vê-se que, com o passar dos anos, a porcentagem de mulheres que chefiam as casas e os núcleos familiares aumentaram expressivamente, como pode ser observado na tabela e o gráfico abaixo.

Tabela 1 - Proporção de famílias chefiadas por mulheres - Brasil e Regiões, 2001 a 2015.

Região	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Brasil	27,4	28,8	30,5	32,9	35,1	37,4	38,8	40,5
Norte	29,1	32,8	29,0	34,0	34,0	37,0	38,8	39,5
Nordeste	27,8	29,3	31,3	33,4	34,8	38,6	40,0	42,9
Sudeste	28,1	29,2	31,4	33,2	36,0	37,5	38,7	40,6
Sul	24,4	26,4	27,6	30,8	32,9	36,4	37,5	36,9
Centro-Oeste	26,7	26,3	30,2	32,5	36,2	35,4	38,6	39,5

Fonte: elaborada pela autora com base em dados do IPEA (2015).

Gráfico 1 - Proporção de famílias chefiadas por mulheres - Brasil e Regiões, 2001 a 2015.



Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do IPEA (2015).

O gráfico foi construído com base na tabela acima, na qual no eixo horizontal estão expressos os anos e no eixo vertical o valor em porcentagem de mulheres que chefiavam famílias. Foi escolhido como recorte inicial de tempo 2001, pois é o ano em que se inicia a Associação Artes da Terra. Observa-se que, dentro desse espaço tempo, a região Sudeste, na maioria dos períodos, foi à região em que se obteve a maior quantidade de mulheres chefiando núcleos familiares.

Na AAT, como já mencionado anteriormente, sua formação social é construída de maneira heterogênea. Em uma das idas a campo, algumas associadas mencionaram a importância de entrevistar a Chiquinha, pois essa era uma das associadas mais antigas na associação e era a que mais participava dos movimentos de Economia Solidária. A aproximação com ela se construiu por intermédio de outra associada. A entrevista foi realizada, contudo a entrevistada solicitou que não fosse gravada e somente escrita.

Chiquinha não possui o ensino fundamental completo, é mãe solteira e cuida de dois filhos, sozinha. Quando perguntado de que maneira ela ajuda na geração de renda de sua casa, Chiquinha argumentou: “Eu tenho outra renda, porque aqui é só pra descontraír. Venda que é bom? não tem, é mais pra sair de casa pra distraír. Eu sou pensionista, meu pai deixou pra mim.” Ainda na mesma pergunta, foi perguntado de que maneira seus filhos reconhecem a sua contribuição e ela explanou: “Ah eles não falam nada não, mas não sei o que eles pensam na verdade”.

Já Maria também foi uma associada que solicitou que a sua entrevista não fosse gravada. Contudo, ela mencionou que o seu marido, como já explanado anteriormente, não valoriza o seu trabalho e sim de outras pessoas. Quando perguntada sobre de que forma a sua renda contribui na renda da casa, Maria (2018) mencionou: “Eu faço mais por hobby, aqui pra mim é mais distração, se eu fosse depender daqui pra casa eu não conseguiria não, desde criança eu gosto muito de crochê”. Em seguida, foi perguntado de que maneira o seu marido reconhecia o seu trabalho e a sua contribuição: “Meu marido acha que aqui eu me divirto e quando eu não venho ele fala vai sim” (MARIA).

Esse pouco reconhecimento por parte dos cônjuges também é visto em outras associadas. Dandara mencionou que a renda que ela gera é mais para as compras de sua subsistência e que as filhas dela reconhecem mais o seu trabalho do que o seu marido: “Eu compro as coisas mais pra mim, só pra mim, minhas filhas reconhecem bem, no caso são elas que reconhecem mais”.

Já Nísia argumenta que possui uma moça para auxiliá-la nas tarefas domésticas e que seu marido já se aposentou. Porém, ao ser questionada sobre a sua contribuição na renda, ela

explana: “Muito pouco, mais pra minhas coisas, eu detesto pedir dinheiro emprestado, a casa é por conta dele”.

A maioria das associadas respondeu essa parte da entrevista trazendo explicações referentes à carga de trabalho dentro de casa, onde a maioria delas realizam diversas funções sem o devido reconhecimento de seus companheiros. Entretanto, esse acontecimento não se constrói de forma isolada, como foi demonstrado nas referências citadas anteriormente. Nessa perspectiva, uma associada chamou atenção e se destacou diante das outras associadas.

Rose Marie mora com o marido e a filha. Os três possuem outros trabalhos e ela não passa muito tempo dentro de sua casa. Assim, as tarefas são divididas igualmente e a associada realiza seus trabalhos dois dias por semana para vender na feira da associação. Sobre os afazeres domésticos, ela respondeu: “Minha filha é professora, quando dá cada um faz uma coisa, como somos em três, nunca ninguém tá em casa”.

Em seguida, foi perguntado para ela sobre o reconhecimento de sua família. Sobre isso, ela explana: “Sim e bastante, acham lindo, valorizam minha costura, ajuda a compartilhar para as vendas, até ajudam com as vendas”. E, quando foi perguntada sobre a renda e a sua contribuição, ela mencionou: “Em casa é tudo junto, não tem divisão. É um dinheiro só quando um não tem outro empresta”. Na construção desses estereótipos sociais, além de uma relação que se intersecciona com o marido, com a concretização de falas e atitudes já enraizadas pela sociedade patriarcal, há também a relação com a construção do local privado que as mulheres têm acesso.

Quando se analisa os processos artesanais realizados por mulheres, muitas vezes, observa-se que esses estão distantes dos locais públicos e excluídos da hegemonia capitalista. Assim, vê-se que o artesanato pertence a uma “dupla exclusão”: primeiro, que não possui uma produção em massa, sendo esse um dos pilares do sistema capitalista, mas uma produção individual e criativa; segundo, que historicamente o artesanato vem sendo realizado majoritariamente por mulheres em seus locais domésticos, tidos como privados e abastado do mercado capitalista (SILVA, 2015; BARBOSA e D’ÁVILA, 2014).

Com o referencial teórico apresentado, procurou-se entender que os efeitos da divisão sexual do trabalho e da economia feminista e suas simbioses juntamente com as sujeitas da Associação Artes da Terra, tendo como finalidade atender o primeiro objetivo específico da pesquisa que era analisar de que maneira a divisão sexista do trabalho e a economia feminista se reverberam dentro do convívio social das associadas da AAT.

Diante do exposto foi observado que as sujeitas da AAT, estão expostas a sofrerem parte do reflexo da marginalização de suas funções, seja enquanto mulheres como também artesãs sofrendo a dupla exclusão. Essa múltipla invisibilidade ocorre seja por seus cônjuges, na não aceitação e reconhecimento das suas tarefas domésticas, as quais eles possuem uma ínfima participação na partilha dessas ações ou do seu trabalho enquanto artesã, pelo qual muitas vezes eles não reconhecem como um modo de trabalho.

Portanto as sujeitas da AAT sofrem o reflexo da divisão sexual do trabalho de maneira hierárquica, com as lacunas da valorização por diversos tipos de labor, pelos diferentes sujeitos da sociedade. Quando se trata dos reflexos dos princípios da economia feminista é visto que também há um tensionamento, contudo para que haja uma real mudança é necessário que ocorra um enfoque da economia feminista de ruptura, ou seja, para que os trabalhos domésticos e de afeto das mulheres da AAT, seja valorizado é necessário que suceda uma singela modificação nas relações sociais existentes com todos.

Essa modificação não é rápida, pois muitos princípios estão enraizados por construções históricas sociais. Contudo é preciso que transcorra em diversos locais, espaços de diálogo e aprendizagem, para que possam ser discutidas coletivamente maneiras alternativas para a inserção e valorização dos diversos tipos de trabalhos das mulheres pela sociedade, valorizando não somente de maneira econômica, mas também social a política.

No capítulo a seguir: 4. ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS MULHERES DA ARTES DA TERRA, será abordado de um breve histórico da ECOSOL e suas formas organizativas, e posteriormente uma apresentação da Associação Artes da Terra, por fim, nos dois últimos subcapítulos no qual é realizado a análise dos dados coletados, com propósito de cumprir os objetivos já preestabelecidos na pesquisa.

4. ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS MULHERES DA ASSOCIAÇÃO ARTES DA TERRA

A formação hegemônica, social e econômica da sociedade se fez de forma desigual para a maior parte da população, desenvolvendo assim, uma ampliação e consolidação de um cenário cada vez mais injusto e subjugado a alguns grupos econômicos. Com essa constituição desigual, surge um agravamento do desemprego e da pobreza, auxiliando na junção de movimentos populares que trazem a alternativa da Economia Solidária como forma de geração de renda por meio da cooperação, solidariedade e autogestão. Este capítulo tem como objetivo apresentar os sujeitos e atores envolvidos na conceituação e práticas da Economia Solidária na Associação Artes da Terra. Para melhor alcançar a finalidade desta sessão, o capítulo foi dividido em cinco partes.

O subcapítulo 4.1 - Uma Breve História da Economia Solidária - inicia esta seção e busca trazer de maneira sucinta um apanhado histórico da construção da ECOSOL no Brasil e suas contribuições teóricas e práticas para o surgimento dos primeiros Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no país, possibilitando a discussão do próximo subcapítulo, 4.2 – Formas Organizativas na Economia Solidária, que apresenta os diferentes tipos de EES, como cooperativas e associações e seus pilares teóricos e jurídicos. Como a dissertação possui como sujeita de pesquisa as associadas da Associação Artes da Terra, o subcapítulo 4.3 - A Associação Artes da Terra traz uma apresentação da associação. Os três primeiros subcapítulos têm como objetivo tecer de referencial teórico capaz de alinhar os dois subcapítulos seguintes que consistem em realizar as análises da ECOSOL e seus sujeitos na AAT, por meio de entrevistas semiestruturadas, análises teóricas e idas ao campo. No subcapítulo 4.4 - Artes da Terra e Economia Solidária são analisadas as interações sociais e econômicas entre a AAT e os princípios e práticas da ECOSOL e, por fim, no subcapítulo 4.5 – As relações entre as Políticas Públicas e a Artes da Terra exploram as interações que ocorrem entre o diálogo e execução das políticas da ECOSOL no município.

Diante disso, este capítulo tem como importância trazer a discussão da Economia Solidária a partir de uma ótica feminista da escritora e de uma associação de artesanato do município de Itajubá. Ainda tem como objetivo analisar de que maneira a AAT pratica e internaliza os conceitos e padrões da ECOSOL, verificando a construção das relações da AAT com os espaços de construção política de ECOSOL.

4.1. Uma breve história da Economia Solidária

A Economia Solidária (ECOSOL) originou-se como uma resposta ao cenário de desigualdade social ocasionado pelo sistema hegemônico. Sua data e local específico de origem ainda sofrem divergências teóricas, contudo, neste trabalho, será abordada a sua gênese teórica a partir de autores latino-americanos, como Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger. Uma das origens mais distantes e primárias da ECOSOL possui ligação com a Primeira Revolução Industrial. Essa relação auxiliou no fortalecimento dos remotos primórdios da ECOSOL durante o século XIX na Europa com a formação de um movimento operário contrário à violenta e massiva industrialização (GAIGER, 2003; SINGER, 2018).

Segundo Gaiger (2013), no final do século XIX se introduziu no Brasil o cooperativismo por meio da luta dos imigrantes europeus nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. As primeiras cooperativas registradas eram “cooperativas de consumo”, crédito e agrícolas. Durante as décadas de 50 e 60 do século XX, houve uma expansão das “cooperativas de consumo” no Brasil como forma de organização e conquista de direitos e, já nas décadas seguintes, houve um aumento do êxodo rural, fazendo com que a população urbana aumentasse o que possibilitou o surgimento de cooperativas de crédito e serviços. Após a década de 70, todas as cooperativas sofreram uma forte redução de atuação devido à política adotada naquele período histórico (GAIGER, 2013).

Durante esse mesmo período, a partir de 1970, o sistema capitalista começa a passar por fortes modificações econômicas, sociais e políticas, tendo seu auge nos anos de 1990 no Brasil, década que se destacou por sustentar a execução da denominada agenda neoliberal na América Latina, baseada na desregulamentação dos mercados, monopólio industrial, privatizações, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado na economia. Foi a então denominada onda neoliberalizante, que se fez praticamente hegemônica mundialmente, trazendo intensas mudanças ao mundo do trabalho (VERONESE *et al.* 2017).

Essas transformações possibilitaram o aumento do fosso social existente no Brasil e, em oposição a esse contexto desigual, os movimentos populares e trabalhistas iniciam uma ação de luta, denominada de Economia Solidária e assentada na solidariedade, no cooperativismo e na autogestão (SINGER, 2002; 2004; 2008; 2018). Tal objetivo era de proporcionar um ambiente mais igualitário, dentro dos empreendimentos solidários com a divisão dos lucros e prejuízos de maneira mais justa (SINGER, 2004).

A ECOSOL, segundo Singer (2008), é um novo modo de produção pautado pela igualdade, refletida nos direitos garantidos, na posse dos meios de produção pelos

trabalhadores e na autogestão, que possibilita que as firmas sejam geridas de forma coletiva e democrática por seus trabalhadores. Segundo Faria (2015), a autogestão, bem como a sua organização de trabalhadores que lutam pela objeção ao sistema capitalista, tem por base a posse coletiva e a apropriação dos meios de produção por todos os componentes do empreendimento, sendo realizadas as deliberações de forma plural e comum a todos os trabalhadores da organização (TIRIBA, 2008).

Cherfem (2014) menciona que o Brasil, neste sentido, foi protagonista frente aos primeiros debates referentes à Economia Solidária durante a crise do desemprego dos anos de 1990, possibilitando a organização de movimentos populares trabalhistas, sindicalistas, ONGs e religiosos sendo que as primeiras teorias referentes à Economia Solidária aparecem de fato em 1998, quando Paul Singer delinear estudos nessa temática.

Tentando realizar uma linha cronológica de análise, Cherfem (2014) menciona que a Economia Solidária pode ser dividida em quatro fases em que a primeira se caracteriza pela intensificação do surgimento das empresas autogestionárias, cooperativas e associações, que se inicia entre o final da década de 1980 e início de 1995. Esta fase ocorre em um cenário de mudanças produtivas devido ao aumento do desemprego, miséria e de escassez de recursos. Tanto Paul Singer como a Cáritas⁹ tiveram um papel importante na formulação dos conceitos da ECOSOL durante esta primeira fase (CHERFEM, 2014).

Para Paul Singer (2018), dentro do sistema hegemônico há relação de competição desenfreada e de desigualdade, fatos que segundo ele não são tidos como normais ou “naturais”. Para que haja uma mudança no cenário existente é preciso que os atores envolvidos no processo econômico cooperem entre si e realizem um modo de produção solidário e igualitário alternativo ao imposto: a Economia Solidária (SINGER, 2018).

Dando continuidade à linha cronológica de Cherfem (2014), a segunda fase passa a ser caracterizada pelo aumento das práticas de Economia Solidária com o apoio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) das universidades e dos eventos que debateram as bases teóricas da ECOSOL. A primeira ITCP surgiu no Rio de Janeiro, na

⁹ A Cáritas é uma organização desenvolvida em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Atualmente ela conta com 183 entidades pelo Brasil e atua em 450 municípios do país. A Cáritas trabalha com Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores (as) de materiais recicláveis, pequenos (as) agricultores (as), acampados (as) e assentados (as) da reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais. Informação coletada do site < <http://caritas.org.br/>> e acessado em 05 de novembro de 2018.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1995, no instituto de Programa de Pós-Graduação de Engenharia com o objetivo de auxiliar a formação de diferentes cooperativas (CHERFEM, 2014). Segundo Bocayuva (2001), a ITCP da UFRJ surge com o propósito de criar alternativas para a inclusão de setores que até o momento estavam em condição marginal dentro do mercado de trabalho.

Ainda na segunda fase surge o conceito de “novo cooperativismo” que, segundo Chermem (2014), sofre fortes influências de autores tanto latino-americanos como brasileiros. Para a autora, o argentino José Luís Coraggio exerce fortes influências quando traz o conceito de “Economia do Trabalho” referindo-se a Economia Solidária. Para Coraggio (1999) nenhuma categoria atualmente, senão a dos trabalhadores, poderia se organizar contra a realização do ápice do desenvolvimento capitalista chamado pelo autor de “formação do mercado mundial”.

Segundo Chermem (2014), na segunda fase outro pesquisador Latino-americano de grande influência é Luiz Inácio Germany Gaiger. Para Gaiger (2013, apud CHERFEM, 2014) a ECOSOL sempre existiu, principalmente nos países não centrais onde eram realizadas práticas alternativas de geração de renda, solidariedade e cooperativismo. Para o autor, de acordo com o primeiro mapeamento brasileiro da ECOSOL realizado em 2006, havia cerca de quinze mil empreendimentos solidários que contavam com a participação de 1,2 milhão de trabalhadores e trabalhadoras.

Um dos obstáculos enfrentados pelos empreendimentos solidários, segundo Gaiger (2007, apud CHERFEM, 2014), seria a rápida mutação das necessidades e desejos criados pelas empresas capitalistas para a população, aumentando cada vez mais a competição entre os empreendimentos para a obtenção de uma fatia maior do mercado. Com esse ambiente cada vez mais insano em disputas, o trabalhador e a trabalhadora é o mais afetado, perdendo seus postos de trabalho ou recebendo menores salários. A ECOSOL surge como a opção para esses trabalhadores e essas trabalhadoras que perderam seus postos de trabalho.

Já a terceira fase da ECOSOL surge com o I Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2001, e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho, em junho de 2003; por um projeto de Lei durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (CHERFEM, 2014). O Fórum Social Mundial representa uma das mais importantes lutas contra hegemonias globais, sendo ele responsável por unir movimentos sociais, ONGs e empreendimentos que não se encaixam na lógica capitalista e que se apresentam como possibilidade de uma sociedade mais justa (SANTOS, 2005).

A dimensão utópica do FSM consiste em afirmar a possibilidade de uma globalização contra hegemonias e assim, a utopia do FSM afirma-se mais em termos negativos (a definição daquilo que critica) do que em termos positivos (a definição daquilo a que aspira). Como primeira utopia crítica do século XXI, o FSM visa romper com a tradição das utopias críticas da modernidade ocidental, muitas das quais redundaram em utopias conservadoras. O caráter aberto da dimensão utópica do FSM é a sua tentativa de fugir a esta perversão. Para o FSM, a exigência de alternativas é uma exigência plural. A afirmação de alternativas anda em paralelo com a afirmação de que há alternativas às alternativas (SANTOS, 2005, Pg.25).

O Fórum Social Mundial foi importante para a ECOSOL, pois representou as possíveis articulações políticas nacionais e internacionais, com a missão de transformar a ECOSOL em uma política pública de combate à desigualdade social e alternativa de geração de renda, trazendo assim, o caráter político e social para o movimento da ECOSOL. Já encaminhando para a quarta e última fase mencionada por Cherfem (2014), esta não possui uma mensuração de um período cronológico específico, mas sim pela luta dos movimentos sociais pela inclusão da questão de gênero e de raça nos debates da ECOSOL, visto que, mesmo que a ECOSOL seja uma proposta de mudança, ainda há conceitos enraizados na sociedade como machismo e racismo, dentro das suas organizações.

Durante todas as fases da ECOSOL sempre houve um elemento bastante presente, que foi a organização do movimento das trabalhadoras e trabalhadores como uma forma de alternativa para o contexto de desigualdades em que se estavam vivenciando. As formas de organizações se materializaram de diversas maneiras e, no subcapítulo a seguir, será analisada a relação da formação dos empreendimentos econômicos solidários, como é o caso das associações e das cooperativas dentro da ECOSOL.

4.2. Formas organizativas na Economia Solidária

“Mas na economia capitalista, os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens”

Paul Singer

Dentro da lógica do sistema capitalista, a palavra desenvolvimento assume o simbolismo de sustentação para o grande capital (SINGER, 2004). Ianni (1989) menciona que o desenvolvimento desenfreado capitalista está alinhado aos grupos dominantes da economia e do poder público, que se utiliza de práticas de “modernização” com o objetivo de manter o domínio e ordem da população. Esses argumentos auxiliam uma ilusão (Arrighi, 1998) ou um mito (Furtado, 1974) criado nos países do sul frente aos processos de desenvolvimento. Esse desenvolvimento representado pelo sistema hegemônico possui suas bases nas “liberdades” de mercado, competitividade, interesses individuais e presença mínima do Estado (SINGER, 2004).

No entanto, como já relatado no capítulo anterior, a competição ilimitada e a desigualdade não são processos tidos como congênitos, mas que determinam o modo de produção e as atividades econômicas no sistema global hegemônico e imposto (SINGER, 2018). Gaiger (2003) argumenta que os modos de produção dependem do contexto social em que estão inseridos, formando assim, uma maneira específica de produção que é influenciada por atores externos, como os grupos hegemônicos que predominam nas decisões econômicas.

Esse cenário era devido ao conjunto de reformas liberais que desregulamentava a economia, baseada no Consenso de Washington, que faz parte do conjunto de reformas neoliberais que apesar de práticas distintas nos diferentes países, estava centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial, financeira, redução do tamanho e papel do Estado e que viraram parâmetro para a América Latina (LEITE, 2009).

A Economia Solidária “vem como uma forma alternativa do modo de produção, tendo como base a posse coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2018, pg. 10).

Complementando, Gaiger (2003) argumenta:

“[...] por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas *contrárias* à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital” (GAIGER, 2003, pg. 193).

A cooperação, a solidariedade e a autogestão são fortes elementos existentes em empreendimentos solidários, sendo estes capazes de gerar resultados e ganhos reais para os empreendimentos (SINGER, 2002; 2004; 2008; 2018; GAIGER, 2003; VERONESE *et al.* 2017). Outro elo importante existente na economia solidária é o seu tripé, composto por três elementos, sendo i) as agências de apoio e fomento, como as ITCP's e Organizações Não Governamentais, que auxiliam os empreendimentos; ii) o Poder Público, tendo a responsabilidade de gerar políticas públicas inclusivas da ECOSOL; e iii) por fim os Empreendimentos Solidários (LEITE *et al.* 2012; FRANÇA FILHO e CUNHA, 2009).

As ITCPs realizam forte apoio na maioria das vezes para os Empreendimentos Solidários. Segundo Fraga (2018), as ITCPs fazem parte da extensão comunitária que trabalham com frentes populares, como cooperativas, associações ou grupos informais, geralmente inseridos na ECOSOL, com o objetivo de auxiliá-los em tarefas de fabricação, consumo e de institucionalização política. O reconhecimento político possui forte importância para os Empreendimentos Solidários e para as ITCPs, trazendo a importância do segundo tripé da ECOSOL: o poder público (LEITE *et al.* 2012; FRANÇA FILHO e CUNHA, 2009). O poder público possui a responsabilidade de fornecer suporte legal e estrutural para que haja uma melhoria no contexto social existente e que seja possível a aplicação de uma economia mais igualitária dentro dos empreendimentos.

Os empreendimentos solidários são muito diversos, variando muitas vezes sua forma de funcionamento. Contudo, segundo Singer (2018), dentro da maioria dos empreendimentos solidários, os sócios não recebem salários, mas sim “retiradas” que são feitas de acordo com o rendimento obtido. Nem sempre as empresas solidárias adotam uma retirada igualitária dos lucros, sendo esta, definida em uma assembleia, órgão máximo de uma organização da ECOSOL (GAIGER, 2003; SINGER, 2018).

O principal objetivo dos sócios dos empreendimentos solidários é promover uma forma de gerar renda para quem mais necessita de maneira democrática e igualitária (SILVA E CARVALHO – FREITAS 2007; VERONESE ET AL, 2017; SINGER, 2018). Para o melhor funcionamento desses empreendimentos é preciso que haja a prática da autogestão, em que empresas solidárias menores têm todas as decisões tomadas por meio da assembleia, e em empresas maiores, os sócios deliberam responsáveis para os determinados cargos de confiança, mas com algumas definições finais decididas em assembleia com a participação de todos (SINGER, 2018).

O maior empecilho para a autogestão é o desinteresse dos sócios (SINGER, 2018). Quando alguns membros e membras não têm interesse de melhorias para o empreendimento,

outros membros e membras ficam sobrecarregados e muitas melhorias passam a demorar a se concretizarem de forma democrática. Dentro desse processo infelizmente muitas informações começam a se perder e fatos são negligenciados, no entanto, com a real aplicação da autogestão não é alcançada somente melhorias econômicas, mas também um crescimento humano para quem a utiliza como prática (SINGER, 2018).

Marília Verissimo Veronese *et al.* (2017) argumenta que, dentro do universo da ECOSOL, há os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que surgem não somente como uma maneira alternativa para o contexto precário, mas também como uma forma de resistência histórica para o modo de produção global imposto (VERONESE *et al.* 2017; GAIGER, 2003). Gaiger (2003) argumenta que há três pilares para que os empreendimentos solidários se diferenciem dos modelos econômicos hegemônicos:

[...] a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca. Se isto vier a ocorrer, presenciaremos uma experiência econômica genuinamente sob a ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no âmago da produção da vida material e social (GAIGER, 2003, pg. 201).

As formas organizativas da ECOSOL mais comuns no Brasil são as associações e as cooperativas (GAIGER, 2003; VERONESE *et al.* 2017). A formação de cooperativas nas cidades do Brasil, segundo Leite (2009), se deu por duas etapas, a primeira pela crise econômica que assolava o país no início de 1990, tendo como uma das consequências o alto desemprego. A segunda etapa seria a remodelação da produção e economia, passando por um cenário de diminuição dos postos de trabalho, aumento do desemprego, aumento dos postos de trabalhos informais, redução salarial e aumento da carga horária de trabalho. Com este cenário houve diminuição do crescimento econômico, aumento das terceirizações e das precarizações nas empresas (LEITE, 2009; VERONESE *et al.* 2017).

Como exemplos de cooperativas nesse período, em 1995, é destacado por Cherfem (2014) a experiência dos ex-trabalhadores da empresa Conforja, localizada no Estado de São Paulo, que, após a falência da empresa, se organizaram cooperativamente, reformulando a

parte falida da organização e, quatro anos depois, consolidando a UNIFORJA, com o apoio do Sindicato. Ainda nesse mesmo ano, outra empresa falida é recuperada por funcionários, a Usina de cana de Açúcar Catende, em Pernambuco, criando assim a cooperativa Catende-Harmonia. Ambas as cooperativas, seja a UNIFORJA ou a Catende-Harmonia, não abordavam até aquele momento a relação de autogestão, mas, com o passar do tempo, suas experiências tiveram grande importância (CHERFEM, 2014).

A partir de uma perspectiva jurídica, as associações possuem caminhos menos burocráticos de abertura do que uma cooperativa. Com isso as associações são a forma jurídica mais existente, proporcionando muitas vezes o apoio e parcerias de diversos atores sociais, como o Estado. Segundo Silva e Carvalho – Freitas (2007), associação é uma organização sem fins lucrativos, que demonstra a proteção aos interesses de todos os membros e membras, sendo que os cargos de liderança são decididos em assembleia geral, e cada pessoa tem direito a voto, enquanto os excedentes são revertidos para melhoria da própria associação.

As associações são a forma organizativa mais predominante no Brasil, com 60%, segundo o IPEA (2016), seguida dos grupos informais com 30,5%, 8,8% representado por cooperativas e por fim, abaixo de 1%, vêm as sociedades mercantis. As associações em sua maioria se concentram nos ambientes rurais, com 69% do total das associações, já em ambientes urbanos, predomina grupos informais (59%) e cooperativos (46%) (IPEA, 2016).

Para Gaiger (2003) o que auxilia na força motriz de uma associação é a relação da empregabilidade e a possibilidade de maior geração de renda, coletivamente e democraticamente, e que as associações solidárias possuem maior capacidade de produção e disputa de mercado que as empresas consolidadas no modelo hegemônico, pois além de estarem inseridas dentro do modelo imposto, possuem em suas bases as relações de autogestão como melhoria para todo o EES.

Segundo dados disponibilizados pelo IPEA (2016), no “Mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socio-estruturais dos empreendimentos” nota-se que há cerca de 19708 empreendimentos solidários (EES) em 2713 municípios no Brasil e a região que mais possui EES é o Nordeste com 40,8%, seguido pelas regiões Norte, Sul e Sudeste com cerca de 16%, e por fim, a região Centro-Oeste 10,3%. As maiores partes dos EES estão localizados em ambientes rurais (54,8%), enquanto 34,8% estão em ambientes urbanos e 10,4%, funcionando paralelamente, tanto em zonas rurais como urbanas. Na zona rural os EES são divididos em três eixos como consumo, 85%, troca, 65%, e

finanças, 62%; e por fim produção com 52%, já nos meios urbanos é dividida em dois segmentos, chamada de prestação de serviços com 64% e negociação, 48% (IPEA, 2016).

Ainda analisando os dados disponibilizados pelo IPEA (2016), é visto que umas das maiores motivações para a criação de um EES é a complementação da renda, alternativa para o desemprego, autogestão, horizontalidade do empreendimento, fontes alternativas de financiamento, fortalecimento de uma organização étnica. Analisando a composição dos EES, há mais homens do que mulheres, o que representa aproximadamente 56,4% de homens e 43,6% de mulheres (IPEA, 2016).

As relações de gênero são muito importantes a serem analisadas dentro do processo de construção e consolidação dos EES, visto que os EES se constroem como forma de resistência e tensionalidade entre os elos de poder, como o poder público e poder econômico, e as mulheres são as mais afetadas pela formação patriarcal na sociedade (VERONESE ET. AL, 2017 E GAIGER, 2003). Nobre (2003) argumenta que as indagações sobre o papel da mulher dentro da ECOSOL teve seu início com a elucidação da não visibilidade, da segregação e não representatividade do papel que as mulheres exercem na economia.

Segundo Guérin (2005), as mulheres são as primeiras praticantes da ECOSOL. Contudo como destaca Cherfem (2014), mesmo a ECOSOL trazendo a representativa de uma alternativa para o sistema capitalista existente, ainda é preciso discutir com mais seriedade sobre o trabalho das mulheres. Essa maior presença das mulheres na ECOSOL, se deu em um cenário de confronto entre a vida familiar e a vida profissional das mulheres (GUÉRIN, 2005). Segundo a autora, a presença das mulheres em tarefas de geração de renda não possibilita uma igualdade real, pois as mulheres enfrentam três principais barreiras: a primeira é a relação da “feminização” da pobreza, pela qual as mulheres são as mais pobres, seja em países do Norte ou do Sul, a segunda barreira é o descompasso nas organizações, possibilitando em um aumento da desigualdade de renda e, por fim, o desequilíbrio na divisão dos trabalhos domésticos (GUÉRIN, 2005).

Esse desequilíbrio nos trabalhos domésticos como já foi mencionado anteriormente no texto, possibilita o surgimento da divisão sexual do trabalho (HIRATA E KERGOAT, 2007). Essa disputa sexual no mundo do trabalho foi construída muitas vezes por meio de lutas. Esse fato não se faz distinto quando o movimento feminista busca dar mais elucidação para os trabalhos realizados pelas mulheres na ECOSOL, por meio de resistência dentro do próprio movimento da ECOSOL (CHERFEM, 2014). Essa relação social conflituosa entre os locais e as sujeitas envolvidas, traz a importância da aproximação do movimento feminista, enquanto teoria e prática social, com a ECOSOL (NOBRE, 2003).

A representação social da ECOSOL é sexuada, visto que ela é relacionada com o trabalho coletivo, e que muitas vezes é caracterizado como um trabalho de mulheres, logo, passa a ser visto como modo de rejeição pelos homens (NOBRE, 2003). O homem trabalhador é representado pelo trabalho formal e assalariado; segundo Nobre (2003), dentro de muitos EES os homens possuem uma participação passageira, já as mulheres possuem a representação de papéis maternais, familiares e domésticos, o que auxilia o estreitamento e a aproximação com grupos que se organizam em espaços locais e domésticos próximos de suas normas e costumes.

Contudo, em uma entrevista realizada por Churfem (2014) em sua tese, com a coordenadora da Casa da Mulher no Nordeste, mencionou que ao envolver-se em EES e com organizações feministas, observou que as mulheres possuíam a maior participação nos empreendimentos, embora muitas vezes não ocupassem os cargos de liderança política nos EES, e muitos temas que perpassavam por questões das mulheres, não eram relatados, como casos de violência, múltipla realização de tarefas, divisão sexual do trabalho e vivência política das mesmas (CHERFEM, 2014).

Essa invisibilidade e marginalização do papel social das mulheres na sociedade, como já citado anteriormente neste texto, auxiliam em uma não aceitação dos trabalhos não monetários exercidos por elas, pois os agentes econômicos desenvolvem suas riquezas explorando os trabalhos afetivos, como cuidar da prole – atividade que não tem fim e nem possui um valor; contudo, mesmo que este trabalho passe a ser considerado, é necessário que as mulheres possam ter um trabalho remunerado e uma maneira que possa libertá-las (NOBRE, 2003).

Com isso traz a importância de se discutir as relações de gênero dentro dos espaços de ECOSOL, pois são locais que se dispõem a trazer alternativas para o modelo hegemônico (NOBRE 2003). Porém ainda em alguns espaços de ECOSOL não apresentam como foco as discussões nem de gênero e nem de raça (CHERFEM, 2014). Apresentando a importância de discussão do subcapítulo, a seguir será analisada a formação da Associação Artes da Terra (AAT) e de que maneira as mulheres dessa associação compreendem a relação entre elas e a associação.

4.3. A Associação Artes da Terra

A Associação Artes da Terra (AAT) é uma organização sem fins lucrativos, que possui emancipação administrativa e financeira, sem discriminação para a entrada de novas membras quanto à classe social, gênero, cor, relações partidárias, origem ou ocupação profissional. A

associação teve origem em 2001, com uma reunião de cinco integrantes no município de Itajubá, localizado no sul do estado de Minas Gerais, que posteriormente, após algumas participações em eventos tanto no município como em outras localidades próximas, acaba conquistando uma parceria com a Prefeitura Municipal.

A parceria entre a associação e o poder público¹⁰ ocorreu juntamente com empresas privadas do Município de Itajubá, possibilitou a doação de barracas para a realização feira, também a disposição de um local próprio para a exposição de seus produtos, na Praça Getúlio Vargas (Itajubá), onde ocorre até os dias atuais.

Na **Figura 4**: Mapa via Satélite da localização da Praça Getúlio Vargas: localização da feira da AAT, apresentada abaixo, mostra a localização da feira que a associação realiza as sextas feiras das 13hs às 17hs e aos sábados das 9hs às 13hs; pela imagem é observado que a feira está localizada na região central da cidade, próxima a escolas, bancos, agências de correios, redes de lojas e supermercados.

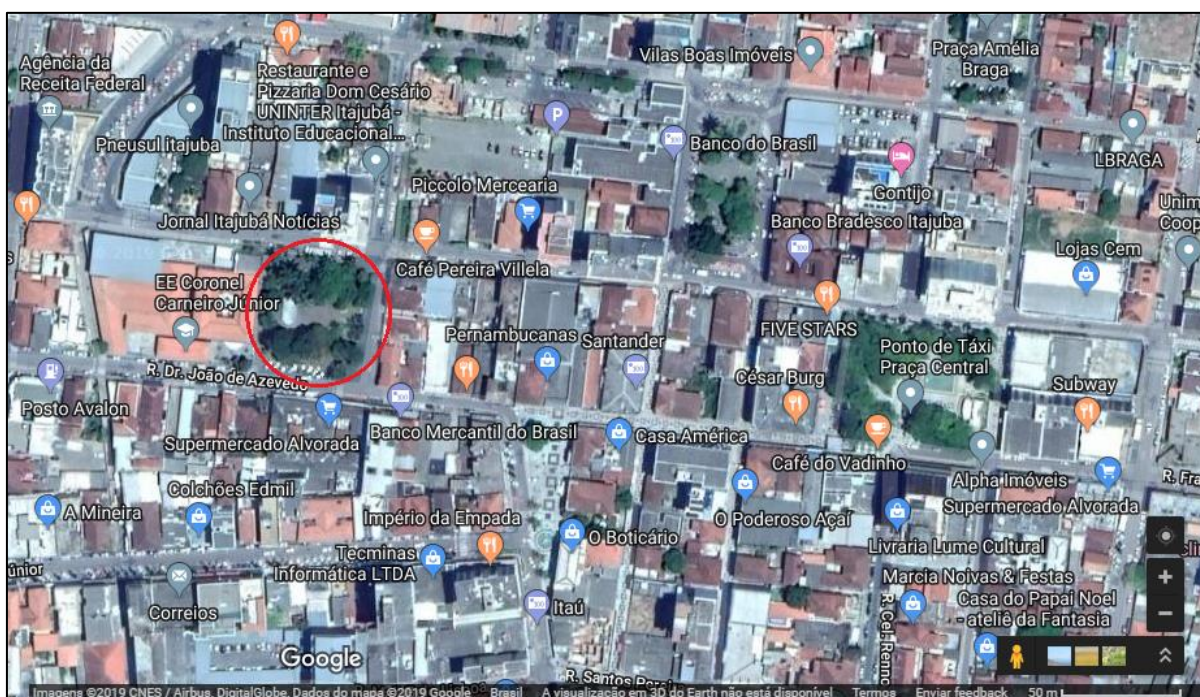


Figura 4 - Mapa via Satélite da Praça Getúlio Vargas onde se localiza a feira da AAT.

Fonte: elaborada pela autora tendo como base Google Maps.

Atualmente na AAT existem vinte e cinco associadas, sendo dezessete mulheres e oito homens. Na associação há trabalhos de aromas, paisagismos, MDF, crochês, *patchworks*, bijuterias e alimentos, que estão respaldadas pelo Estatuto da organização.

¹⁰ Essas informações foram retiradas de documentos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Itajubá.



Imagem 1 - Feira localizada na Praça Getúlio Vargas da Associação Artes da Terra.
Fonte: arquivo de pesquisa / elaborada pela autora.



Imagem 2 - Feira localizada na Praça Getúlio Vargas da Associação Artes da Terra
Fonte: arquivo de pesquisa / elaborada pela autora.



Imagem 3 - Barraca montada durante a feira da Associação Artes da Terra.
Fonte: arquivo de pesquisa / elaborada pela autora.

Pelas três imagens acima, é visto a localização e a organização da Feira da AAT, na Praça Getúlio Vargas. **Imagem 1**, é visto entre algumas dificuldades na localização, citadas muitas vezes pelas associadas, como a não uniformidade do piso, que provoca desestabilidade para a fixação das barracas, outro problema observado nesta imagem é a não manutenção das árvores do local, ocasionando em quebras indevidas. Por fim nesta imagem é visto que há um grande repositório de resíduos, possibilitando a obtenção de odores indesejáveis durante a realização da feira. Já nas duas imagens que se seguem é visto a disposição das barracas das associadas e a comercialização de diversos produtos como já citado acima.

Para o melhor funcionamento e longevidade da Associação Artes da Terra, foi elaborado um Estatuto social da associação. Segundo o estatuto, toda elaboração e consolidação dos processos de decisão da associação são realizadas por meio da autogestão com a participação unânime das membras, a fim de realizar um diálogo com o poder público e parcerias com outras associações e deliberações de âmbito nacional, estadual e municipal.

O Estatuto prevê também a garantia dos interesses em comum das associadas contra qualquer forma de discriminação, tendo como preferência o aperfeiçoamento das conjunções trabalhistas e seguridade de direitos. Como benefícios da associação as membras são asseguradas de serem votadas para determinados cargos, presenciar ativamente de assembleias e reuniões com direito igualitário frente a opiniões, debates e votação; ter acesso a documentos da AAT; e sempre que necessário requerer à diretoria comunicados referentes a

atitudes exercidas por elas, além de sugerir mudanças que resultem em melhorias para a AAT e por fim propor uma assembleia.

A Associação Artes da Terra é composta por três órgãos sociais: Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal.

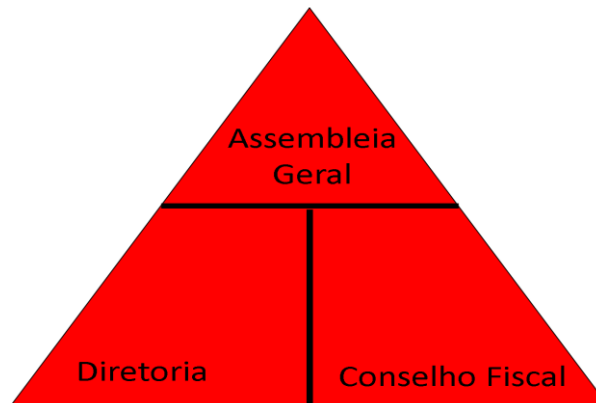


Figura 5 - Composição dos Órgãos sociais da Associação Artes da Terra.

Fonte: elaborada pela autora, tendo como base o Estatuto Social da Associação Artes da Terra.

Na **Figura 5** - Composições dos órgãos sociais da Associação Artes da Terra estão representadas os três órgãos que compõe a associação, sendo que no topo da pirâmide se encontra a Assembleia Geral, elemento esse que representa a soberania composta por todas as associadas, que estejam em dia com suas obrigações dentro da associação, tendo como funções nomear a Diretoria e o Conselho Fiscal, deliberar mudanças no Estatuto, definir o encerramento da associação e tomar decisões sobre os bens patrimoniais da associação.

As Assembleias Gerais Ordinárias são anunciadas pela presidente da AAT com sete dias de antecedência e a casos extraordinários com no mínimo de 48hs; as Assembleias Gerais só iniciam quando atinge 2/3 do total de associadas com uma espera de atraso de trinta minutos do tempo que foi solicitado. Cada associada e associado terá o poder de um voto somente para cada pauta levantada, sendo acatada a decisão da maioria presente na Assembleia Geral. Toda assembleia é relatada em uma ata aprovada e assinada por cinco membras presentes.

Já a Diretoria é o elemento responsável pela execução de todas as atividades da AAT, composta por uma presidenta, Vice-Presidenta, primeira e segunda secretária, e primeira e segunda tesoureira, de modo que, cada membra cumpre um período de dois anos de mandato. A Diretoria tem como função o preparo e execução da programação de ações anuais e o relatório dessas ações executadas posteriormente, além de realizar parceria com o poder público local e contratar mão de obra; já o presidente tem como função representar a

associação em outros espaços, garantir que o Estatuto e o Regimento sejam exercidos, mediar e convocar a Assembleia Geral (simultaneamente com a Primeira Tesoureira) e assinar os cheques ou documentos que tenham caráter financeiro. Já a Vice-Presidenta tem como função suceder as funções da Presidenta, caso essa não esteja presente.

A secretaria é composta pelas primeira e segunda secretária, que realizam atividades como a sucessão da Vice-Presidenta em caso de ausência, além de realizar atividades próprias da secretaria, como organização de relatórios e documentos, livro que documenta os patrimônios da AAT e elaboração das Atas, enquanto a Segunda Secretária sucede a Primeira.

Ainda na composição da Diretoria há a Primeira Tesoureira, que é responsável pelo recolhimento e organização das contribuições das associadas e de rendas externas as mensalidades da AAT; é responsável ainda por realizar pagamento mediante autorização da Presidente, assinar em conjunto com a Presidente cheques ou despesas, demonstrar de que maneira os pagamentos são realizados e manter o livro-caixa atualizado; enquanto a Segunda Tesoureira compete à substituição da Primeira Tesoureira quando não estiver presente.

Diante dos apontamentos apresentados referentes à Associação Artes da Terra sobre sua localização, funcionamento e Estatuto Social, no subcapítulo a seguir serão analisados de maneira que seja prática ou teórica, a Associação Artes da Terra dialoga ou não com os princípios e teorias da Economia Solidária.

4.4. Artes da Terra e a Economia Solidária

Este subcapítulo tem como objetivo analisar a simbiose entre a AAT e as práticas e teorias da ECOSOL, por meio do entrelaçamento entre a perspectiva teórica deste trabalho e de entrevistas realizadas com seis associadas da AAT. Será analisado se a ATT se enquadra nos padrões e práticas da ECOSOL e de que maneira a associação enxerga a ECOSOL.

Como já mencionado anteriormente, a ECOSOL possui os seus pilares na autogestão, cooperação e solidariedade (SINGER, 2002, 2004, 2008, 2018). Ao analisar o estatuto da Associação Artes da Terra, é visto que o empreendimento tem como um dos pilares a autogestão e que preza pela não discriminação, podendo ser um elemento que, em partes, dialoga com a cooperação. Outro fato também observado nos princípios da ECOSOL é a soberania da Assembleia que também é apresentado no Estatuto da AAT (SINGER, 2018; GAIGER, 2003).

Pelo regulamento da associação é visto que os cargos de liderança são votados por meio de uma assembleia geral que tem poder de decisão, forma bastante pautada nos estudos de Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger quando mencionam que em EES maiores os cargos

administrativos são votados em assembleias, trazendo novamente mais uma relação entre a ECOSOL e a AAT.

Contudo, após diversas idas ao campo, foi observado que nem sempre o que a ECOSOL traz em seus princípios é aplicado e praticado pela AAT. A pesquisa de campo mostrou que um dos grandes problemas enfrentados é o déficit orçamentário no caixa da associação, devido primordialmente a uma dívida com o trabalhador responsável pela montagem das barracas. Em resposta a esse fato, as sujeitas da AAT propuseram, em 2018, a realização de um espaço dentro da própria feira que permitisse a comercialização de roupas usadas.

Esse espaço dentro da feira permitiria que as sujeitas juntas pudessem gerar formas alternativas de geração de renda para o fundo do caixa da associação. Essa alternativa obteve um resultado positivo, contudo, mesmo assim não foi suficiente para reverter o cenário negativo no caixa da associação. Essa ação traz a importância da cooperação, solidariedade e da autogestão dentro dos empreendimentos, pois por meio destes é possível alcançar uma melhoria significativa para os empreendimentos (SINGER, 2002, 2004, 2008, 2018; GAIGER, 2003; VERONESE ET AL. 2017).

E foi por meio de uma ação que agregava os princípios da cooperação, solidariedade e autogestão, que envolveu todas as sujeitas da AAT, que possibilitou uma pequena melhoria para o contexto financeiro negativo. Este fato foi relatado em assembleias.

Durante todos concílios de 2018 foi observado que sempre o assunto orçamentário era uma das principais pautas, apresentando assim, um ponto significativo para a AAT. Contudo, em 2019, a AAT não possuía mais nenhum déficit no caixa devido às ações construídas coletivamente. Essa cooperação, assim como relatado por Gaiger (2003), é o que diferencia os EES dos demais empreendimentos instaurados na lógica hegemônica, possuindo uma maior representatividade e alternativa de geração de renda para diversas pessoas.

Com esse superávit financeiro na AAT e também com o diálogo da pesquisadora, foi percebido que as sujeitas começaram a dialogar mais, durante o período analisado sobre a importância da união, autogestão e da solidariedade entre elas.

Contudo, segundo Singer (2018), o maior inimigo da autogestão é a falta de interesse dos sócios, pois acaba afetando a forma democrática de funcionamento do EES. Sobre isso, através da pesquisa de campo muitas membras relataram que era necessária uma maior união e identificação enquanto grupo associativo de todas as associadas.

Ao recortar este princípio da ECOSOL e analisar a AAT, destaca-se nela a prática recorrente de permitir que decisões sejam tomadas sem o total conhecimento de todas as

membras da associação, com a intensão de evitar “conflitos”. Durante idas ao campo, foi observado que muitas vezes as membras da diretoria ficavam sobrecarregadas com algumas tarefas e que muitos conflitos aconteciam por não haver um diálogo suficiente entre as associadas.

As análises também mostraram que além dos conflitos internos da associação, há também uma cobrança para que a diretoria consiga resolver os impasses, no entanto em nenhum momento foi observado à iniciativa de associadas na resolução dos problemas. Essa falta de iniciativa traz o debate se as participantes se veem como uma associação, ou se elas acreditam que a diretoria deva resolver os diversos problemas, ou ao contrário, se se veem fazendo parte de uma associação em que os conflitos e soluções devam ser realizados conjuntamente.

Esses apontamentos podem ser observados pela fala de Nísia que quando perguntada se a AAT será uma associação ele menciona: “É uma associação?! Boa pergunta associação para mim são pessoas juntas para um único objetivo, todo mundo tem direitos e deveres, e aí passa a ser uma associação”. Já Dandara traz uma perspectiva: “A Artes da Terra é sim uma associação, porque a gente procura sempre está com documentos em dia, com melhorias para todos. Já as características eu não sei dizer quais temos. “Já Rose argumenta que: “Sim, porque estamos aqui juntos para um proposito só, as características eu não sei”“. Maria (2018): “Ah eu acho que sim, agora está meio ‘bagunçadinho’, mas é assim”. Aqui uma ajuda a outro, quando uma precisa, a outra ajuda. Sobre as características eu não sei explicar isso não”.

As entrevistas puderam mostrar que não há uma opinião unânime sobre a organização associativa da qual fazem parte. A fala de Dandara traz a relação da importância dos processos burocráticos, já Nísia expôs que uma associação é formada por direitos e deveres. Maria, por sua vez, expressou que a AAT está passando por alguns intemperes, contudo diz que a AAT é sim uma associação. Entre a multiplicidade de compreensão e caracterização de uma associação relatada pelas membras da AAT, foi observado que todas elas acreditam na importância da associação e os percalços que a falta de união entre as associadas pode provocar.

Sobre os conceitos de uma associação, Silva e Carvalho – Freitas (2007) argumentam que uma associação ajuda na proteção de seus membros e membras, de modo que os cargos de liderança são decididos em uma assembleia geral e todo o excedente financeiro é revertido para melhoria da associação. A AAT possui um Estatuto que promovem direitos e deveres para suas membras e os cargos de liderança são eleitos em uma assembleia. No entanto, foi

observada também uma baixa clareza sobre a função e a importância das assembleias, já que nem todas as associadas participam e muitas assembleias eram marcadas por diversos atritos, provocações e divergências.

Durante o período analisado pela pesquisadora não houve muitas assembleias na AAT, contudo parte da diretoria se reunia uma vez por mês com uma equipe da INTECOOP, com o objetivo de pensar de maneira coletiva alternativa para diversas lacunas. A INTECOOP é uma ITCP que visa dar suporte e assistência para empreendimentos de cooperativas populares. As ITCPs muitas vezes fazem parte da extensão universitária, as quais prestam trabalhos de apoio e assessorias tanto a EES, como também grupos informais e associações (FRAGA, 2018).

Diante disso, foi elaborado um roteiro de entrevista com uma representante da INTECOOP, com o intuito de analisar a interação da INTECOOP com a AAT. Pagu¹¹ mencionou que um dos meios que a INTECOOP propaga os princípios da ECOSOL são ações durante assembleias dos empreendimentos.

Buscamos tratar os princípios de economia solidária de forma transversal com a associação, nesse ano estamos trabalhando para reforçar a assimilação dos conceitos e práticas da economia solidária. Uma das atividades está sendo dinâmicas participativas realizadas durante as assembleias (PAGU).

Contudo, quando as sujeitas da AAT são indagadas sobre suas percepções de ECOSOL, as óticas se divergem entre as diferentes sujeitas. Nisia (2018) mencionou: “Quem sabe é a Chiquinha, eu não pertencço a ela e ela não me interessa”. Dandara (2018) para a mesma pergunta: “Sim, benefício para todos igualmente, que todos tenham a oportunidade de expor e vender”. “Rose: Sinceramente não”. Já Maria: “Só sei o nome, conteúdo eu não sei não nem para que serve e nem pra que adianta”.

Sobre a dimensão da Economia Solidária por parte daquela que é vista como referência no tema entre as associadas percebeu-se um grau de estranheza: “Ah, eu participo há muito tempo com economia solidária. Eu participo da feira, mas de solidária não tem nada, porque quantas vezes que eu e a Olga enfrentamos a estrada sozinha, no começo eles ajudavam, mas agora não ajudam nada”. Esta estranheza desponta entre todas as entrevistadas quando se é perguntado sobre ECOSOL, e os conceitos e práticas não são assuntos que sejam debatidos dentro da AAT.

Vale destacar, que os princípios e as práticas de ECOSOL, são vistos de maneiras distintas entre as sujeitas da AAT. No entanto a INTECOOP, sendo um elo de poder

¹¹ Para preservar a identidade da entrevistada, ao decorrer do trabalho ela será mencionada como “Pagu” a representante da INTECOOP.

existente, possuindo um papel de assessoria aos empreendimentos com base na ECOSOL, traz outra ótica para a prática de ECOSOL dentro da AAT.

É sim, mesmo com as inúmeras contradições e nesse sentido, reforço que a economia solidária não é algo pronto, mas que está em construção, a AAT é uma associação composta por homens e mulheres que fazem trabalhos manuais, eles não se organizam para produzir, mas se organizam para comercializar em um espaço público que é a praça, suas deliberações são realizadas por meio de assembleias, então na minha percepção é sim um empreendimento solidário (PAGU).

Como destacado por Pagu a ECOSOL é um movimento em construção, trazendo uma dificuldade para uma padronização de predefinições de características que categorizam os empreendimentos serem ou não solidária. Gaiger (2003) menciona que a ECOSOL é um movimento de resistência para com as lógicas hegemônicas impostas. Com isso, é visto que é necessário um movimento constante de todos os elos envolvidos, para que haja uma melhor implementação dos princípios e práticas da ECOSOL dentro dos empreendimentos.

Diante às idas ao campo com uma observação participante, seja em assembleias como relatora ou em idas a feiras da AAT, ou com realização de entrevistas realizadas com seis sujeitas da AAT e com uma representante da INTECOOP, constata-se que a Associação Artes da Terra possui alguns elementos da ECOSOL, como a assembleia ser o órgão de maior representatividade e a ajuda em alguns momentos entre as membras (SINGER, 2018). Mesmo que algumas associadas acreditem que a AAT seja uma associação, as práticas não são vivenciadas no dia a dia, atrapalhando a associação.

Para as associadas da AAT, ECOSOL são as feiras de ECOSOL, não são os princípios, valores ou formas de organização. Pelo referencial teórico apresentado anteriormente foi apresentado o histórico, as teorias e práticas de ECOSOL, contudo nem todas as associações se reconhecem como Empreendimento Econômico Solidário. Para muitos EES a ECOSOL é um princípio distante, assim como na AAT, mas ainda funcionam dentro de uma perspectiva associativa comum (GAIGER, 2003).

Referente à fragilidade nas formas organizativas na AAT, foi observado que é um empreendimento majoritariamente feminino e que há debilidades quanto à compreensão das funções da associação pelas sujeitas envolvidas. A formação da AAT não se deu por motivações políticas, mas sim demandas sociais das mulheres. Essas necessidades auxiliaram na formação e nas limitações da AAT, como uma desvalorização e reflexo social e econômico do artesanato, em que é caracterizado como um trabalho feminino e de mulheres, contribuindo assim, para um aumento de alguns obstáculos para a consolidação da associação e emancipação das mulheres pertencentes.

Uma melhoria na dinâmica de funcionamento dos EES seria uma das formas de ver a ECOSOL, trazida por Gaiger (2003) como resistência, e a importância de um diálogo com o poder público. Esse diálogo/relação com o poder público será abordado no próximo subcapítulo, com o objetivo de analisar de que maneira se constrói este diálogo e como isso afeta a organização e vivência das mulheres da associação, por meio da análise de entrevistas e revisão de literatura.

Portanto ECOSOL, segundo Gaiger (2003) é um movimento de resistência a todo cenário de desigualdade econômica existente, trazendo em seus princípios a solidariedade, autogestão, cooperação (SINGER, 2002, 2004, 2008, 2018; GAIGER, 2003; VERONESE et al. 2017). Contudo, quando é analisado isoladamente se AAT seria ou não um empreendimento solidário, há uma dificuldade, pois há elementos que caracterizam a associação como um EES, como a existência de assembleias e que elas representam o órgão máximo deliberativo. Mas quando perguntado para as mulheres se elas se identificam enquanto grupo associativo, as respostas são diversas entre as sujeitas da AAT. Já o questionamento sobre a ECOSOL, se fez ainda mais surpreendente, pois foi observado que há uma resistência ou até mesmo estranheza das sujeitas da AAT para com o assunto.

A presença da pesquisadora em assembleias durante o período analisado, como observadora participante, também apresentou uma importância na construção dessa ótica, pois em algumas assembleias pode explicar brevemente sobre sua pesquisa e no que se baseava a ECOSOL. Sendo assim, tendo em vista o segundo objetivo específico do texto, de verificar com as sujeitas da AAT, se veem enquanto grupo associativo e se há princípios ou não de economia solidária entre elas e suas práticas, a pesquisa apontou que a AAT possui alguns elementos de ECOSOL, tendo como base os argumentos de Gaiger

Com a presença da INTECOOP e a da pesquisadora, foi abordado e questionado alguns elementos que estavam distantes e desalinhados, com o passar do tempo foram se ajustando, como pode ser observada a questão do caixa da AAT, que só foi solucionado, a partir do momento em que elas se organizaram e se uniram para a melhor solução dos problemas. Essa união e também o auxílio de tanto da INTECOOP como da pesquisadora, traz a importância da construção de cenários mais igualitários para a AAT, com isto, surge a relevância de analisar meios que possam desenvolvê-los, surgindo as políticas públicas de ECOSOL, pois por meio destas é possível propor e executar práticas que possam minimizar a desigualdade existente. O que traz a importância de análise dos dois próximos subcapítulos.

4.5. As Políticas Públicas e a Economia Solidária

A Economia Solidária surge como uma alternativa econômica e de resistência para o cenário que estava sendo imposto e consolidado em 1990 (SINGER, 2002; GAIGER, 2003). Contudo vale ressaltar e como já tratado anteriormente, que a ECOSOL possui um tripé de sustentação, sendo formado por três componentes: i) as agências de apoio e fomento, como as ITCP's e Organizações Não Governamentais, ii) o Poder Público, iii) por fim, os Empreendimentos Econômicos Solidários (LEITE *et al.* 2012; FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009).

A ECOSOL é uma intermediadora entre os interesses e as necessidades da população que muitas vezes se encontra excluída do desenvolvimento e implementação das Políticas Públicas (PPs). O melhor entendimento desse movimento exige a explanação da interação dos empreendimentos econômicos solidários com os demais elos envolvidos. Mesmo com a inserção nas PPs a ECOSOL ainda enfrenta diversas barreiras institucionais, como relações formais e burocráticas (TATAGIBA *et al.*, 2018).

Dentro dessa formação e consolidação do tripé da ECOSOL, é visto que uma das formas que garantem a continuidade e estreitamento entre os EES e os elos (SCHERER-WARREN, 2006) de poder envolvidos, é a criação e implementação de políticas públicas. Souza (2006) menciona que não há uma definição única para o termo política pública, mas que ela é multidisciplinar, sendo um elo de atividades e propostas realizadas por governos com o objetivo de realizar uma transmutação mais justa para o cenário existente (HÖFLING, 2001). Dentro da construção do cenário da implementação das políticas públicas há uma disputa entre os atores envolvidos, pois essas são uma ação de longo prazo, mesmo que as repercussões sejam de curto prazo (SOUZA, 2006, TATAGIBA *et al.*, 2018).

Höfling (2001) complementa mencionando que os resultados são vistos de diferentes maneiras de acordo com os distintos grupos envolvidos dentro das relações de poder, seja do próprio Estado ou de outros grupos sociais, trazendo a influência de fatores sociais, econômicos e culturais, para a formação e implementação da política pública. Complementando, Tatagiba *et al.* (2018) mencionam que as políticas públicas são desenvolvidas por meio de uma rede de etapas que envolve ideias, experimentos e relações. Essas Políticas Públicas são criadas por elos que se encontram tanto dentro como fora do Estado. Esses elos que formam as PPs, acabam entrando em uma relação de disputa de interesses pela implementação de modelos sugeridos por estes. Contudo, essa disputa muitas

vezes resulta em algumas propostas de sistemas inovadores, causando em alguns casos, um estreitamento entre os menos favorecidos e o sistema burocrático (TATAGIBA *et al.*, 2018).

Dentro da formulação das PPs, além dos conflitos de interesses entre os elos de poder, há também a colocação da realidade social vivenciada pelos grupos envolvidos mesmo que em pequena escala, podendo assim, apresentar uma nova ótica para os problemas enfrentados. Essa nova ótica possibilita a criação de um “projeto-piloto”, que embarca a implementação de novas políticas públicas, por meio de experimentações vivenciadas dentro da sociedade (TATAGIBA *et al.*, 2018).

As PPs da ECOSOL no Brasil, foram formuladas por meio de projetos e ações, realizadas pelos diversos elos sociais (igreja, sociedade civil, governos, etc.). Outro elo bastante importante na formulação das PPs de ECOSOL, são as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), criadas em universidades, com o objetivo de realizar uma parceria entre o conhecimento acadêmico e as vivências dos EES.

As ITCPs possibilitam um estreitamento entre a pesquisa realizada nas universidades e as práticas vivenciadas nos EES. Hoje, no Brasil, há mais de oitenta ITCPs espalhadas por diversos locais de ensino técnico e superior, o que possibilita o estreitamento entre pesquisa e extensão nas universidades e proximidade com as práticas de ECOSOL (SILVA, 2018). Contudo, Dagnino (2012) afirma que as universidades na maioria das vezes desenvolveram conhecimento voltado mais para as empresas e setores estratégicos do Estado, os quais muitas vezes estavam relacionados às distorcidas ideias de Neutralidade e Determinismo científico e tecnológico. Esse conhecimento, no entanto, não dialoga com as práticas das ITCPs, apresentando assim, uma das principais funções das ITCPs que não é incubar cooperativas, e sim, dialogar com setores da sociedade que até o momento eram invisibilizados, no qual estudantes e professores participam de uma troca de experiências e pesquisas com EES, implicando numa farta e rica relação com novas ações alternativas para os modelos hegemônicos até o momento imposta para eles (DAGNINO, 2012; COSTA, 2015).

Esses diálogos são construídos de forma multidisciplinar entre diversos setores tanto da universidade como dos EES. Sendo horizontalizada a relação entre as erudições da universidade com as sabedorias populares, formando assim os espaços da ITCPs juntamente com EES, de maneira mais solidária e autogestionária (SINGER, 2002; COSTA, 2015). Contudo as ITCPs enfrentam diversos desafios, sendo um dos mais destacados a relação entre os EES, as ITCPs e as políticas públicas, com a institucionalização de muitas ações (DAGNINO, 2012).

As ITCPs auxiliam para a manutenção dos espaços de atuação dos EES. Para a consolidação e zelo desses locais, é necessário um maior alinhamento e participação na formação de políticas públicas em conjunto com os Estados (DAGNINO, 2012). Vale destacar que os governos não são homogêneos, no entanto os locais de disputas entre os elos envolvidos possuem certa semelhança. O que traz a importância da compreensão mais aprofundada dos elos de poder envolvidos seja por sua interação com os demais, ou pelo modo de funcionamento de todos os elos (TATAGIBA *et al.*, 2018).

Com a realização de parcerias com diversos elos de poder, a ECOSOL conquistou um reconhecimento não somente como uma PP realizada pelo governo, mas também como um meio de luta para as lacunas sociais e econômicas. Essas lutas ocorreram em diversos períodos históricos no Brasil, possuindo diferentes intensidades e ações, como pode ser explicitado no quadro abaixo.

Ano	Principal Política Pública de ECOSOL implementada	Objetivos
Década de 90		Consolidação e expansão da ECOSOL no Brasil
2001	Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)	Articulação do tripé da ECOSOL, a fim de promover articulação e criação de espaços de discussão.
2002	Criação da Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de ECOSOL.	Articulação de práticas e políticas de ECOSOL, em diversos município e cidades.
2003	Surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).	Articulação de diversos espaços relacionados ao governo, para a implementação de políticas e ações de ECOSOL.
2003	Conselho Nacional de Economia Solidária, criado por meio da lei n. 10.683/03.	Desenvolver práticas de ECOSOL, em conjunto tanto com a sociedade civil como o Estado. Criar eixos políticos para a implementação da ECOSOL.
2004 – 2007	Surgimento do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento por meio dos Planos Plurianuais do Governo Federal.	Proporcionar a fortificação e ampliação da ECOSOL, atrelada a políticas de geração de renda, inclusão social e desenvolvimento mais igualitário e solidário.
2008 – 2011	Continuidade do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.	Fortificar ainda mais os objetivos do programa traçados nos anos anteriores.
2011	Inclusão das práticas de ECOSOL no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).	Geração de renda e trabalho para os indivíduos em situação de extrema pobreza, por meio

		de atividades de qualificação e de promoção de autogestão.
2011 – 2014	Fortalecimento das práticas de ECOSOL no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).	Desenvolvimento de ações relacionadas com ECOSOL seja por meio da venda de produtos, qualificação profissional, assessoria das incubadoras, estímulo a organização de cooperativas e associações, para assim, favorecer mais de 200 mil pessoas em situação de extrema pobreza.
2012	Projeto de Lei N.º 4.685/2012	Criação de uma Política Nacional de Economia Solidária e de um Sistema Nacional de Economia Solidária.
2012 - 2015	Surgimento do Programa Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária por meio dos Planos Plurianuais do Governo Federal.	Fortificação e institucionalização da ECOSOL em todo o Brasil, por meio de uma junção de diversas políticas, que busquem fortalecer os EES em elos de territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento. Essa articulação de diversas políticas tem como finalidade, formar uma rede de cooperativas e associações para promover um entrelaçado de elos de fomento a finanças, crédito e comercialização mais solidários.
2015	Articulação de uma frente de defesa do artesanato.	Normatização da profissão relacionada ao artesanato.
2015	Surgimento do Primeiro Plano Nacional de ECOSOL	Fortificar 20 mil EES. Incentivar a articulação de redes de envolvimento de 4 mil EES. Ampliar a participação de 80 mil mulheres em EES, por meio de qualificação de teorias e práticas de ECOSOL. Estimular 300 EES, formados em sua maioria por jovens. Auxiliar 1000 cooperativas e associações da rede de catadores de materiais recicláveis. Encorajar 2000 projetos de finanças e créditos solidários. Por fim, a realização de qualificação para 200 mil pessoas envolvidas com ECOSOL, tendo como foco as

		necessidades tanto dos EES, como das ITCPs e dos governos.
2017	Projeto de Lei da Câmara n° 137, de 2017	“Estabelece a Política Nacional de Economia Solidária, integrada às estratégias de desenvolvimento sustentável, para promover empreendimentos econômicos solidários e auto gerenciados e o trabalho associado e cooperativado. Define os empreendimentos beneficiários e prevê cadastro nacional. Dispõe sobre ações de educação, assistência técnica e crédito subvencionado. Autoriza a criação do Fundo Nacional de Economia Solidária”.
2018	Aprovação da criação do Sistema Nacional de Economia Solidária pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).	Tendo como base o Projeto de Lei da Câmara n° 137, de 2017. A criação do Sistema Nacional de ECOSOL, surge com alguns ajustes do projeto inicial, como responsabilidade da implementação do Plano Nacional de ECOSOL, do presidente da República e a explicitação dos gastos com realizados com os EES.
2019	Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 69/2019.	Agregar a economia solidária nos princípios da Ordem Econômica no Brasil.

Quadro 2 - Linha Cronológica das Ações e Políticas Públicas de ECOSOL;
 Fonte: SILVA, 2017, 2018; BRASIL, 2003, 2012, 2015, 2017, 2018, 2019.

Um destaque na implementação e consolidação da ECOSOL no Brasil foi à criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, a qual fazia parte do Ministério do Trabalho e Emprego (SILVA, 2017). A criação da SENAES possibilitou que muitos departamentos relacionados ao governo programassem políticas e ações de ECOSOL, seja em escalas estaduais ou municipais, tornando-as institucionalizadas (SILVA, 2017).

A equipe inicial que compunha a SENAES tinha como uma de suas diretrizes a fortificação da ECOSOL e o seu entrelaçar dentro da formação da PPs (SILVA, 2018). Com isso, houve um alinhamento com os debates que já estavam ocorrendo dentro do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), criado em 2001 (SILVA, 2018). O FBES possui como característica a organização dos EES, das entidades de apoio e fomento, como as ITCPs e dos governos em formato de diversos fóruns locais e regionais.

Atualmente o FBES¹², está presente em todo o Brasil, e conta com mais de 3000 EES, 500 organizações de assessorias como as ITCP's, 200 municípios divididos em doze Estados Brasileiros, formando assim, mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais em todo o país. Como um dos desmembramentos das ações tanto da SENAES, como do FBES, as práticas e teorias de ECOSOL passam a ser implementadas nos planos plurianuais do governo federal (SILVA, 2018).

Em 2003, durante a institucionalização da ECOSOL pela SENAES, ocorreram diversos embates, o que também conquistou a inclusão e a institucionalização de uma PP que envolvia relações de trabalho e geração de renda e formação, sendo colocada no Ministério do Trabalho e Emprego. Contudo dentro dessa formulação houve alguns conflitos entre o Estado e o mercado, o que ocasionou em algumas vezes, uma marginalização da ECOSOL e uma diminuição da sua implementação (SILVA, 2017).

Durante os anos de 2004 até 2007 houve o plano plurianual do Programa Economia Solidário em Desenvolvimento, o qual foi prosseguido pelo próximo projeto (2008-2011). Com as duas propostas, houve a possibilidade de expansão da ECOSOL em parte das tarefas e práticas governamentais. Outro espaço conquistado por meio dos dois planos foi a maior autonomia e consolidação da SENAES, que começou a intervir em outras esferas políticas como, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, e também em esferas sociais (quais) que até o momento eram invisibilizadas. A secretaria também começou a possuir seu próprio orçamento, modificando assim as formas de trabalho e geração de renda (SILVA, 2018).

Já no ano de 2012, vale ser destacado o Projeto de Lei 4685/2012 que tinha como objetivo a criação de uma política nacional de ECOSOL (BRASIL, 2012). Neste mesmo ano houve uma mudança significativa no aumento da interação entre os órgãos governamentais, sendo adotado como plano plurianual de 2012-2014 o Plano Brasil Sem Miséria, no qual a SENAES, teve uma forte participação entre os eixos centralizadores, como a integração produtiva da população que estava em situação de extrema pobreza (SILVA, 2018).

O ano 2015 foi marcado pelo desenvolvimento e concretização do Primeiro Plano Plurianual de ECOSOL (2015 - 2019), tendo como linhas de construção e sustentação a expansão do desenvolvimento sustentável e solidário, fortificação das práticas democráticas e sociais, valorização das práticas organizativas econômicas solidárias e dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras de associações e, por fim, o reconhecimento da existência

¹² Informação coletada em: <http://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acessada em 10/05/2019.

de diversidades (BRASIL, 2015). Contudo um dos maiores desafios vivenciados em todos os períodos históricos nas formulações das PPs de ECOSOL é a alteração dos regimes governamentais, trazendo mais tensionamentos entre os interesses dos elos de poder envolvidos.

O ano de 2015 também foi marcado por diversas crises econômicas e políticas, tendo como um dos resultados políticos o impeachment da Presidenta e na economia um maior contingenciamento financeiro para PPs que se alinham aos princípios da ECOSOL. Este fato, está melhor elucidado na tabela 2 - Variação orçamentária e nível de aplicabilidade na Política Nacional de ECOSOL, pela qual é observada a variação da quantia monetária para o proveito das políticas nacionais de ECOSOL.

Tabela 2 - Variação orçamentária e nível de aplicabilidade na Política Nacional de ECOSOL

Ano	Orçamento (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Execução (%)
2004	59.660.443	36.273.549	60,8
2005	25.635.874	19.842.166	77,4
2006	24.197.845	23.665.492	97,8
2007	61.114.311	57.508.567	94,1
2008	70.466.170	36.360.544	51,6
2009	43.692.147	33.774.030	77,3
2010	69.335.408	17.749.864	25,6
2011	94.737.183	32.305.379	34,1
2012	134.374.280	54.421.583	40,5
2013	160.956.735	29.937.953	18,6
2014	151.376.577	29.215.679	19,3
2015	130.763.522	21.052.927	16,1
Total	1.026.310.495	392.107.735	38,2

Fonte: LOA, vários anos. Elaboração dos autores. Obs.: Valores atualizados para dez./2017. (SILVA, 2018).

Contudo, em janeiro de 2016, no Plano Plurianual de 2016-2019, a ECOSOL não apresenta mais destaque em suas políticas ou práticas (BRASIL, 2016). No início de 2016, houve uma mudança ministerial pela qual o Ministério do Trabalho se desmembra do Ministério da Previdência, por meio da Medida Provisória 726/2016, se transformando posteriormente na Lei no 13.341/2016. Outra alteração que ocorreu neste período foi a retirada do cargo de secretário do Paul Singer da SENAES, o qual esteve desde a formulação da secretaria e possuía grande destaque na formulação das teorias e execução das práticas da ECOSOL no Brasil (SILVA, 2018).

Importante destacar que, além da modificação do quadro de funcionários, houve também a transformação da SENAES em uma subsecretaria localizada no gabinete do ministro do trabalho. No entanto, a secretaria permaneceu com o mesmo nome e manteve sua autonomia na administração e exercícios a ações da ECOSOL. Com essas medidas a ECOSOL inicia uma crise na execução e práticas de suas políticas públicas (SILVA, 2018). Contudo, dentro desse cenário, a ECOSOL passa a ocupar uma posição de marginalidade cada vez maior. No ano de 2017, o Deputado Federal Paulo Teixeira (PT/SP), lança o Projeto de Lei da Câmara n° 137, de 2017, que tinha como objetivo o desenvolvimento da Política Nacional de Economia Solidária. Por ser tratar de um projeto de lei, atualmente ele está em tramitação no Senado, tendo como relator o Senador Jaques Wagner e no dia 21 de maio de 2019 foi encaminhado para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, existente na Secretaria de Apoio à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (BRASIL, 2019).

Vale destacar que em 2018 o Projeto de Lei da Câmara n° 137 de 2017, é aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), contudo algumas modificações são realizadas no projeto inicial, como a responsabilidade da realização do Plano Nacional de ECOSOL, passa a ser do presidente da República (BRASIL, 2018). Já em 2019 surge a Proposta de Emenda à Constituição n° 69/2019, realizada por trinta senadores de diversos partidos, que tem como princípio a inserção da ECOSOL entre os princípios da Ordem Econômica. A proposta está desde o dia 08 de maio de 2019, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sem um relator.

Dentro dessa construção dos cenários existentes das políticas públicas da ECOSOL nos diversos períodos históricos destacados no texto acima, pode-se mencionar que há a formação de uma “rede de distribuição” do poder, sendo distribuída por elos de poder, dentro desta rede pode haver tanto relações de conflito, como de solidariedade e cooperação (SCHERER-WARREN, 2006).

Quando se analisada a relação das políticas públicas da ECOSOL, nota-se que ela possui a representação de um vetor de impulso para o desenvolvimento social e econômico (ALVES, 2017). Esse vetor, aqui caracterizado por “vetor solidário”, é composto por indicadores como cooperação, autogestão, solidariedade (GAIGER, 2015). A palavra Vetor possui diversas aplicabilidades em diferentes áreas, o que constrói uma relação multidisciplinar.

Fazendo um paralelo com a conceptualização de vetores na Física. Vetor é o conjunto de todos os segmentos de reta orientados equipolentes partindo de um ponto A até um ponto B dotados módulo/intensidade (força), direção e sentido, ou seja, para a mensuração de um

vetor é necessária à composição de diversos valores numéricos (HALLIDAY et al., 2012; CARRON E GUIMARÃES, 1999). Realizando uma intersecção dos conceitos físicos e da ECOSOL, para mensuração dos vetores, é visto que segundo Gaiger (2015), chamado pelo autor de força (elemento que compõe o vetor) que diferencia os Empreendimentos Econômicos Solidários, consiste na aplicabilidade da cooperação como um elo racional econômico, com resultados contabilizáveis, possibilitando trazer argumentos para a viabilidade da ECOSOL, como uma alternativa econômica, pautada em valores justificados com o objetivo de desenvolvimento social para a população.

Segundo Alves (2017, p.111), a população seria o elo incumbido pela gestão mais igualitária do empreendimento econômico e a autogestão seria indicador organizacional fortalecendo a ECOSOL como vetor de “autorregulação do mercado”. Adion (1998) menciona que a equidade dos membros envolvidos também é um vetor de acesso para participação dos espaços relacionados ao poder público. Sendo a relação do Estado com o capital e a população muito distinta dependendo do território em que ela ocupa, trazendo a interferência de outros fatores como a gênese, proporção e grau das intervenções realizadas, formando assim múltiplos vetores envolvidos para essa aproximação (SANTOS, 1986).

A relação entre o Estado e os demais agentes envolvidos, auxilia na formação das políticas públicas. Para uma melhor formação e usabilidade da mesma e que a gestão pública favoreça os grupos menos privilegiados, com o objetivo de diminuir a desigualdade social já existente, trazendo mais equidade para tal contexto. Dentro da formação das políticas públicas da ECOSOL, é visto a importância do diálogo para com os empreendimentos solidários que até o momento estão em uma posição menos privilegiada dentro da formação econômica do sistema hegemônico. Com isso no subcapítulo a seguir será analisado de que maneira se interagem os agentes envolvidos na formação de políticas públicas da ECOSOL e a AAT, tendo como objetivo analisar os espaços e intensidades que influenciam na formação ou não das PPs da ECOSOL em Itajubá, município em que a AAT atua.

4.6. As relações entre as Políticas Públicas e a Artes da Terra

Assim como nos subcapítulos anteriores, este subcapítulo conta com o auxílio das revisões bibliográficas pautadas anteriormente, através das quais foram construídos três roteiros de entrevistas semiestruturadas, um direcionado para as membras da AAT, para abordar a relação delas com o poder público, outro para o poder público com o objetivo de abordar o funcionamento do órgão público responsável pelo diálogo entre a associação e a administração pública, sendo representada por um membro atuante na Secretaria de Cultura e

Turismo e o último roteiro construído em parceria com a INTECOOP, para os comerciantes locais, para abarcar a relação deles com a feira da AAT. Com esta etapa pretendeu-se conhecer de que maneira os elos de poder envolvidos na formação das políticas públicas de ECOSOL em Itajubá se interagem.

A relação e a formação das políticas públicas (PPs) se constroem de maneira dinâmica, com a finalidade de realizar uma mudança para o cenário desigual existente (SOUZA, 2006; HÖFLING, 2001). Dentro da implementação das políticas públicas no contexto não equitativo há uma disputa entre os elos de poder (SOUZA, 2006), sendo a ótica dos resultados dessa aplicabilidade distinta entre os grupos envolvidos (HÖFLING, 2001). Contudo esse conflito em algumas vezes pode proporcionar o surgimento de ideias que até o momento estavam sendo invisibilizadas (TATABIGIBA ET AL. 2018).

Para a melhor aplicabilidade e compreensão das PPs como mediadoras de conflitos é necessário que haja uma maior compreensão dos elos de poder envolvidos (TATABIGIBA et al. 2018). Dentro da formação e consolidação dos elos de poder nas aplicabilidades das PPs, há diversos vetores de intensidades dos elos de poder que influenciam e modificam de diferentes maneiras a sua solidificação.

Dentro dessa construção das políticas públicas retoma-se aqui a relação do tripé da ECOSOL: os EES, as agências de apoio e fomento e o poder público como promotor de políticas públicas e sociais, com o objetivo de promover uma relação econômica mais igualitária e solidária entre os diferentes atores sociais envolvidos (LEITE *et al.* 2012; FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009; HÖFLING, 2001).

Dentro da construção das políticas públicas da ECOSOL no município de Itajubá, foram encontrados durante a pesquisa alguns elos de poder que teria relação direta com a AAT. Esses elos de poder possuem alguns elementos que formam indicadores que influenciam nas relações de intensidade dos vetores para implementação e produção das Políticas Públicas (GAIGER, 2015; ALVES, 2017; SCHERER-WARREN, 2006). No quadro a seguir serão apresentados os elos de poder, sua caracterização e possíveis indicadores influenciadores do vetor que liga as PPs, identificados durante as entrevistas e as idas ao campo.

Agentes Envolvidos	Caracterização	Indicadores
Secretária de Cultura e Turismo de Itajubá (SECUT)	Possui a finalidade de promover política de desenvolvimento da cultura em Itajubá, com a participação da população local na formulação dos planos e programas	- Órgão público principal de execução e diálogo entre o poder público de Itajubá e a população, referente cultura e turismo. - Realizadora de diversas

	culturais	atividades culturais e turísticas no município.
Associação artes da Terra	Fundada em 2001, no município de Itajubá e atualmente possuem 25 membras, entre artesanato e alimentação.	- Gerador de renda para 25 associadas. - Promotora de turismo e cultura para os municípios os próximos.
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Itajubá (INTECOOP)	Fundada em 2006, tem como objetivo auxiliar grupos populares com pilares da ECOSOL, incentivar a autogestão e o compartilhamento da tecnologia.	- Auxiliadora e compartilhadora dos princípios da ECOSOL e de tecnologias sociais. - Relação direta com a Universidade
Comercio local	É composto por diversos tipos de serviços, como lazer, alimentação, vestuário, cosmético	- Gerador de renda para diversas pessoas - Está a diversos anos no município

Quadro 3 – A relação entre os agentes envolvidos e as Políticas Públicas para o EES, AAT em Itajubá.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante dos apontamentos e apresentações realizadas anteriormente, serão translucidas análises de nove entrevistas com agentes envolvidos a sua interferência com a Associação Artes da Terra (SCHERER-WARREN, 2006). As análises de todos os agentes envolvidos traz a importância do conhecimento mais aprofundado destes, para assim realizar uma melhor investigação e possivelmente envolvimento em uma elaboração de uma PPs (TATAGIBA et al, 2018).

Cabe ressaltar que os conceitos de força, intensidade e vetores, são conceitos multidisciplinares, sendo utilizado de diferentes maneiras e diversas áreas do conhecimento. Na atual pesquisa terão como base a simbiose de alguns conceitos físicos e sociológicos referentes a força, intensidade e vetores.

O primeiro agente envolvido a ser caracterizado será a Secretaria da Cultura e Turismo (SECUT). A secretaria atualmente é o mais próximo entre o poder público da AAT e em Itajubá é o órgão principal que possui a responsabilidade de dialogar com os empreendimentos tidos como solidários. A SECUT tem missão de colocar em prática a política de desenvolvimento cultural de Itajubá, de elaborar tarefas de preservação dos bens históricos, além de realizar iniciativas e atividades ligadas ao turismo, e formulação de políticas públicas. Atualmente a Secretária conta com sete funcionários e funcionárias, dividida em sete segmentos, como o Departamento da Cultura, Departamento de Turismo, Assessoria Especial, Teatro Municipal Christiane Riera, Museu Wenceslau Brás, Espaço Cultural Talento e Arte Maria Lira Pereira e por fim Biblioteca Municipal Antônio Magalhães Lisboa e Biblioteca Municipal Infante-Juvenil Bernardo Guimarães.

Em outubro de 2018, foi realizada uma entrevista com o representante ¹³da SECUT. A entrevista foi dividida em três blocos, sendo o primeiro sobre políticas públicas em Itajubá, o segundo referente ao poder público, artesanato e associações; e pôr fim sobre a relação entre o poder público e a Associação Artes da Terra. Esses blocos possuíam o objetivo de abordar de que maneira é realizada a simbiose entre os projetos e ações da gestão pública e a AAT.

Durante a entrevista foi mencionado pelo Representante que ele trabalhava no cargo desde o ano de 2013, a convite do atual prefeito municipal e que ao entrar no cargo, teve contato com alguns projetos que estavam em andamento. Isso demonstra que muitos projetos públicos são de longo prazo e demoram a serem implementados (SOUZA, 2006).

Outro fato mencionado pelo Representante foi o teatro como um “divisor de águas” para a atual secretaria. Segundo o Representante, com o teatro o município pode ter destaque na promoção de eventos, chegando a um público de 140 mil pessoas, em três anos de funcionamento. Contudo, o teatro se localiza em uma região um pouco mais nobre do município e próxima a universidade federal, trazendo a reflexão sobre a importância do acesso e a localização dos meios culturais e turísticos, visto que nem toda a população tem acesso a esse recurso facilmente.

Retomando a relação das políticas públicas e como a sua implementação, ou não, também são reflexos de uma disputa entre os elos de poder social (SOUZA, 2006; HÖFLING, 2001). A pesquisa mostrou que há existência de outros órgãos deliberativos e um diálogo entre ações e projetos com a sociedade, com o objetivo de fazer a SECUT, um órgão de conversa e auxílio de parte da população local. Criando assim, uma rede de interação entre os agentes envolvidos, o que possibilita em uma melhoria das ações, pois contém diversas óticas para a aplicação das ações públicas (TATAGIBA *et al.* 2018).

Dentro da SECUT, há o Conselho Municipal de Turismo, que se engloba no Conselho Deliberativo de Patrimônio Histórico e Artístico de Itajubá, há também o Conselho Municipal das Políticas Culturais. Vale destacar que as ações da SECUT, ocorrem por meio do repasse financeiro do ICMS. Como os governos não são homogêneos, o repasse financeiro acaba tendo uma variação, o que pode muitas não ser favorável para todos os elos de poder envolvidos (TATAGIBA *et al.* 2018).

Essas relações entre a aplicabilidade e a elaboração das políticas públicas se constroem, teoricamente, entre todos os atores sociais envolvidos (SOUZA, 2006; HÖFLING,

¹³ Para preservar a identidade do entrevistado, ao decorrer do trabalho ele será mencionado como “Representante”.

2001), seja o Estado, as empresas e a sociedade como um todo, como já mencionado. E assim é observado que o poder público por meio das falas do Representante, que há uma preocupação sobre os sobre trabalhos e atividades da SECUT com a população local.

Outra conexão entre o poder público e a sociedade e retomando as análises das sujeitas da pesquisa é a existência de duas associações de artesanato em Itajubá e a sua interação com o SECUT. Contudo há uma disputa de interesses entre eles (SOUZA, 2006; HÖFLING, 2001). A associada Anita, menciona que o volume de vendas nas duas praças é muito distinto, sendo que a Praça Theodomiro Santiago possui uma maior visibilidade para as vendas da associação, e as ações da prefeitura não se fazem tão constante como afirma Anita em sua fala a seguir:

[...] se a gente tem a oportunidade de vender alguma coisa na Praça Theodomiro Santiago, isso significa que eu que eu vá vender pelo menos três vezes mais que eu vendo aqui, então, durante o ano eu tenho três oportunidades pra vender lá, isso vai me resultar no fim do ano, eu vou ter pelo menos um bom retorno em cima dessas vendas que eu fiz lá, agora se eu ficar, só aqui na Praça do Carneiro Junior, as coisas também são mais fraquinhas, e faz mais de um ano que a gente não expõe na praça Theodomiro Santiago. Esse ano a gente não teve nem um final de semana que tenha superado nossas expectativas e já passou da metade do ano, chegando pro final do ano, e a gente não tem nenhuma expectativa ainda. Estamos indo para lá pra poder tentar ter um final de ano interessante, infelizmente a gente precisa do apoio da prefeitura pra ir pra lá, é isso que tá dificultando a gente está vendendo (ANITA).

Contudo quando questionado o Representante sobre a maneira que é realizado o diálogo entre a secretaria e as associações de artesanato de Itajubá, ele menciona que as associações veem procurar a SECUT para apoio em algumas atividades e que a secretaria normalmente auxilia, contudo ele relata que o poder público está com alguns empecilhos financeiros e isso acaba restringindo algumas ações que exigem um maior apoio monetário.

Diante disso já começa a ser observada uma contradição entre as falas, na qual as sujeitas envolvidas não compartilham das mesmas perspectivas, pois para a secretária sempre tem diálogo e para uma associada isso não ocorre (HÖFLING, 2001). Um dos maiores empecilhos citados pelo Secretário seria a falta de recursos financeiros angariados pela SECUT, como medidas de apoio para as associações, o Secretário menciona as possibilidades de cursos e parcerias, com isso, é visto que, como já mencionado anteriormente, as políticas públicas assumem um caráter de curto prazo, mesmo que as suas consequências sejam de longo prazo pois os cursos e parcerias seriam de curto prazo, mas a possibilidade de alguma melhoria para as associações poderia ser de longo prazo (SOUZA, 2006).

Sobre a aproximação entre os agentes envolvidos com construção das PPs é visto uma tensionalidade nos discursos e atos. Nísia relata que “Nós estamos tentando falar com o prefeito desde março, mas ele não consegue chegar na gente pra falar e se ele não conversar com a gente ele não vai saber o motivo do não”. Dandara complementa: “É difícil, às vezes a gente não consegue marcar reunião, não consegue falar o que a gente tá querendo”. Rose (2018): “Eu acho meio fechado, acho que devia ser mais aberto”. Já Maria menciona que faltam diálogo e companheirismo das partes: “Ultimamente tá difícil, ela não tá sendo amiga nossa, esse prefeito não está ajudando a gente não”.

As disparidades de interesses na execução das políticas públicas são reflexos das disputas sociais entre os grupos mais favorecidos e menos favorecidos (SOUZA, 2006; TATAGIBA *et al.* 2018). Atualmente o município não possui nenhuma política pública específica de ECOSOL, o que possibilita e aumenta a invisibilidade da AAT e outras associações do município. Quando as sujeitas da AAT vão ao poder público atrás de algumas demandas há uma divergência dos interesses dos sujeitos envolvidos, mostrando que essa relação se constrói por meio de elos de poder e sua intensidade se faz de forma desigual (SOUZA, 2006; TATAGIBA *et al.* 2018).

Contudo para que haja uma mudança na qualidade de diálogos é necessária uma transformação. Nísia destaca: “Eles deveriam abrir mais as portas pra conversar com a associação, ele não conhece a feira”. Já Dandara, argumenta que precisaria de uma maior mediação da SECUT, que até o momento não estava acontecendo da melhor maneira: “Tem que uma pessoa pra mediar, tipo um secretário da cultura, mas ele não dá apoio”. Já Rose menciona: “Devia abrir, eu acho que um acordo, eu acho fundamental, aberto a diálogos e entendimentos. Eles deveriam entender o que é uma feira de artesanato aqui em Itajubá eles não entendem”.

Esse conflito citado por Rose, sobre o entendimento do que venha ser realmente uma feira seja pela a população ou, até mesmo, pelo poder público, é refletido pela fala do Representante, quando menciona que gostaria que houvesse uma maior identidade do artesanato em Itajubá, para assim prever uma expansão do que é produzido.

A fala do Representante e as falas das associadas mostram um não alinhamento, pois Rose mencionou que o poder público nem sabe o que é o artesanato e não dialoga com verdadeiras demandas da AAT, e o Representante menciona da importância de se criar uma identidade para o artesanato, ou seja, ambos não estão relatando problemas de interesses não convergentes. Höfling (2001), argumenta que esse hiato nos interesses, causa um não alinhamento das demandas das PPs.

Ainda analisando a interação e intensidade entre a AAT e a SECUT foi perguntado as sujeitas da AAT, sobre qual seria a maior contribuição do poder público para elas. Nisia (2018) mencionou “Nos tirar dessa praça, colocar uma praça com mais movimento. Quando a gente ia pra outra praça a gente fazia propaganda da antiga praça e ninguém conhecia e Itajubá não é uma cidade Turística”. Já Dandara “Ah, nossa visão atualmente é a praça, porque aqui a gente não atinge o público que a gente quer”. Rose relatou sobre uma aproximação por meio de uma maior divulgação da associação “Contribuir com programas, divulgação estar mais com a gente, não deixar a gente escondido deveria divulgar mais a gente na página da prefeitura”.

Contudo ao questionar o Representante sobre a localização da praça ser realmente adequada, ele tem uma resposta afirmativa que “É uma praça central como qualquer outra da cidade [...] e após ser indagado sobre a possibilidade de haver outro local para a feira, o Representante indaga: “A princípio é um espaço central seria a praça do carneiro mesmo que já tem a identidade do artesanato, porque tem a praça central do Theodomiro é uma praça de alimentação e lazer, aqui em Itajubá como nós não temos shopping então o que acontece a praça Theodomiro é uma grande praça de alimentação[...]”

Entretanto durante a entrevista com a Anita ela relata que a maior dificuldade na associação é realmente a praça e que a principal melhoria seria ir para a outra praça central, onde as vendas da associação mais que dobram.

É na verdade assim ó, vender aqui na praça do Carneiro Júnior é assim, é instável, tem final de semana que eu vendo um pouquinho mais e ou pouquinho menos, mas fica sempre dentro de uma média. Mas quando eu vou para outra praça, lá eu vendo três vezes mais, então assim, já aconteceu de estar lá dias atrás do outro e ter 3/4 dias bons de venda, que significa que lá eu vendo o que eu vendo aqui o mês inteiro, é isso que acaba dando um resultado positivo, e significativo (ANITA).

Contudo como já comentado anteriormente, os elos de poder e a divergências de propostas acaba influenciando diretamente nos indicadores que compõem os vetores (GAIGER, 2015). Quando perguntado especificamente sobre a Praça Theodomiro Santiago, o Representante menciona que os comércios locais são contra a sua presença, por se tratar de uma área comercial, há algumas divergências também por parte da população, com relação ao barulho e a restrição do espaço para lazer por ser parte de uma área residencial, como sugestão o representante argumenta que seria importante transformar a praça que as sujeitas da AAT já estão alocadas.

Um fato trazido em uma das falas do Representante é o fato de que para uma melhoria havia a necessidade de realizar uma rede de interação, assim como mencionam Tatagiba *et al.* (2018), com outras entidades do município, como a Universidade Federal de Itajubá, no intercâmbio com o conhecimento gerado na universidade e o SEBRAE para a promoção de alguns cursos de aprimoramento dos artesanatos.

Com a importância da formação de uma rede e diante dos apontamentos e as intersecções relatadas nas duas últimas entrevistas com os dois elos de poder (SECUT e a AAT). Traz a relevância de caracterização do outro elo de poder, identificado na pesquisa, que seria a INTECOOP da UNIFEI. A INTECOOP possui sua gênese em 2006¹⁴, com uma parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Itajubá, a Prefeitura Municipal de Itajubá, a Fundação de Apoio ao Ensino, e Pesquisa e Extensão de Itajubá.

Como aponta Dagnino (2012), as universidades por muito tempo geraram conhecimento na maioria das vezes para as grandes corporações, o que muitas vezes acabou se distanciando da realidade vivenciada pela maioria da sociedade. Com isso surgem as ITCPs para dialogarem com setores até o momento invisibilizados por diversos setores que compõem sociedade (DAGNINO, 2012). A INTECOOP da UNIFEI possui como missão, trazer os princípios e práticas da Economia Solidária no município de Itajubá, prestando auxílio a empreendimentos locais, motivando a geração de renda para a população menos privilegiada.

A INTECOOP auxilia no gerenciamento das associações e cooperativas incubadas para uma melhoria nos produtos e nos processos tendo como base a solidariedade e a sustentabilidade; ela também incentiva à busca de verbas e auxílio financeiros do Estado para os empreendimentos solidários; realiza também diversos cursos de capacitações para os incubados e por fim troca de experiências e vivências com a universidade. Para ter mais profundidade na investigação referente à interação entre a INTECCOP com a AAT, foi realizada duas entrevistas. Uma entrevista com uma representante da INTECCOP¹⁵, Pagu e a segunda com Anita, como sujeita da AAT.

Pagu, é uma mulher de 27 anos e é assessora técnica da INTECOOP. Ela relatou que atualmente reside em Itajubá e seu contato com a incubadora se deu pela aproximação com antigas influências da INTECOOP que ocorreram por meio de atividades proporcionadas pelo grupo de pesquisa que Pagu faz parte até o momento. Todas as ações que a INTECCOP

¹⁴ Essa informação foi coletada do seguinte site:< <https://2015.unifei.edu.br/intecoop>. > no dia 10 de dezembro de 2018

¹⁵ Para preservar a identidade da entrevistada, ao decorrer do trabalho ela será mencionada como “Pagu”.

realiza são direcionadas pelos princípios da ECOSOL e os modos de trabalhos são realizados de maneira mais horizontalizada, como pode ser exemplificado na fala a seguir:

Todas as práticas da Intecoop são guiadas pelas diretrizes da Economia Solidária, ou seja, internamente entre a equipe da Intecoop, buscamos trabalhar de forma horizontal, onde todos participam das tomadas de decisões e todos compartilham das responsabilidades, não são tolerados gestos ou falas machistas, racistas ou homofóbicas. São realizados estudos e rodas de discussões inspiradas na educação popular, para que todos possam ter conhecimento do que é a realidade brasileira e de que forma esta realidade está colocada frente ao imperialismo neoliberal (PAGU).

A INTECOOP assim como outras incubadoras de cooperativas populares, busca por meio do conhecimento gerado na universidade, criarem uma rede de partilha entre os elos de poder envolvidos, dialogando normalmente como grupos até o momento invisibilizados (TATAGIBA *et al.* 2018). E um dos modos de inclusão dos grupos incubados seria por meio dos princípios da ECOSOL, que de maneira alternativa busca incluir grupos que até aquele momento estavam marginalizados economicamente (SINGER, 2002). Desta maneira foi questionado para Pagu, quais seriam os elementos de ECOSOL que a INTECOOP, dialogava com os grupos incubados. Pagu argumentou que há procura de uma aproximação entre os empreendimentos incubados e a incubadora, para posteriormente avaliar as reais demandas e quais seriam as ações de ECOSOL, conforme descrito:

Com os grupos, buscamos primeiramente compreender e familiarizar com a realidade em que vivem, pois cada grupo é diferente do outro e também apresentam demandas, desafios e potenciais diferentes, no entanto todas as atividades realizadas com os grupos são pautadas na autogestão, na democracia, na sustentabilidade, na valorização do trabalho da mulher, estes são temas transversais, presentes em todas as nossas visitas, falas e reuniões. Contudo, não existe romantismo, pois embora as práticas de economia solidária sejam comuns no dia-a-dia das populações em situação de vulnerabilidade, essas práticas vão contra a corrente de tudo o que constrói as pessoas socialmente (PAGU).

Dagnino (2012) argumenta que, não são as incubadoras que ensinam de forma horizontal os empreendimentos, mas que há uma troca de sabedorias entre ambos, por isso a importância de se conhecer profundamente a realidade vivenciada pelos grupos, para somente assim as incubadoras dialoguem e levarem os princípios da ECOSOL. E isto é observado pela fala da Pagu, quando argumenta que primeiramente se aproxima dos grupos para posteriormente dialogarem sobre alguns princípios da ECOSOL, como autogestão, sustentabilidade e ações não discriminatórias.

Anita (2018), sujeita da AAT, mencionou que a INTECOOP sempre aconselha sobre os princípios da ECOSOL, como “Realização de atividades que promovem o comércio justo e o consumo solidário e Eventos culturais com artistas locais, estimulando a troca de serviços e ampliando conhecimentos” (ANITA). Ao analisar as falas tanto da Pagu como da Anita, é verificado novamente, como relata Tatagiba *et al.* (2018) a importância da criação de uma rede de envolvimento, pois assim, auxilia em uma mais verdadeira troca e aplicação das teóricas e práticas sugeridas pelos distintos elos. Pois mesmo que de forma indireta a INTECOOP por meio de sua aproximação e aplicabilidade de seus princípios acaba influenciando nas ações da AAT.

Ainda, referente à importância da aproximação dos elos envolvidos. Anita argumenta que há elementos positivos trazidos pela INTECOOP: “Auxilia na superação de dificuldades, promove cursos que visam ampliar o conhecimento dos associados, Estimula inovação e criatividade”. E que não há elementos negativos dentro do diálogo entre ambos. No desenvolvimento dos cursos promovidos pela INTECOOP, havia uma preocupação em primeiramente pesquisar a realidade vivenciada pelos grupos incubados para posteriormente aplicar algumas atividades e dinâmicas.

Com isso, é visto que, assim como relatado por Dagnino (2012) os empreendimentos ensinam as incubadoras, pois estas, muitas vezes, estão inseridas na lógica de produção do conhecimento mais duro gerado em parte das universidades. Este fato apresenta uma oportunidade para as membras envolvidas, sejam alunas e alunos, professoras e professores e parte da sociedade, dentro das ITCPs de aprenderem também com os empreendimentos incubados, pois eles fogem muitas vezes da estrutura pré-definida anteriormente dentro de muitas universidades.

Essa troca e desenvolvimento de novos conhecimentos possibilitam em uma melhor interação entre os elos envolvidos, o que aumenta a intensidade de aproximação de interesses em comum entre ambos. Essa aproximação e intensidade influencia na formação dos vetores que formam as PPs para os empreendimentos, como a AAT, isto pode ser analisado por meio da colocação de Anita, que quando indagada sobre a de que maneira a INTECOOP auxilia com o dialogo para com o poder público local, menciona que a INTECOOP auxilia de maneira expressiva.

A INTECOOP nos ajudou muito com pesquisas de campo de interesse da associação e também com diálogos com a prefeitura e câmara municipal. Visando ampliar espaços públicos para a promoção, exposição e comércio dos produtos artesanais dos artesãos (ANITA).

Dagnino (2012) menciona que as ITCs possuem entre outros um papel de intercessora dos EES para a formação de Políticas Públicas. Este fato é observado tanto nas falas de Anita, como nas ações da INTECOOP no município de Itajubá. Como já relatado anteriormente no texto, as PPs possuem representatividade de mediadora de conflitos (TATAGIBA *et al.* 2018), tendo como base os argumentos relatados anteriormente foi observado a necessidade de entrevistas com os comerciantes locais, com o objetivo de tentar compreender o que levava a eles não gostarem que a feira da AAT fosse realizada na Praça Theodomiros Santiago. Pois os comerciantes locais representam outro elo de poder envolvido na formação de PPs para a AAT.

Com isso, no dia 25 de outubro de 2018, foi realizado entrevistas, com ajuda de uma equipe de pesquisa da INTECOOP¹⁶ com os estabelecimentos comerciais ao redor da praça com objetivo de analisar a relação entre os comerciantes locais e a AAT. A pesquisa foi realizada com base em um questionário semiestruturado com dezoito estabelecimentos comerciais para investigar se havia alguma mudança nos dias da feira; se a feira da AAT atraía mais clientes para as lojas; quais seriam os benefícios e os malefícios da feira ser realizada na praça e por fim se havia alguma sugestão e melhoria para a feira da AAT.

Foi observado que a maioria dos comerciantes é favorável à feira ser realizada na Praça Theodomiros Santiago, a maioria disse que feira além de trazer benefícios financeiros para o local também auxilia no aumento da parte cultural da praça, possibilitando a vinda de mais turistas para a praça e por outros comerciantes mencionaram que os trabalhos realizados pelas artesãs possuem qualidade e beleza.

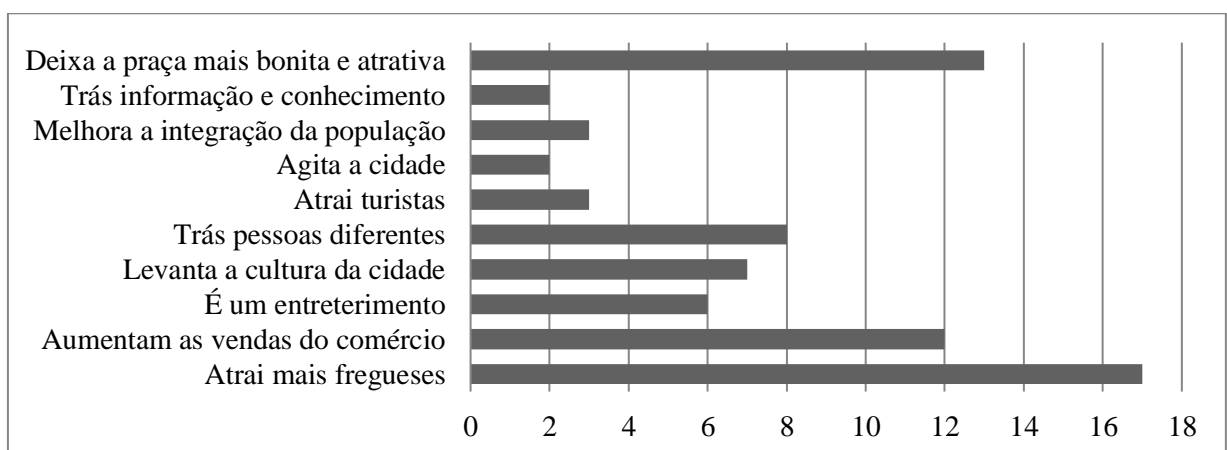


Figura 6 - Pontos positivos da feira na Praça Theodomiros Santiago.

Fonte: Relatório da pesquisa realizada com o comércio ao entorno da Praça “Theodomiros Santiago”

¹⁶ O relatório completo das entrevistas realizadas nos comércios locais se encontra no apêndice desta dissertação

É observado pela Figura 6: Pontos positivos da feira na Praça Theodomiro Carneiro Santiago, representada acima, que a maioria dos estabelecimentos mencionou que a feira da Associação Artes da Terra, acaba embelezando a Praça, com isso o segundo item mais citado foi que a feira atrai mais fregueses, visto que a Praça já estaria mais atrativa e depois que aumentava a comercialização dos produtos e serviços do local. Contudo de pontos negativos somente dois dos dezoito entrevistados, relatavam que havia pontos negativos. Um mencionou que as barracas estavam precisando de manutenção, estavam “feias” o que também contribuía desformosear a praça também e o segundo mencionou que a disposição das barracas não era adequada para a Praça Theodomiro Santiago.

Esse relatório de pesquisa foi encaminhado para o poder público, visto que o mesmo alegava que os comércios locais não aceitavam a feira da AAT na Praça Theodomiro Santiago. A entrega do relatório possibilitou que a as sujeitas da ATT pudessem marcar uma sessão na Câmara Municipal de Itajubá no dia 08 de novembro de 2018, juntamente com os vereadores do município. Nesta sessão foi discutida a importância da AAT para o desenvolvimento local e algumas necessidades que a associação possuía. Durante a sessão a presidenta da AAT dialogou com os vereadores, sobre a associação, posteriormente uma representante da INTECOOP, explanou sobre a seriedade do relatório, o quanto ele era importante para apresentar outras óticas sobre a AAT e as relações de poder existentes em torno da praça central de Itajubá.

Abaixo segue imagem de quando a feira da AAT foi realizada na Praça Theodomiro Santiago, no dia 15 de novembro de 2018, após a sessão da Câmara Municipal de Itajubá. Pela imagem é observada a disposição das barracas e a organização na praça. Após essa exposição, foram questionadas as mulheres se as vendas haviam aumentado e elas mencionaram que sim e muito, pois elas tinham passado dois dias na Praça Theodomiro Santiago e foi mais que as vendas de um mês na Praça Getúlio Vargas.



Imagem 4 - Feira da Associação Artes da Terra sendo realizada na Praça Theodomiro Santiago.
Fonte: arquivo de pesquisa / elaborada pela autora.

Por meio desse diálogo com o poder público, as sujeitas da AAT conseguiram expor novamente na Praça Theodomio Santiago no ano seguinte. Contudo durante o ano de 2019 essa data foi prorrogada, tendo sua primeira exposição somente nos dias 09,10 e 11 de maio, data esta, que representava os dias das mães. Novamente as mulheres alegaram que as vendas aumentaram expressamente, quando expuseram na Praça Theodomiro Santiago e como forma de agradecimento regira um ofício agradecendo o apoio. Com isso as mulheres cada vez mais estão estreitando os laços com o poder público de Itajubá.

Esse estreitamento possibilitou também que as mulheres pudessem ampliar ainda mais os locais de exposições. Nos 08 e 09 de junho de 2019, as mulheres da AAT, conseguiram expor seus trabalhos no Parque Municipal de Itajubá, local este, que também agrega o teatro municipal, que como já citado acima pelo Representante (2018), o teatro representa um divisor de águas para Itajubá, no qual há um maior fluxo de pessoas durante os finais de semana.

Na **Imagem 5** - Feira da Associação Artes da Terra sendo realizada no Parque Municipal de Itajubá, que segue abaixo, pode ser observado à exposição dos trabalhos de uma das sujeitas da AAT. Durante os dias de exposição foi citado pelas mulheres que as vendas aumentaram novamente e que o local estava propiciando uma maior visibilidade para a associação. As mulheres relataram também que as barracas da feira foram transportadas pela SECUT e a AAT, ficou com a responsabilidade de montar e desmontá-las. O que traz a importância da formação de redes de parcerias para uma melhor efetividade das ações públicas (TATAGIBA *et al.* 2018).

Esta formação de parcerias entre a AAT e SECUT, auxilia na composição dos indicadores que formam as intensidades dos vetores dos elos de poder. A partir do momento em que as intensidades dos interesses dos elos de poder se equilibram, acaba surgindo uma constância e efetividade nas ações de PPs que visam a melhoria da AAT, ou seja, como as PPs são mediadoras de conflitos, com menciona Tatagiba *et al.* (2018), quanto mais os elos de poder tiverem alinhados com os intensidades de interesses, melhor será a aplicabilidade das PPs.



Imagem 5 - Feira da Associação Artes da Terra sendo realizada no Parque Municipal de Itajubá.
Fonte: arquivo de pesquisa / elaborada pela autora.

Como já mencionado anteriormente, foi realizada uma caracterização dos elos de poder e a sua interação com a AAT, por meio das nove entrevistas analisadas ao longo do texto. Neste ponto será retomado o objetivo deste subcapítulo, de analisar as interações sociais que influenciam nas Políticas Públicas que possuem ligação direta com a associação AAT. As sujeitas que compõem as interações sociais na pesquisa, são chamadas de elos de poder (SCHERER-WARREN, 2006). Pois eles, realizam uma interação de força entre todas as sujeitas envolvidas na formação das PPs.

Na atual pesquisa foram identificados seis elos de poder. Cabe destacar que a pesquisadora foi acrescida como um elo de poder existente também, visto que por meio de um percurso metodológico de observação participante, foi notada certa influência de falas e atitudes da pesquisadora para com a AAT. Como a realização dos estudos com os comerciantes locais citados acima em parceria com a INTECOOP.

Cada um dos agentes envolvidos exerce um vetor, que é composto de intensidade, a qual é demonstrada pelos indicadores no Quadro 3- Os Elos de Poder relacionados às Políticas Públicas para o EES, AAT em Itajubá. Esse vetor também é composto por uma direção que na pesquisa foi identificada como os beneficiários, ou seja, para quem essa PPs está sendo direcionada.

Cada um dos elos de poder exerce um vetor, que é composto de intensidade, a qual é demonstrada pelos indicadores no Quadro 3 - Os Elos de Poder relacionados às Políticas Públicas para o EES, AAT em Itajubá. Esse vetor também é composto por uma direção que na pesquisa foi identificada como os beneficiários, ou seja, para quem essa PP está sendo direcionada.

Deste modo, os vetores foram divididos em duas classes de direções opostas, indicadas pelo vetor Economia Solidária e o vetor Sistema Hegemônicos. O vetor de “Economia Solidária” (GAIGER, 2005) indica a defesa dos interesses da economia solidária, e o vetor de “Sistema Hegemônico” defende os interesses do desenvolvimento hegemônico, em detrimento da ECOSOL. “Quanto maior a intensidade dos vetores maior sua influência na elaboração de uma PP, sendo esta direcionada pela classe do vetor.”

Abaixo segue a imagem de representação dos seis elos de poder influenciadores nas PPs para a AAT. Os elos de poder estão representados por círculos de diferentes cores e os vetores, estão retratados por setas de diferentes cores. A pesquisadora, a AAT e INTECOOP, devido aos interesses que as compõem e os beneficiados destes, foi identificado com ambos, sofrem mais influência do Vetor Solidário. Contudo, a população, a SECUT e os comércios locais,

por meio de reflexões realizadas anteriormente no próprio texto, identificados como elos de poder que se aproximavam mais as bases do Vetor Hegemônico.

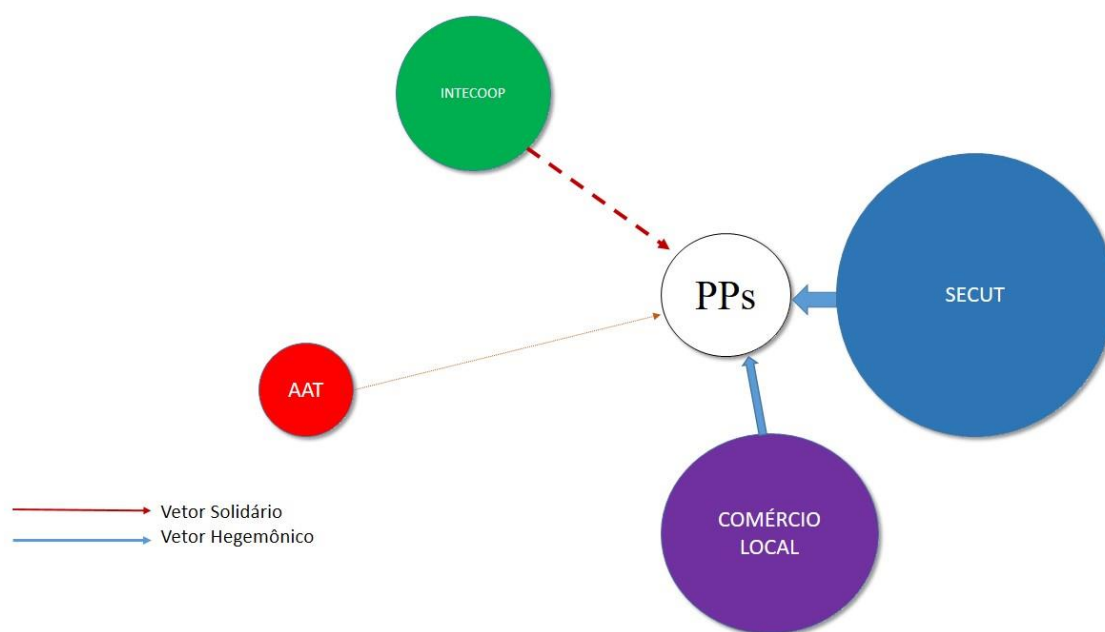


Figura 7 - A representação da dimensão e interação dos elos de poder com as Políticas Públicas
Fonte: elaborada pela autora.

Cada elo de poder, é influenciado de maneira distinta pelos vetores hegemônicos e solidários. Essa interação pode ser mais bem elucidada pela Figura 7 - A representação da dimensão e interação dos elos de poder com as Políticas Públicas. O elo de poder que detém maior intensidade na influência na formação das PPs está representado pelo tamanho e também pela seta de maior espessura e por fim pela maior aproximação das PPs. O elo de poder que foi identificado com maior influência na formação das PPs, foi a SECUT, pois é o elo de poder que além de ser o mais próximo ao próximo ao poder público, também é o intermediador de todos os elos de poder na formação das PPs.

O segundo agente envolvido, com mais intensidade é o comércio local, visto que os mesmos influenciam na disposição da localidade da feira, espaço este, identificado como uma área de disputa de interesse entre diversos elos de poder.

O quarto agente identificado foi a INTECOOP. Um elo que está diretamente relacionado ao vetor solidário, pois um de seus pilares é a ECOSOL e há disseminação dele dentro dos grupos que ela assessora. Atualmente a INTECOOP, assiste a AAT, e sua interação foi vista de maneira positiva, mesmo na propagação da ECOSOL, como também enquanto elo intermediador para a PPs em Itajubá, contudo essa interação ainda está diretamente relacionada a ECOSOL, princípio este, que ainda não possui pilares dentro do poder público de Itajubá.

Por fim, agente que possui a menor intensidade na formação das PPs foi a Associação Artes da Terra. Mesmo sendo o elo de poder que possui o maior demanda das PPs, foi identificado como o elo de poder mais fragilizado, devido ao desequilíbrio causado pelos outros elos de poder que estão relacionados com o vetor hegemônico, os quais, os interesses estão voltados mais para PPs que favorecem demandas de grupos mais favorecidos socialmente, e que não possuem muitos princípios da ECOSOL, como solidariedade e autogestão, trazendo o caráter hierarquizado para a formação das PPs, não observando as reais demandas da AAT.

Essa interação entre os agentes envolvidos na formação das PPs, ocasiona em uma disputa de interesses (SOUZA, 2006 e TATAGIBA et. al, 2018). Certame este, que forma um “cabo de guerra”, no qual um elo de poder “puxa” mais e outro “puxa” menos, por meio dos vetores, que são formados pela intensidade de seus indicadores, e direção que seria os beneficiados, que são compostos diretamente por questões sociais, econômicas, culturais e políticas (GAIGER, 2005; HALLIDAY *et al.*, 2012; CARRON E GUIMARÃES, 1999).

A competição de interesses dos elos de poder para a execução das PPs, possibilita em um não equilíbrio entre os sujeitos envolvidos e as Políticas Públicas, resultando em uma não aplicabilidade satisfatória. Como mencionado anteriormente, mesmo a AAT sendo o elo de poder que mais demanda da formação de PPs é o elo de poder que possui menor intensidade no desenvolvimento das PPs, sendo influenciada pelo desequilíbrio de forças dentro do “cabo de guerra” dos elos de poder.

Portanto, tentando realizar o terceiro objetivo específico do trabalho, que seria pesquisar de que modo às sujeitas da AAT dialogam com o poder público do município de Itajubá na formação políticas públicas de Economia Solidária. Foi observado que há a interação de outros sujeitos na formação das PPs, que foram caracterizados como elos de poder, os quais são formados por vetores que detém diversas intensidades. Essa disparidade de forças auxilia na formação de um “cabo de guerra”, que tem como resultado em um não equilíbrio na formação e desenvolvimento das PPs, ou seja, atualmente, Itajubá não possui uma política pública de ECOSOL e também nenhuma de interesse direto da AAT.

Devido a fragilidade da AAT no diálogo com o poder público, ela foi caracterizada como o elo de poder de menor intensidade na formação e desenvolvimento das PPs, demonstrando também indiretamente os interesses sociais, políticos e econômicos do atual poder público de Itajubá, que até o momento não possui nenhuma PPs de ECOSOL. Essa disparidade de interesse e efetividade das PPs pelos elos de poder envolvidos, pode ser amenizada, por meio de um equilíbrio de forças e interesses na formação e desenvolvimento

das PPs, tentando dar mais destaque e protagonismo para a AAT dentro deste contexto de disputa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar as construções sociais do trabalho produtivo e reprodutivo nos locais públicos e privados ocupados por mulheres da Associação Artes da Terra localizada no município de Itajubá-MG, tendo alicerce as tendências do desenvolvimento, a interdisciplinaridade e as relações sociais pautadas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS).

Para melhor alcançar os objetivos desse trabalho, foi pensando o desenvolvimento de uma escrita mais fluida que pudesse alinhar os pontos em que estivessem soltos para no fim formar um produto final que representasse esta dissertação, ou seja, após idas ao campo foi adotado o uso de marcos teórico que posteriormente analisados possuíam fragmentos desprendidos, com isso foi observado à necessidade de outro ponto teórico que por fim arretasse a maioria dos fios soltos. Para isso foi adotado como eixos teóricos a Economia Feminista e a Economia Solidária.

O tecer metodológico desta pesquisa possui uma grande importância, pois além dos eixos teóricos, traz a seriedade do posicionamento político e social da pesquisadora frente a escolha dos temas e sujeitas abordadas. A definição de mulheres de uma associação de artesanato do município de Itajubá como sujeitas deste trabalho, apresenta a relevância de se estudar grupos que não representam o eixo central e sim que fazem parte de uma margem. Essa ótica a partir de abismos e periferias (HARAWAY, 1995), auxilia em uma tentativa de maior compreensão de fatos que ocorrem dentro da sociedade, visto que estes representam mais a realidade vivida por grande parte da sociedade.

Com isso, a pesquisa buscou em seu primeiro objetivo específico analisar de que maneira a divisão sexual do trabalho e a economia feminista se reverberam dentro do convívio social de associadas da AAT. A construção histórica e social das mulheres foi construída de maneira complexa e de muita luta, essa construção possibilitou em uma desigualdade social, trazendo muitas vezes as mulheres em uma posição subjugada na sociedade.

A marginalização social das mulheres possibilitou que o sistema capitalista se consolidasse, por meio da desvalorização dos trabalhos das mulheres e utilizando os corpos para a produção e reprodução de mão de obra (FEDERICI, 2017). Esse desprestígio histórico e social das tarefas exercidas pelas mulheres possibilitou no desenvolvimento de uma divisão sexual do trabalho. Essa divisão sexual do trabalho alcança diferentes esferas sociais, econômicas e políticas, separando-as públicas e privadas, pelas quais os homens participam

dos espaços públicos com a maioria das decisões tomadas socialmente, economicamente e politicamente e diversas mulheres ocupam os espaços privados, como lares, exercendo atividades de afetos em que muitas vezes são invisilizadas como uma forma de trabalho socialmente reconhecida (HIRATA e KERGOAT, 2007; CARDOSO, 2001; SILVA, 2015).

Essa divisão sexual do trabalho respinga juntamente com mulheres da Associação Artes da Terra. Dentro da pesquisa foi observado que algumas mulheres utilizavam o espaço da feira (local público) como um local em que elas pudessem sair de seus lares (locais privados) e ter momentos de interação com outras mulheres e possíveis clientes. No interior de seus espaços domésticos as sujeitas da AAT relataram que seus cônjuges muitas vezes não auxiliam nas tarefas e que os mesmo não encaram essas ações como uma forma de trabalho.

A invisibilidade e marginalização do trabalho doméstico relatado por mulheres da AAT mostra a construção histórica dos papéis sociais das mulheres, em que amiúde traz a relevância da valorização por distintos elos para as atividades exercidas por mulheres nos locais domésticos. O reconhecimento dessas tarefas converge na abordagem da economia feminista, em que traz a importância da translucidez das atividades realizadas nos locais privados como uma tarefa econômica e social (BOHN 2017; COELHO 2009; TEIXEIRA, 2008).

Para descortinar tanto no eixo social como econômico a invisibilidade e desvalorização dos trabalhos domésticos realizados por mulheres é necessário um labor cauteloso de diálogos e conscientização em distintos períodos para diversas pessoas, visto que essa marginalização está enraizada historicamente, o que não basta somente um reconhecimento econômico e sim social pelos diversos sujeitos envolvidos.

O enaltecimento do trabalho doméstico se mostrou necessário dentro dos relatos das mulheres da AAT, visto que muitas sujeitas apresentaram um esgotamento no diálogo com seus companheiros. O que reverbera a importância da compreensão dos diversos sujeitos sociais que compõem a totalidade da sociedade, contudo para a realização dessa valorização é necessário o envolvimento também de personagens que detém poder dentro das comunidades.

Com uma maior apreciação das atividades exercidas por mulheres, auxilia na formação de grupos mais consolidados para a comercialização de seus produtos, de maneira mais justa e solidaria, como a formação de associações. O que traz o segundo objetivo específico da pesquisa que foi verificar como as sujeitas da AAT se veem enquanto grupo associativo e se há princípios ou não de economia solidária entre elas e suas práticas.

Para a realização desse objetivo houve alguns desafios dentro do campo, visto que a economia solidária é um movimento de resistência (GAIGER, 2003), que traz em seus pilares

as ideias da cooperação, solidariedade e a autogestão (SINGER, 2002; 2004; 2008; 2018; GAIGER, 2003; VERONESE *et al.* 2017). Possuindo o seu tripé, i) as agências de apoio e fomento, como as ITCP's e Organizações Não Governamentais; ii) o Poder Público, e iii) por fim os Empreendimentos Econômicos Solidários (LEITE *et al.* 2012; FRANÇA FILHO e CUNHA, 2009).

Os empreendimentos são compostos de diversos sujeitos, na Associação Artes da Terra não se faz distinta, existe desde 2001 e possui uma composição heterogenia, ao ser perguntado sobre a relação com a ótica de pertencimento a associação houve diferentes respostas, contudo muitas se convergiam na falta de união, elemento que pode ser relacionado com a relação de cooperação e solidariedade. Por serem elementos desenvolvidos por meio do convívio social é observada a importância da interação dos outros elementos do tripé da ECOSOL dentro da AAT.

Como a INTECOOP, enquanto uma incubadora responsável por assessorar associações, cooperativas e grupos informais, com base nos princípios da ECOSOL. Foi notado que a presença da INTECOOP ao longo da realização deste trabalho se construiu de maneira coletiva juntamente com a AAT, e como agente disseminadora da ECOSOL, possuiu um papel de destaque no fornecimento de espaços para a realização de assembleias, elemento importante para o exercício da autogestão, união e respeito entre as sujeitas pesquisadas.

Dentro desses locais durante a realização desta pesquisa, foi possível apresentar parte dos dados coletados para as sujeitas da pesquisa e promover um debate acerca da falta de união dentro da AAT, o que auxiliou na reflexão de algumas membras sobre a importância de fazer parte de uma associação para a conquista coletiva de diversos direitos.

Portanto, ao que cabe verificar a maneira como as sujeitas da AAT se veem enquanto grupo associativo se faz de maneira diversa na qual o elemento que as unem é o relato da falta de união, contudo quando analisado a presença ou não de princípios e práticas de ECOSOL dentro da associação é visto que ela possui sim elementos como realizações de assembleias e alguma decisão de maneira autogestionária, cabe destacar que a ECOSOL, não é um movimento uniforme e que está em constante modificação se construindo como elo de resistência frente às ações do sistema hegemônico, com isso a Associação Artes da Terra, foi caracterizada como empreendimento econômico solidário que necessita da solidificação de todos os elos do tripé da ECOSOL.

Como traz a importância do terceiro objetivo específico da pesquisa que foi pesquisar de que modo às sujeitas da AAT dialogam com o poder público do município de Itajubá na construção de políticas públicas de Economia Solidária. A formação do diálogo entre o poder

público foi analisado por meio de uma entrevista tanto com o um representante do poder público como com as sujeitas da AAT e análises da interação entre eles durante o período.

Foi observado que o município de Itajubá não possui nenhuma política pública específica de ECOSOL, e ainda possui agentes envolvidos que detém de distintas relações de poder, o que causa um desequilíbrio e uma não aplicabilidade real para as sujeitas que necessitam do auxílio do poder público. Essa não realização pode se ter realização com a marginalização e desvalorização dos trabalhos exercidos por mulheres da AAT.

Como já mencionado anteriormente o subjulgamento das atividades realizadas por algumas mulheres é construído historicamente e socialmente, para uma possível diminuição dessa lacuna é preciso um cuidadoso exercício de conscientização por distintos sujeitos sociais como o poder público que possui uma forte responsabilidade nesse trabalho, como o desenvolvimento de espaços provedores de debates informacionais sobre a relação das mulheres na sociedade.

Outra medida importante seria o poder público de Itajubá, desenvolver uma política pública de ECOSOL, que pudesse além de valorizar o trabalho exercido pelas mulheres da AAT, aumentar a participação delas em espaços públicos, ocupados majoritariamente por homens. No entanto, diante do conteúdo exposto, é imprescindível expressar algumas dificuldades dentro da pesquisa, como também destacar problemáticas e trabalhos futuros para a solidificação do debate explanado.

A pesquisa poderia ter sido mais aprofundada não fosse a limitação do tempo que uma pesquisa de mestrado possui, o poderia ter uma investigação mais profunda frente a construção social dos trabalho produtivo e reprodutivo nos locais públicos e privados ocupados por mulheres da AAT, visto que é um tema complexo e composto por diversos elementos. Assim poderia ser investigado aprofundando a relação da renda gerada pelas mulheres dentro desses espaços, elemento este que possuiu certa resistência por elas, mas que poderia desenvolver outros questionamentos como: A marginalização e desvalorização dos trabalhos das mulheres da AAT possui relação com a geração renda realizada por elas? De que maneira a geração de renda influencia na participação das mulheres da AAT nos espaços públicos e privados?

Cabe destacar também que na atual conjuntura há a formação de um cenário próximo a década de 90 quando se consolidou a ECOSOL no Brasil, com a elevação do desemprego e ampliação de lacunas sociais, para isso se faz importante o desenvolvimento de alternativas para a geração de renda, como a ECOSOL se fez e faz até o atual momento, contudo é preciso a elaboração de espaços de formação que incentivem a organização de trabalhadoras e

trabalhadores para a realização de atividade de forma coletiva e solidária para a ampliação orçamentária dos mesmos. Para isso a importância do desenvolvimento de políticas públicas de ECOSOL, entretanto essas políticas necessitam possuir um equilíbrio de interesse entre os agentes envolvidos como apresentado na nesta dissertação. No entanto para estudos futuros seria importante quantificar e identificar de maneira mais detalhista indicadores que possuem influencia na formação desses PPs de ECOSOL entre os agentes envolvidos.

A participação da mulher na sociedade foi construída de maneira subjugada e isso se reverbera nas relações sociais de trabalho. Para que haja uma diminuição de tal subjugação é preciso que se inicie um trabalho conjunto entre todos os sujeitos sociais. Esse trabalho não é de curto prazo e necessita de muita luta e resistência de todas e todos, pois, para que haja uma real diminuição da desigualdade de gênero e social, é preciso não somente uma maior inserção, mas também modificação nas relações sociais, econômicas e políticas, descortinando a presença da mulher dentro da sociedade. Tal condição não deve considerá-la somente como uma máquina de corpos que gera outros corpos, mas sim como sujeitas sociais atuantes ativamente dentro da sociedade, que carrega em si suas histórias de vida e de luta.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Edgard. **Introdução a metodologia de pesquisa social**. UFLA, 1999.
- ALVEZ, André Gomes de Sousa. **A estrutura regulatória de economia solidária entre a cooperação social, o funcionamento do mercado e a ordem política estatal**. 2017. 254 p. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Paraíba – Ciências Jurídicas, João Pessoa, PB.
- ANDION, Carolina. **Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática**. In: Revista de Administração de Empresas, v. 32, n. 1, jan./fev. 1998.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ÁVILA, Maria. Betânia. **O Tempo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo na Vida Cotidiana**. Revista ABET vol. IX — n. 2. p. 53-70. 2010.
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio. Cunha. **“Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares da Coppe/UFRJ”**. In: Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais. Editoria FGV, Rio de Janeiro, 2001, p. 235 – 261.
- BOHN, Liana. **Inserção feminina na teoria e na prática: ensaios sob o olhar da economia feminista. Tese (Doutorado em Economia)** – Centro Socio- Econômico, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2017.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais**. Em Tese, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005.
- BRASIL, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Brasília, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf . Acessado em 10/06/2019.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Política Nacional de Economia Solidária** – Termo de Referência. Brasília: SENAES/MTE, 2013. v. 4.
- BRASIL. PLC 137/2017. **Dispõe sobre a Criação do Sistema Nacional de Economia Solidária é aprovada em comissão**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/10/criacao-do-sistema-nacional-de-economia-solidaria-e-aprovada-em-comissao>.
- BRASIL. Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017 (nº 4.685/2012, na Câmara dos Deputados). **Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências**. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7268323&disposition=inline>.
- BRASIL. Projeto de Lei no 4.685, de 8 de novembro de 2012. **Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?**, Revista Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo, v.23, n. 2, p. 331-353, jul/dez. 2006.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; RICOLDI, Arlene Martinez. **Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 136, p. 93-123, Apr. 2009.

CARRASCO, Cristina. **“Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista”**. In: SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza. Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: SOF, 2008. p. 91-104.

CARRASCO, Cristina. **A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres**. In N. Faria & M. Nobre. A produção do viver: economia feminista (pp. 11-49, Cadernos Sempre Viva, 8, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania). São Paulo: SOF.2003.

CHERFEM, Carolina Orquiza. **Consustancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/associativo. 2014. 273 p. Tese (doutorado)** - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

COELHO, Isabel, **“Economia Feminista”** in CATTANI, Antônio (coord.) (2009), Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Edições Almedina, 128-132. 2009

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA 1º PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2015- 2019) http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf

CORAGGIO, José, *Política social y economía del trabajo*. Buenos Aires/Madrid: Miño y Dávila Editores.1999.

COSTA, Bianca Aparecida Lima. **Economia solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV**. Revista ELO – Diálogos em Extensão, Viçosa, MG, v. 2, n. 2, ago. 2015.

COSTA, Claudia de Lima. "O sujeito no feminismo: revisitando os debates". *Cadernos Pagu*, n. 19, p. 59-90, 2002.

DALLA COSTA, Mariosa., JAMES Selma. **The power of women and the subversion of the community**. Bristol: Falling Wall Press. 1972.

FARIA, Mauricio Sarda de.. **Autogestão, cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital. Tese de doutorado**. UFSC/Florianópolis.2005

FARIA, Nalu. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: Sabato, H. P. M. et al. (Org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p.11-28.

FAZENDA, Ivani.Catarina. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Papirus Editora, 1979

FEDERICI, SILVIA. **Calibã e a bruxa: Mulheres, o corpo e a acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

FERREIRA, Jonatas e HAMLIN, Cynthia. **Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados**. Estudos Feministas, Florianópolis, 18(3): 811-836 setembro-dezembro/2010.

- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. 2009. **Trabalho doméstico**, in Dicionário crítico do feminismo. Organizado por H. Hirata; F. Laborie; H. Le Doaré; D. Senotier, pp. 256-262. São Paulo: UNESP.
- FRAGA, Lais. **As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e as relações entre ciência, tecnologia e sociedade**. R. Tecnol. Soc. v. 14, n. 31, p. 140-155, mai./ago. 2018.
- FRANÇA FILHO, Genauto. Carvalho.; CUNHA, Eduardo. Vivian. **Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da Ites/UFBA**. Organização e Sociedade, v. 16, n. 51, p. 725-747, 2009.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária e o Valor das Relações Sociais Vinculantes**. *Katálysis*, vol. 11, nº 1, 2008, p. 11-19.
- GAIGER, Luiz Inácio. **A outra racionalidade da economia solidária; conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79: 57-77, 2007
- GAIGER, Luiz Inácio. **Empreendimentos econômicos solidários**. In: CATTANI, Antônio (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003a. p. 135-143
- GAIGER, Luiz. **Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da economia solidária**. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 73: p.5 – 20, 2003.
- HALLIDAY, David, RESNICK, Robert, WALKER, Jearl. **Fundamentos de física, volume 1: mecânica** /tradução Ronaldo Sérgio de Biasi. - 10. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- HARAWAY, Donna. **“Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”**. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HARDING, Sandra. **Gênero, Democracia e Filosofia da Ciência**. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.163-168, 2007
- HIRATA, Helena. & PHILIPPE. Zarifian. 2009. **Trabalho (Conceito de)**, in Dicionário Crítico do Feminismo. Organizado por H. Hirata; F. Laborie; H. Le Doaré; D. Senotier, pp. 251-256. São Paulo: Unesp.
- HIRATA, Helena. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. *Cadernos Pagu*, n. 17-18, p. 139-156, 2002
- HIRATA, Helena.; KERGOAT, Daniele. **A Classe operária tem dois sexos**. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1994.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. *Cad Pesqui*. p. 595-609, 2007.
- HÖFLING, Eloisa. de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. *Cadernos CEDES*, Campinas, v.21, nº 55, nov. 2001
- IANNI, Octavio. **A questão social**. *Revista USP*, 28, p.145-154, 1989.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Imago Editora LTDA, 1976.

- KERGOAT, Daniele. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier (Orgs.), *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 67-75), São Paulo: Editora Unesp, 2009
- LEITE, Marcia de Paula. **A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 31-51, Feb. 2009.
- LEITE, Maria Laís dos Santos; FEITOSA, Danilo. Ivo; BRASIL, Kecya. Nayane. Lucena; CUNHA, Eduardo Vivian da. **O Fórum Cariense de Economia Solidária como Possibilidade de Integração Entre Empreendimentos de Economia Solidária, Entidades de Apoio e Fomento e Poder Público Local no Cariri Cearense**. *NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social*, v. 03, n. 5, p. 33-39, 2012.
- LEVY, Charmain. **Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasileira e o fórum social mundial**. *Relig. soc.*, vol.29, n.2, pp.177-197, 2009.
- LIMA, Terezinha. Moreira; HIRATA. Helena; NOGUEIRA, Claudia. Mazzei; GOMES, Vera. Lúcia. Batista. **Trabalho, Gênero e a Questão do Desenvolvimento**. *R. Pol. públ.*, v. 11, n. 2, p. 221 – 235, jul./dez. 2007.
- MATOS, Marlise. **Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?** *Revista de sociologia e política* 18 (36), jun., pp.67-92, 2010.
- MELO, Hildete. Pereira de; CASTILHO, Marta. **Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?**. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 13, n. 1, p. 135-158, 2009.
- MOORE, Henrietta. **Fantasia de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência**. *Cadernos Pagu*, Campinas: Pagu/Unicamp, n. 14, p. 13-44, 2000.
- NARVAZ, Martha. Giudice.; KOLLER, Silvia. Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.
- Neves, Sofia; Nogueira, Conceição. **Metodologias feministas: a reflexividade a serviço da investigação nas Ciências Sociais**. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 18 (3), 408-412. 2005
- PIRES, João João Davi Avelar. **Visões sobre o feminino e o corpo na idade média**. *Revista Feminismos*. Vol.3, N.2 e 3, p. 14-23, maio - Dez. 2015.
- RAYNAUT, Claude (2011). **Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos**. IN: PHILIPPI Jr, A.; SILVA NETO, A.J. *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri, SP: Manole, 2011 (p.69-105)
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001
- SAFFIOTI, Heleieth.I.B. **O poder do macho**. 1ª ed. São Paulo, Ed. Moderna. 1987.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, **“A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna”**, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, p.7-44, 2005.
- SANTOS, Milton. **O território e a Constituição**. *Revista de Administração Pública*, v. 20, n.4, p. 65-69, 1986.
- SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais**. São Paulo: EDUNESP, 2004

- Scherer-Warren, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Dossiê: Movimentos sociais.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?** Caderno CRH, v. 21, n. 54, p. 505-517, 2008.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação e Realidade**. 20 (2), p.71-99, 1995.
- SILVA, Leididaina. Araújo e. **Mulheres quebradeiras de coco babaçu e movimentos sociais**. P2P & INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, p.161-176, Mar./ set. 2017
- SILVA, Marcia. Alves da. **Abordagem sobre trabalho artesanal em histórias de vida de mulheres**. Educar em Revista, Editora UFPR, Curitiba, n. 55, p. 247-260, jan./mar. 2015.
- SILVA, Roberto. Marinho. Alves. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil: conquistas de direitos e desafios institucionais**. Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, v.1, p. 8-34, 2017
- SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Governo Federal**. In: Textos de Discussão IPEA-Mercado de Trabalho, n. 24, agosto de 2004.
- SINGER, Paul. **Economia solidária**. Estud. Av., São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, jan./abr. 2008.
- SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década**. Estud. av., São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, Aug. 2016.
- SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, 2006, p. 20-45.
- TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. 2018. **Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos**. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa (org). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: IPEA; ENAP.
- TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas**. Revista Niterói, v. 9, n. 1, p. 31-45, 2. sem. 2008.
- TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013**. 2017. 1 recurso online (228 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/330990>>. Acesso em: 3 set. 2018.
- TIRIBA, Lia. (2008). **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa**. Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação. UFSC: Florianópolis/SC: .v. 26, nº 1, jan./jun. p. 69-94, 2008.
- Tosi, Lúcia. **Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna**. *Cadernos Pagu*, (10), 369-397, 2012.
- TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, Brasília (DF), Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), 2006.

VASCONCELLOS, Bruna Mendes de. **Gênero, tecnologia e economia solidária** - reflexões a partir da experiência de uma associação de mulheres rurais. 2011. 135 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

VERONE, Marília Verissimo, GAIGER, Luiz. Inácio, FERRANI, Adriane Vieira. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. **Caderno CRH**, Salvador, v.30, n.79, p.89-104, jan/abr. 2017.

ZORDAN, Paola. Basso. Menna. Barreto. Gomes. **Bruxas: figuras de poder**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 331-341, ago. 2005.

APÊNDICE I - Roteiros de Entrevistas

Roteiro de entrevista com as membras da Associação Artes da Terra

Idade: _____

Sexo: _____

Estado civil: _____

Raça: _____

Religião: _____ Endereço: _____ Nível de escolaridade: _____

Profissão: _____

Divisão de três blocos

PRIMEIRO: Divisão sexista do trabalho

SEGUNDO: Organização/Associação

TERCEIRO: Poder Público / ECOSOL

PRIMEIRO BLOCO

- 1) E quanto tempo está na cidade?
- 2) Você é casada/o? Com quem mora? Tem filhos? Essas pessoas também trabalham?
- 3) Como é feita a divisão dos trabalhos domésticos e de cuidados em sua casa (quem limpa, cozinha, leva na escola, vai às reuniões...)? Como você se organiza para conciliar essas funções com o trabalho da ATT?
- 4) Seu marido/esposa reconhece o seu trabalho enquanto artesã/artesão?
- 5) De que forma ajuda na renda da sua casa? Qual a porcentagem mais ou menos da sua contribuição? De que maneira que quem convive com você reconhece?

TERCEIRO BLOCO

- 6) Quanto tempo está na associação AAT?
- 7) Você sabe a história da associação? (não sei se mantenho ou se pergunto somente para as pessoas que me indicaram perguntar)
- 8) Por que você escolheu se associar a AAT?
- 9) Quais dificuldades você passou na AAT? Quais foram às coisas boas que viveu estando aqui?
- 10) Você considera a AAT uma associação? Quais características de associação ela possui e quais ela não possui?

SEGUNDO BLOCO

- 11) Como é a relação da associação com o poder público?
- 12) O que você acha que deveria mudar no diálogo entre o poder público e a AAT?
- 13) Qual seria a maior contribuição do poder público como melhoria para a associação?
- 14) Falando em poder público. Você sabe o que é Economia Solidária? Se sim quais as características existem na AAT?
- 15) A AAT participa de outras feiras de Economia Solidária. Você já foi a alguma?

Roteiro de entrevista Poder Público

Idade: _____

Sexo: _____

Estado civil: _____

Raça: _____

Religião: _____ Endereço: _____ Nível de escolaridade: _____

Profissão: _____

PRIMEIRA PARTE – Políticas públicas em Itajubá;

SEGUNDA PARTE – Poder público, artesanato e associações;

TERCEIRA PARTE – Poder público e Artes da Terra;

PRIMEIRA PARTE

- 1) Há quanto tempo o senhor trabalha na secretária de cultura?
- 2) O que levou o senhor a trabalhar na secretária?
- 3) O senhor participou da implementação de alguma política pública em Itajubá? Se sim, quais os senhor considera as mais importantes?
- 4) Quais políticas públicas de cultura que Itajubá possui que se destaca?

SEGUNDA PARTE

- 5) O que o senhor acha das associações de artesanato em Itajubá?
- 6) Como é realizado o diálogo entre as associações e a secretária?
- 7) O que você acha que deveria mudar no diálogo entre o poder público e a associações?
- 8) Qual seria a maior contribuição do poder público como melhoria para as associações?
- 9) Falando em poder público. Você sabe o que é Economia Solidária? Se sim quais políticas públicas de ECOSOL são implementadas em Itajubá?

TERCEIRA PARTE

- 10) O senhor conhece a AAT?
- 11) Como é a relação da secretaria com a AAT?
- 12) O senhor considera o local em que a feira do AAT acontece um local adequado? Teria algum outro local que o senhor acha interessante?
- 13) Para o senhor quais seriam as maiores contribuições da AAT para Itajubá
- 14) A secretaria possui políticas para a AAT? Quais?

Roteiro de Entrevista Representante da INTECOOP

Idade: _____

Sexo: _____

Estado civil: _____

Raça: _____

Religião: _____ Endereço: _____ Nível de escolaridade: _____

Profissão: _____

PRIMEIRO BLOCO: ECONOMIA SOLIDÁRIA

SEGUNDO BLOCO: AAT

PRIMEIRO BLOCO

- 1) Como você se aproximou da INTECOOP
- 2) Você já conhecia a Economia Solidária antes de entrar na INTECOOP
- 3) Quais os elementos de ECOSOL que a INTECOOP possui?
- 4) Com quais elementos de ECOSOL a INTECOOP dialoga com os empreendimentos incubados

SEGUNDO BLOCO

- 5) De que maneira a INTECOOP se aproximou da AAT
- 6) A INTECOOP possui em seus princípios a ECOSOL. Com isso de que maneiras esses princípios e práticas são implementados na AAT?
- 7) Pela ótica da INTECOOP, a AAT é um empreendimento econômico solidário e por quê?
- 8) Quais as estratégias da INTECOOP para a AAT e elas estão pautadas na ECOSOL

Roteiro de Entrevista com uma membra da AAT com foco na parceria com a INTECOOP

Idade: _____

Sexo: _____

Estado civil: _____

Raça: _____

Religião: _____ Endereço: _____ Nível de escolaridade: _____

Profissão: _____

BLOCO: INTECOOP

BLOCO: ECOSOL E INTECOOP

PRIMEIRO BLOCO

- 1) Como que a AAT se aproximou da INTECOOP
- 2) A presença da INTECOOP na AAT é importante, porque?
- 3) Quais são os pontos positivos e negativos com a presença da INTECOOP juntamente com a AAT

SEGUNDO BLOCO

- 4) A INTECOOP auxilia na promoção da ECOSOL na AAT. Se sim de que maneira
- 5) De que maneira a INTECOOP auxilia no diálogo com o poder público de Itajubá nas promoções das Políticas Públicas para a AAT
- 6) Qual a importância das Políticas Públicas para a AAT